

A mídia e a vigilância em Saúde do Trabalhador

A experiência de um sindicato na luta pela saúde

— Um estudo de caso —

por

Elaine Duim Martins

Dissertação apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública
para obtenção de grau de mestre

Orientadora:

Dra. Jussara Cruz de Brito

Março de 1999

Dedico esta dissertação a todos os colegas
jornalistas conscientes de sua função social,
que desempenham um trabalho digno e
resistente a toda pressão política
e econômica dos meios de comunicação;
e aos operários que pela infelicidade
da vida acabaram se tornando personagens
dos jornais e deste estudo.

Agradeço a Sandro, Aguinaldo e “seu” Remilton,
do departamento de Pesquisa de *O Fluminense*,
que me prestaram preciosa ajuda durante o
levantamento das reportagens; ao
Sindicato dos Metalúrgicos, nas pessoas de
Amaury Paciello e João Marins, que se
colocaram à minha disposição;
a minha mãe, a CJ e a todos os amigos que me
apoiaram na reta final deste Mestrado.

Los acontecimientos sociales
existen solo en la medida
en que los medios de
comunicación masiva los
constituyan como tales
(extraído do prefácio de

***Construir el acontecimiento:
Los medios de comunicación masiva
y el accidente en la central
nuclear de Three Mile Island,***
de Eliséo Veron)

RESUMO

Esta dissertação descreve e analisa como os acidentes do trabalho despertam o interesse da mídia e o tratamento que recebem dos periódicos. Discute também a contribuição que a publicação desses casos num órgão de imprensa pode dar às lutas de uma categoria profissional por melhorias nas condições de trabalho e à vigilância à saúde dos trabalhadores, tendo em vista que os jornais levantam, centralizam e divulgam informações que podem auxiliar os órgãos oficiais competentes no mapeamento dos riscos, possibilitando assim a elaboração de ações que visem modificar essa situação. Para tanto, apresenta a experiência do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Niterói e Itaboraí, cuja executiva que assumiu em 1989 e permaneceu até 1998, soube se aproximar da imprensa, em especial *O Fluminense*, periódico local, para divulgar suas causas e denunciar as situações de risco nos estaleiros da cidade de Niterói, no Estado do Rio.

PALAVRAS CHAVES

Mídia

Saúde do Trabalhador

Acidentes do Trabalho

Sindicato dos Metalúrgicos

Indústria Naval

ABSTRACT

This dissertation describes and analyzes how accidents at work awake media's attention and how they are treated by the newspapers. It also discusses the contribution that the publishing of these cases in the press may give to the struggles of a certain professional class for the improving of their work conditions and the observance of their health conditions, considering that the newspapers gather, centralize and make public information that can assist the government offices responsible in mapping the hazards, making possible the elaboration of tasks aiming to change the situation. Therefore presents the experiences of the Metallurgists Workers Union of Niteroi and Itaborai, whose executives that took over in 1989 and remained up to 1998, managed to get close to the media, chiefly *O Fluminense*, local paper, in order to divulge its cause and denounce the dangerous situations at the shipyards in the city of Niteroi, at Rio de Janeiro State.

KEY WORDS

Media

Worker's health

Accidents at work

Metallurgists Workers Union

Naval industry

SUMÁRIO

- 1 — Introdução
- 2 — Considerações metodológicas
- 3 — Informação para ação
 - 3.1 — Vigilância em saúde do trabalhador
 - 3.2 — Informação e ação
 - 3.2.1 — Quando a palavra é ação
 - 3.2.2 — O sentido das palavras
 - 3.2.3 — As imagens falam
 - 3.3 — As primeiras informações sobre um acidente
- 4 — A opinião pública
- 5 — O fascínio da violência
 - 5.1 — O acidente de trabalho como forma de violência
 - 5.1.1 — Um problema de Saúde Pública
 - 5.1.2 — Violência estrutural e de resistência
 - 5.1.3 — A questão específica dos acidentes de trabalho
 - 5.2 — A mídia e o trato da violência
 - 5.2.1 — A violência urbana como matéria-prima
 - 5.2.2 — Questões editoriais
 - 5.2.3 — O problema das fontes
 - 5.2.4 — O público alvo
- 6 — A mídia do lado da vítima sofredora
 - 6.1 — A vitimologia
 - 6.1.1 — A vitimologia e os acidentes de trabalho
 - 6.1.2 — O trabalhador como vítima
 - 6.1.3 — A vítima como culpada
 - 6.1.4 — A participação da mídia na vitimologia

6.2 — O sofrimento à distância

6.3 — O papel da mídia

7 — A cobertura

7.1 — Quando o trabalhador é notícia

7.1.1 — Os trabalhadores nas páginas de ***O Fluminense***

7.1.2 — O que dizem os jornais: Uma forma de análise

7.1.3 — Relatórios oficiais x informações da mídia

7.2 — Uma avaliação dos sindicalistas

7.2.1 — A história sindical de Niterói

7.2.2 — Com a palavra, os sindicalistas

8 — Conclusão

9 — Bibliografia

10 — Documentos consultados

ÍNDICE DE FIGURAS:

Fig.1 Rede de vigilância em saúde do trabalhador

1 — INTRODUÇÃO

Já na década de 60, o então “Jovem” Habermas ocupou-se em sua *Mudança estrutural da esfera pública* em definir e mostrar o potencial do chamado “espaço público”. Tratava-se, segundo ele, da “instância na qual se forma a opinião [...] que tinha no início funções críticas com relação ao poder, e mais tarde foi refuncionalizada para canalizar o assentimento dos governados”. (Habermas apud Freitag & Rouanet, 1990, p.14) Este espaço público tinha como locais de excelência, ainda no século XVIII, os salões, mas com o tempo, também livros e jornais passam a se configurar como esta área privilegiada para a troca de informações e desenvolvimento de idéias ou doutrinas.

Habermas se ocupa em destrinçar o histórico e principalmente a potencialidade dessa esfera, cujo sujeito ativo é o público, ele próprio portador da opinião pública. É esta esfera pública que “continua sendo, sempre ainda, um princípio organizacional de nosso ordenamento político”. (Habermas, 1984, p.27)

Apesar das quase quatro décadas que nos separam da época em que o sociólogo alemão elaborou tais pensamentos, vemos que ainda hoje a mídia, como detentora privilegiada de um espaço de formação da opinião pública, é um importante referencial político, exercendo inegável poder paralelo às instâncias governamentais, articulando, pressionando, mobilizando, formando opiniões, sustentando ou derrubando ideologias, enfim, fazendo acontecer. Conquistar o apoio deste órgão público é, portanto, conquistar um aliado de alto cacife e capacidade para atingir objetivos previamente determinados.

Também Maria Helena Weber percebe a importância deste aliado e destaca que informação e comunicação são atualmente os principais indicadores de poder das organizações públicas ou privadas, políticas, acadêmicas, de pesquisa, entidades de classe e outras. Segundo ela:

Neste poder reside a capacidade de entendimento da organização com seus diferentes públicos e a qualidade da sua imagem junto à sociedade. Imagem, conceito e entendimento positivo são resultados desejados, através de processos, sistemas e planos de comunicação. (Weber, 1995, p.151)

Desta forma, o objetivo desta dissertação foi fazer uma análise do tratamento que a mídia dá à questão das condições de trabalho e dos acidentes sofridos por trabalhadores, observando se a cobertura dada aos casos pode ou não contribuir às lutas travadas por uma determinada categoria profissional. Também procurou demonstrar como a imprensa pode atuar dentro de um sistema de vigilância em saúde do trabalhador, ao passo que desempenha importante papel no levantamento de fatos ou circunstâncias que agridam a integridade física do trabalhador e na recepção, centralização e publicação de denúncias a partir das quais os órgãos competentes podem se basear para dar início a investigações mais específicas e elaborar ações que venham a ter resultados satisfatórios na defesa da saúde dos respectivos trabalhadores.

Para alcançar este objetivo, parto dos capítulos 1 e 2, Introdução e Considerações Metodológicas, com os quais identifico e justifico meu objeto e objetivos. No eixo teórico deste trabalho procurei, no capítulo 3 (Informação para ação), contextualizar a mídia — em especial a mídia impressa — no sistema de vigilância em saúde do trabalhador, identificando e avaliando o espaço que ela assume ao levantar e concentrar as informações que poderão servir para gerar investigações e ações precisas por parte dos órgãos competentes. Nesta mesma seção, discuti a formação do discurso jornalístico e o funcionamento do sistema de produção da notícia, levantando suas prioridades e os fatores que levam a defini-las, tentando avaliar o valor do material produzido pela mídia no sistema de vigilância em saúde do trabalhador.

No capítulo 4 (A opinião pública), baseada em Habermas, discuti a importância do espaço público conferido pelas páginas do jornal como meio por excelência político e social, através do qual se pode atingir tanto as autoridades quanto a opinião pública e o setor privado. Já no capítulo 5 (O fascínio da violência) procurei dar continuidade às discussões iniciadas nos dois capítulos anteriores, para mostrar que se a mídia interessa-se pela violência urbana como tema de atração de público, vai se interessar da mesma maneira pelos acidentes que vitimam os trabalhadores, também uma forma de violência urbana.

E para sustentar as afirmações de que os jornais — ou pelo menos os trabalhadores jornalistas que produzem as notícias — tenderão a se solidarizar com as vítimas dos acidentes em detrimento dos agentes que os submetem ao risco, no capítulo 6 (A mídia do lado da vítima sofredora) apresento conceitos da vitimologia e do sofrimento à distância, do autor francês Boltanski. Com essas duas correntes de estudos, mostro como se dão os elos de

solidariedade e a visão da mídia sobre a vítima, responsáveis pela produção de um discurso que, apesar da apregoada imparcialidade, vai se mostrar favorável aos trabalhadores.

Passada a parte teórica, trato de fazer um estudo de caso para mostrar, com exemplos práticos, como todo esse processo até aqui discutido se torna realidade na imprensa. Para tanto, foram selecionados um determinado grupo operário — os metalúrgicos navais de Niterói —, a instituição que os representa — o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Niterói e Itaboraí — e um jornal que, devido à proximidade com o espaço de ocorrência dos fatos, costuma dar maior atenção em suas páginas a casos locais como este — *O Fluminense*.

A escolha destes três sujeitos explica-se por uma combinação de fatores que resultou ao longo de nove anos, entre 1989 e 1998, período em que o sindicato foi dirigido por uma única executiva — em uma quantidade razoável de matérias publicadas nas páginas do periódico. Em primeiro lugar, destaca-se o interesse de *O Fluminense* pelos incidentes locais e com uma categoria profissional que em um de seus melhores momentos de produção, no final da década de 80 e início da de 90, chegou a ter de 14 mil a 20 mil trabalhadores, o que representa um universo de milhares de leitores em potencial, mesmo se for considerado que boa parte destes operários é analfabeta ou semi-analfabeta e que jornais, por não serem produtos de primeira necessidade, estão excluídos dos bens de consumo de muitos destes indivíduos, cujos salários mal dão para sustentar suas famílias.

Em segundo lugar está o desinteresse do periódico em encobrir os fatos ocorridos dentro dos estaleiros, uma vez que essas empresas não costumam ter contratos comerciais com o jornal, já que não são anunciantes. Da mesma forma, também não há interesses políticos aparentes. Além do mais, não havia como fechar os olhos para as manifestações de uma categoria que, durante seus protestos, costumava bloquear algumas das principais ruas da cidade com um carro de som e algumas centenas ou até milhares de metalúrgicos. Tal tática, de chamar a atenção do público e dos jornais através das grandes manifestações, foi absorvida e reproduzida pelo sindicato em diversas ocasiões, conseguindo invariavelmente como resposta reportagens com destaque principalmente em *O Fluminense*, mas também em outros jornais regionais.

Por fim, e talvez o mais determinante dos fatores, destaca-se a estratégia da atuação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Niterói e Itaboraí, tradicionalmente um dos de maior atividade no País desde a

década de 60, apesar do autoritarismo do Regime Militar. A instituição chegou a compor o grupo de trabalho que levou à criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em agosto do ano seguinte. Seu então presidente, Abdias dos Santos, foi posteriormente membro da direção da CUT. Uma história política que, como veremos, daria aos novos sindicalistas, agora liderados por Amaury Paciello, toda uma tradição de lutas, seriedade e confiabilidade que lhes levaria a conquistar espaço para as questões da categoria nas páginas de *O Fluminense*.

Nesta parte prática da dissertação (capítulo 7 — A cobertura), então, analisei matérias recortadas em especial do jornal *O Fluminense*, para avaliar o tratamento e a importância dados pelo mesmo a temas referentes à saúde do trabalhador (acidentes e doenças profissionais, bastante discutidas no período) da indústria naval de Niterói; às denúncias feitas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Niterói e Itaboraí sobre situações de risco observadas pela instituição nos estaleiros; e às inspeções realizadas por órgãos oficiais nas dependências das empresas.

Procurei observar também nesta parte como os discursos dos trabalhadores, sindicalistas, empresários ou quaisquer outros indivíduos que ganharam espaço nas páginas dos jornais foram repassados para os leitores através do texto e avaliar como a publicação dos fatos referentes aos acidentes foi e é até hoje vista pelos sindicalistas.

A dissertação, portanto, trabalhou com o resultado da aproximação do respectivo sindicato com o jornal, a fim de identificar o que definiu esse processo e a resposta conseguida pelos trabalhadores diante do periódico. Procurou também fazer uma avaliação — com o auxílio dos próprios sindicalistas, através de entrevistas — dos eventuais benefícios que o uso do espaço público conferido pela mídia pode ter trazido para a luta da categoria por melhorias nas condições de trabalho nos estaleiros localizados na base sindical de Niterói.

Buscou ainda explorar, através dos exemplos apresentados, como as informações divulgadas pela mídia podem ser aproveitadas pela área de saúde do trabalhador, em especial pelo sistema de vigilância, uma vez que as tragédias ocorridas dentro das empresas, navais neste caso, são, normalmente, algumas das temáticas sobre o setor que mais poderão interessar à imprensa. Além do mais, partindo da consideração de Wunsch Filho et al, de que “vigilância é informação para ação”, (Wunsch Filho et al apud Machado, 1996) vemos que os jornais adequam-se perfeitamente a esta rede, uma vez que o que fazem é exatamente coletar dados e informar. A ação cabe, então, aos demais componentes do sistema, como os órgãos oficiais especializados na área.

A dissertação teve, então, duas abordagens. A primeira com objetivo de mostrar que, mesmo que seu interesse específico não seja esse, a mídia pode fazer parte do contexto de um sistema de vigilância dos acidentes do trabalho, neste caso, na indústria naval de Niterói, uma vez que, embora não produzam informações especializadas sobre a temática, os jornais vão canalizar e reproduzir toda sorte de denúncias e descrição dos acidentes mais graves ocorridos nos estaleiros da cidade. A outra avaliou, através da contextualização dos interesses da mídia e da análise do discurso, que em determinadas situações específicas o texto jornalístico tende a se solidarizar com a classe trabalhadora e reproduzir o discurso sindical.

A discussão dessa temática, hoje, não se encerra no entendimento de um processo que já passou, que teve seu auge nos momentos de maior atividade do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Niterói e Itaboraí, ou que se restringe a uma única entidade representativa de classe. Mais do que isso, a abordagem desse tema se justifica na importância de se entender o funcionamento e a lógica da mídia, para que também outras instituições e instâncias possam aprender a lidar com ela, a fim de aproveitar suas brechas em benefício dos trabalhadores, a despeito do jogo de interesses políticos e econômicos que norteiam o sistema de comunicação não só brasileiro, mas mundial.

A idéia de desenvolver esta temática surge a partir de um envolvimento que passo a ter em 1996, como bolsista de iniciação científica, com a área de saúde do trabalhador. Na verdade, o embrião se origina ainda em 1989, quando, ainda como estagiária de jornalismo de *O Fluminense*, participo ativamente do processo com o qual hoje trabalho nesta dissertação, sendo por vezes escalada para a cobertura das denúncias do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Niterói e Itaboraí sobre as condições de trabalho nos estaleiros e dos acidentes ocorridos nas dependências das empresas navais de Niterói. Anos depois, já envolvida com a pesquisa, passei a reavaliar aquele período, tentando melhor entender um processo do qual fui um dos sujeitos, embora na época não tivesse a justa noção do que acontecia. Noção essa que hoje apresento na forma desta dissertação de mestrado.

2 — CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Este trabalho teve como ponto de partida o levantamento do material publicado em jornais, em especial *O Fluminense*, a respeito dos casos de acidentes de trabalho na Indústria Naval de Niterói; das denúncias apresentadas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Niterói e Itaboraí, sobre doenças profissionais e situações de risco observadas nos estaleiros; e das fiscalizações e inspeções realizadas nas dependências das empresas por órgãos oficiais competentes, seja as regulares ou as motivadas por algum acidente específico.

A pesquisa das matérias foi feita nos arquivos da Editora O Fluminense (proprietária do jornal), na Rua Visconde de Itaboraí, 184, 3º andar, Centro/Niterói; da Biblioteca Nacional, na Avenida Rio Branco, s/nº, Centro/Rio; e do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Niterói e Itaboraí, na Travessa Cadete Xavier Leal, 31, Centro/Niterói. Foram encontradas 39 matérias que se referiam especificamente a acidentes, doenças profissionais, manifestações motivadas por acidentes e denúncias do sindicato. Embora inicialmente não estivesse previsto a utilização de reportagens também sobre as doenças profissionais, essas foram incluídas porque no período em questão foi discutida, votada, vetada, reavaliada e depois promulgada a lei que proíbe o jateamento de areia, causa da silicose. Essas discussões e denúncias relativas à doença também ganharam relativo espaço nas páginas do jornal.

A preferência pelo material publicado por *O Fluminense* se deve ao fato deste jornal — ao contrário de outros maiores como *O Globo*, *Jornal do Brasil* ou *O Dia*, que serão trabalhados aqui apenas a título de comparação — ser sediado em Niterói, onde também se concentram os estaleiros trabalhados nesta pesquisa. Portanto, a ligação e o interesse do periódico local com as questões relativas às empresas da cidade são, conseqüentemente, bem maiores do que os dispensados pelos jornais sediados no município vizinho do Rio de Janeiro. Embora os jornais cariocas não costumem ignorar os fatos ocorridos em Niterói ou adjacências, *O Fluminense*, via de regra, dedicará mais espaço e atenção aos fatos de interesse dos leitores locais, que são todos aqueles que convivem direta (metalúrgicos, parentes, amigos,

vizinhos, etc.) ou indiretamente (qualquer morador da cidade que saiba da existência dos estaleiros) com a indústria naval de Niterói. É exatamente este fator que cria as condições para a análise aqui proposta.

O período de 1989 a 1998 foi escolhido para o trabalho pelo fato de, ao longo destes anos, ter sido o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Niterói e Itaboraí dirigido pela mesma executiva, presidida pelo Sr. Amaury Rinaldi Paciello, que se desligou da instituição em 18 de março de 1998, quando foi eleita a chapa única que o substituiria. A proximidade do sindicato com o jornal ***O Fluminense*** rendeu ao longo deste período, em especial entre 1990 a 1994, uma série de denúncias transformadas em reportagens, a ponto do jornal ter sido considerado, como lembrou o diretor sindical João Batista Vieira de Marins, durante entrevista concedida a essa pesquisadora em 5 de março de 98, “uma sucursal do sindicato”.

Atualmente, no entanto, as matérias referentes à temática dos metalúrgicos não têm sido publicadas com tanta frequência nas páginas de ***O Fluminense***, conseqüência, de certo, do esvaziamento do setor naval da cidade, que chegou a empregar de 14 mil a 20 mil trabalhadores. Hoje, com quase todos os estaleiros de grande porte fechados ou funcionando precariamente, o setor não deve ultrapassar em muito a casa dos mil operários, segundo cálculos superficiais do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Niterói e Itaboraí. Isso representa, também, uma redução das possibilidades de ocorrência de acidentes e certo enfraquecimento do sindicato, que já não recorre tanto ao jornal da cidade.

Outros fatores que certamente influenciam na diminuição da frequência em que matérias sobre o setor naval aparecem nas páginas de ***O Fluminense*** são a reformulação da equipe de reportagem e a concorrência de jornais cariocas que passam a abrir sucursais na cidade e a criar cadernos especialmente voltados para Niterói. No primeiro caso, ***O Fluminense*** perde para outros periódicos os profissionais que costumavam manter um contato mais estreito com o sindicato dos metalúrgicos. No segundo, os próprios diretores sindicais passam a recorrer não mais exclusivamente a ***O Fluminense***, mas também às redações niteroienses dos jornais cariocas, em especial ***O Dia***, cujo caderno dedicado ao município tinha periodicidade diária até ser extinto em finais de 1998.

Além dos recortes dos jornais, algumas Comunicações de Acidentes de Trabalho (CATs) e relatórios de fiscalizações e inspeções de órgão oficiais, como o Ministério do

Trabalho e o Conselho de Saúde do Trabalhador, foram utilizados para a comparação e confirmação dos casos. A avaliação desse material, no entanto, não foi aprofundada nem individualizada, uma vez que o objetivo desta dissertação não era o de trabalhar com os acidentes em si, mas com a cobertura que a mídia dá a eles. O mais importante, assim, não era discutir os acidentes, mas analisar como a imprensa os trata.

Num primeiro momento, foi feita uma abordagem teórica, desvendando os determinantes que levam a mídia a se interessar pelos acidentes e o tratamento que ela dá aos temas relativos aos metalúrgicos e aos acidentes que os vitimam. Esta mesma parte teórica é aquela em que foi ainda estudado como a mídia mobiliza a opinião pública e em que níveis essa mobilização pode se reverter em apoio político e social às lutas de uma categoria profissional. Também foi abordado como é formada a visão desta mesma imprensa a respeito do operário vitimado e discutida a contribuição da mídia para o contexto da rede de vigilância em saúde do trabalhador.

Numa segunda parte, todo o material jornalístico foi comparado — inclusive com o publicado em outros jornais — e analisado em conjunto a fim de se levantar as características dos casos que despertaram o interesse da mídia, assim como o tratamento dado pelo periódico aos respectivos fatos: espaço destinado às reportagens, distribuição pelas páginas do jornal, continuidade da cobertura pelos dias subseqüentes ao ocorrido, etc. Foram abordadas as informações contidas nas páginas do jornal, tentando-se destacar quando e porque os acidentes e qualquer outra ação direta ou indiretamente ligada a eles viram notícia e quais outras questões são inseridas nas páginas do periódico pelo Sindicato dos Metalúrgicos, que se aproveita do momento em que o espaço é aberto para trazer à tona outras discussões pertinentes aos problemas da categoria. Também se discute aqui qual dos lados envolvidos nos casos — empresa ou trabalhador — ganha voz e como seu discurso é repassado ao leitor. Para tanto, foi utilizada a metodologia da análise do discurso.

A idéia original era a de anexar a esta dissertação fotocópias de todas as reportagens aqui tratadas, um fator, no entanto, fez-me mudar de idéia ao longo do trabalho. Como o material foi todo levantado anos depois de ter sido publicado, já não havia exemplares das respectivas edições disponíveis. Somente nos arquivos da Editora O Fluminense tive acesso aos jornais originais, mas estes estavam já encadernados e não é permitido reproduzir os volumes, tendo em vista o risco de danos na coleção. Sendo assim, o material que teria para copiar seria os microfilmes da Biblioteca Nacional ou as fotocópias dos arquivos do Sindicato

dos Metalúrgicos. Ambas, no entanto, ofereciam péssima qualidade gráfica. Por isso, foi decidido que em vez de utilizar as fotocópias, as reportagens seriam descritas e anotadas suas principais informações

As principais bases teóricas para a primeira das etapas deste trabalho foram extraídas dos textos sobre sistemas de informação e vigilância para os casos de acidentes do trabalho de Victor Wünsch Filho et al. Partiu, para tal, da afirmação, contida em alguns destes trabalhos, de que “vigilância é informação para ação”. Foram usados ainda outros autores que abordam a vigilância, os acidentes do trabalho e o sistema de informação, os quais, embora não sejam muitos e não tenham promovido uma literatura extensa sobre essas temáticas, são hoje fundamentais para a construção de seu referencial teórico. Também foram trabalhados autores como Hannah Arendt, Maria Cecília de Souza Minayo, Edinilsa Ramos de Souza e Gilberto Velho, que discutem a questão da violência, que, como veremos, vitima também o trabalhador.

A base teórica que dará sustentação às questões relativas especificamente à mídia foram buscadas em minha área de origem, a Comunicação Social. A análise do discurso jornalístico foi balizada por livros como o da pesquisadora do tema Eni Pulcinelli Orlandi, John Austin e Milton José Pinto, que trabalham, entre outras abordagens, com a imagem passada por diversos textos a respeito de um determinado sujeito. Em meu caso, o sujeito será o metalúrgico, acidentado ou não, e os textos a serem analisados os jornalísticos. Nesta fase foram também trabalhados autores como Boltanski, Zaki Laid e vários outros estudiosos da vitimologia, com os quais complementei os estudos sobre as características da formação da imagem de um sujeito (o trabalhador vitimado pela violência imposta pelas empresas) através da mídia.

Especificamente com Antônio Fausto Neto e Elisabeth Rondelli, pesquisadores da área de Comunicação, complementei a fase de análise do enunciado jornalístico, abordando com esta base o tratamento dado pela mídia ao assunto dos acidentes do trabalho, considerando-o mais uma forma da violência urbana, normalmente tratada pelos autores.

E para avaliar como se deu a estratégia de aproximação do sindicato do jornal e como a resposta dada pelo periódico em forma de cobertura auxiliou nas causas dos trabalhadores, foram feitas entrevistas abertas com o Sr. Amaury Rinaldi Paciello, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Niterói e Itaboraí ao longo dos nove anos trabalhados; o Sr. João Batista Vieira de Marins,

diretor sindical, presidente em exercício da entidade em algumas épocas, muitas vezes responsável pelo contato com a imprensa e um dos poucos integrantes da executiva de Amaury Paciello a permanecer na diretoria do sindicato após a eleição de 18 de março de 98, que levou para José de Oliveira Mascarenhas à nova presidência do Sindicato dos Metalúrgicos.

Durante os encontros, os sindicalistas foram questionados não sobre um ou outro caso, tendo em vista que algumas reportagens foram feitas há muitos anos e a lembrança sobre cada uma delas especificamente poderia ser um processo difícil e improdutivo. As perguntas foram, portanto, feitas sobre o conjunto das reportagens e do contato entre o sindicato e o jornal ao longo dos nove anos estudados. A avaliação dessas pessoas sobre o que foi publicado foi de fundamental importância para a discussão sobre a validade da cobertura jornalística no sistema de vigilância.

Cabe aqui um parêntese. Embora me proponha a mostrar que o que levou o jornal a publicar tantas reportagens referentes aos metalúrgicos foi uma atuação do sindicato no sentido de se aproximar do jornal, buscando ganhar espaço para divulgar suas causas, seria uma leviandade de minha parte dizer que todas as reportagens sobre as quais trabalharei surgiram exclusivamente de denúncias da entidade sindical. Depois de tantos anos, seria impossível saber uma a uma como nasceram as reportagens, se de fontes sindicais, policiais, médicas ou quaisquer outras normalmente utilizadas normalmente pela imprensa para obter informações sobre acidentes, crimes, entre outros. O que podemos, isso sim, é avaliar a participação que os sindicalistas tiveram nas matérias, observando e analisando o conteúdo das informações que fornecem.

Além disso, é primordial deixarmos claro que os assuntos referentes aos acidentes não vão entrar nas páginas do jornal simplesmente como uma resposta do periódico à política de aproximação exercida pelo sindicato. Vale ressaltar que os jornais vendem informações aos leitores e que, portanto, independentemente de quem foi a fonte que forneceu os dados, o assunto irá ganhar espaço se interessar como produto a ser comercializado com os leitores do periódico. A resposta ao sindicato vai se dar, isso sim, em forma de crédito ou destaque às versões e ao discurso dos sindicalistas.

Retomando a apresentação da abordagem metodológicas, foram ainda abordadas ao longo do trabalho duas outras questões. A primeira refere-se à interdisciplinaridade da área da saúde do trabalhador e foi destacada com o objetivo de contextualizar a Comunicação Social nestes estudos. A segunda visou discutir o potencial político e modificador da opinião

pública e teve como base teórica Habermas e sua *Mudança estrutural da esfera pública: Investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*.

3 — INFORMAÇÃO PARA AÇÃO

3.1 — Vigilância em saúde do trabalhador

A interdisciplinaridade da saúde do trabalhador e das ações de vigilância desta área é hoje em dia uma característica incontestável. Anamaria Tambellini destaca que o processo saúde–doença é determinado por uma complexa rede de condicionantes de natureza histórica, social, biológica e psicológica que se organiza em diferentes níveis com estrutura e dinâmicas particulares. (Tambellini, 1994) Diversas teriam que ser, então, as abordagens deste processo para que assim se pudesse contemplar todas essas particularidades. Desta forma, a interdisciplinaridade, segundo a autora, configura-se como uma reconstrução do saber, rearticulando disciplinas em função do objeto.

Especificamente sobre a relação entre saúde e comunicação, Antônio Fausto Neto aponta a importância de adoção de uma matriz comunicacional compatível com os ideais da cidadania. Para tanto, afirma, é fundamental um “autotrabalho” de todo o sistema de comunicação e de saúde, em que práticas e fundamentos seriam revistos e níveis de interação e defrontações com outros núcleos de conhecimentos adotados. Neste sentido, afirma o autor, “possivelmente, a interdisciplinaridade possa apontar para novos desenhos e possibilidades de trabalho intersetorial. (Fausto Neto, 1995, p.293) Também o documento “Política nacional de saúde dos trabalhadores: Análises e perspectivas” atesta a multiplicidade dos fatores que afetam a saúde do trabalhador e suas diferentes formas de abordagem:

Estas formas coexistentes não se superpõe, são complementares, no sentido de tentar reunir de maneira mais compreensiva aqueles fatores que permanecem à margem do âmbito da ação de cada uma delas isoladamente. Esta repartição do campo que se exterioriza na ação dos diferentes agentes (exclusivos e específicos para cada uma das áreas definidas) funda-se numa visão parcializada e atomizada do conhecimento que separa a realidade em compartimentos segregados e fechados entre si, a não ser por algumas poucas e bem delimitadas possibilidades de integração. (“Política Nacional de Saúde dos Trabalhadores: Análises e Perspectivas”, 1986, p.9)

Quanto à vigilância em saúde do trabalhador, que mais especificamente me interessa, Jorge Machado reforça sua — pelo menos — teórica interdisciplinaridade e interinsti-

tucionalidade e destaca que seu conceito “dimensiona a abrangência de sua intervenção na articulação de ações voltadas para as dimensões individual e coletiva no campo da Saúde Pública”. (Machado, 1996, p.120) O autor lembra que as ações de vigilância em saúde do trabalhador são influenciadas mais diretamente pelas contribuições da experiência italiana de reforma sanitária e da medicina social latino-americana, que tem como uma de suas concepções “a integração de diferentes disciplinas em torno da discussão da saúde”. (Machado, 1996, p.6)

Uma intervenção interdisciplinar em vigilância tem um potencial de superação das restrições técnicas das abordagens disciplinares. Os componentes tecnológicos, epidemiológicos e sociais dessa ação interdisciplinar atuam como mediadores da relação entre processo de trabalho e saúde. Logo, ao levarmos em consideração esses três componentes estruturais e a dinâmica dessa relação, somos obrigados a pensar e agir interdisciplinarmente. (Machado, 1996, p.24)

A questão da interdisciplinaridade nos interessa para que possamos inserir a comunicação social, especificamente a mídia, na rede de vigilância em saúde do trabalhador. Jorge Machado já começa a fazer essa inserção ao apresentar as cinco esferas que atuam neste sistema. São elas a executiva, a acadêmica, a estratégica, a legislativa e, por fim, a social, onde está incluída a mídia. (Machado, 1996, pp.21-21) (fig.1) Segundo o modelo proposto pelo autor, no centro da rede de vigilância estão os trabalhadores e o ambiente de trabalho. Essa estrutura apresenta dois pólos dinâmicos e fundamentais: o que é formado pelos representantes dos trabalhadores e o composto pelo pessoal das empresas.

As redes são constituídas a partir de seus núcleos, por meio de denúncias dos trabalhadores envolvidos diretamente em situações de risco ou que se tornam casos de doenças relacionadas ao trabalho. Essas denúncias chegam às instituições por intermédio de representantes dos trabalhadores, comissões, CIPAs, associações, sindicatos, centrais sindicais e órgãos de apoio sindical, como o Departamento Intersindical de Estudos da Saúde e dos Ambiente [*sic*] de trabalho — DIESAT e o Instituto Nacional de Saúde no Trabalho — INST, ligado à CUT, conforme sintetizado por Rebouças (1986): a) o trabalhador ou seus representantes levam a questão; b) a inércia do Estado é vencida pela luta dos trabalhadores, aliados por profissionais de saúde com eles comprometidos; c) as empresas resistem habitualmente, negando casos, escamoteando exames, demitindo e entrando em acordos respaldados na fragilidade diagnóstica, na conivência de autoridades ligadas à Previdência Social e à Justiça do Trabalho. (Machado, 1996, p.17)

Fora desse núcleo estão as instâncias da rede de vigilância, as quais concentram as denúncias para, então, elaborar as estratégias de ação. Na primeira dessas esferas, a executiva, situam-se, segundo o autor, os Programas de Saúde do Trabalhador e as Delegacias Regionais do Trabalho. Os PSTs representam os focos de ações do SUS, que em sua estrutura tem ainda os serviços assistenciais e de vigilância epidemiológica e sanitária. Já as DRTs

compõem a rede desenvolvendo ações de inspeção aos locais de trabalho, de articulação dos vários sujeitos e instituições envolvidos com a área e de mediação de acordos entre trabalhadores e empregadores. (Machado, 1996)

Também nesta camada executiva localizam-se outras instituições como os órgãos ambientais, as secretarias de trabalho, as instâncias ligadas à Previdência Social (perícia médica e reabilitação, por exemplo), e os órgãos de planejamento e desenvolvimento social, entre tantos outros. (Machado, 1996)

Na segunda camada da rede de vigilância destacam-se as ações desencadeadas por projetos acadêmicos e de ensino que, de acordo com Machado, têm colaborado na estabilização e divulgação de experiências e no apoio interdisciplinar em casos de grande amplitude. Ainda segundo aponta o autor, essa esfera é também fundamental para a formação de novos profissionais e na legitimação técnica, contrapondo-se às afirmações dos empresários em suas próprias defesas. (Machado, 1996)

Já a esfera estratégica reúne o Ministério Público estadual e o Ministério Público do Trabalho, “atores com poder de investigação e penalização de maior eficiência do que o Poder Executivo em casos de maior vulto, forças auxiliares no processo de negociação com as empresas e de conscientização do empresariado por temor a processos de responsabilidade civil”. (Machado, 1996, p.22)

Na quarta camada estão as Assembléias Legislativas, onde se tem buscado, segundo o autor, consensos em diretrizes a serem seguidas tanto pelos órgãos executivos (DRT e PST) quanto pelas empresas. Também tem sido neste cenário onde se faz a identificação de campos de investigação necessários aos processos de vigilância. Além disso:

Devido a sua natureza plural e representativa da sociedade, oferece ampla legitimidade e visibilidade social às ações de vigilância decorrentes desses processos, como, por exemplo, no caso do acordo de substituição tecnológica na indústria de cloro-soda no Rio de Janeiro. (Machado, 1996, p.22)

Dentre as cinco camadas, a que mais nos interessa neste trabalho é, sem dúvida, a quinta, a esfera da sociedade onde está inserida a mídia. Machado destaca que este novo agente tem sua importância por desempenhar a função de “contato com a sociedade em que estão inseridos os processos de vigilância, sendo, portanto, estrategicamente importante para visibilidade e legitimação social das ações”. (Machado, 1996, p.22)

Embora ressalte a importância deste agente, o autor, no entanto, critica o que considera sua “restrita e contraditória” colaboração. Machado lembra que a banalização da morte e das denúncias no país e o domínio exercido pelas empresas são os responsáveis por essa restrição e contradição e que só os casos de acidentes e escândalos furam o bloqueio, já que, segundo ele, “a formação de uma imagem de confiabilidade não pode ser maculada por notícias de doenças e mortes”. (Machado, 1996, p.22)

Apesar de concordar com Machado quanto às afirmações sobre o bloqueio existente para a publicação de certas matérias, a banalização da morte e o domínio das empresas, devo ressaltar que outros fatores explicam melhor esse fenômeno, como os já abordados neste trabalho: a questão comercial (interesse dos anunciantes); a política (muitas vezes a empresa tem ligações políticas que interessam à mídia); o apelo popular; a atração de leitores; a heterogeneidade do público alvo; etc. De qualquer forma, como sugere o autor, são mesmo os casos de acidentes — incluindo os do trabalho — os que mais atraem a atenção da imprensa, sendo, por isso, os trabalhados nesta dissertação.

Além dessa contextualização da mídia feita por Jorge Machado ao descrever a rede de vigilância, podemos ainda inserir a mídia, com perfeição, no sistema de vigilância proposto por Wunsch et al, o qual se baseia no entendimento de que “vigilância é informação para ação”. (Wunsch apud Machado, 1996, p.4) Segundo destacam os autores, são três os “componentes de um sistema de vigilância: levantamento das informações, análise de dados e ação”. (Wunsch, 1993, p.143)

Ora, o que é a informação senão a matéria prima do trabalho executado pelo jornalismo? Diante disso podemos desde já atestar que a mídia atua no primeiro componente deste sistema — a informação — e, por vezes, aventura-se também no segundo — análise de dados —, sem contudo apresentar muita precisão. No entanto, para isso, dependerá sempre do parecer de outra fonte mais gabaritada para fazer esta análise.

Assim, a partir do momento em que levanta informações sobre um determinado ocorrido, no caso de meu estudo, especificamente sobre os acidentes de trabalho, o jornal passa a se configurar, ao lado das Comunicações de Acidentes de Trabalho (CATs) e dos relatórios de inspeções, por exemplo, como um dos elementos do sistema de vigilância. Para reforçar essa idéia podemos lançar mão da afirmação de Santos, Wunsch et al, que em outra oportunidade afirmam que “os dados para um sistema de vigilância dos acidentes de trabalho podem ser coletados a partir de várias fontes”. (Santos, 1990, p.291)

É óbvio, no entanto, que, como fonte, o jornal em hipótese alguma pode ser considerado como suficiente para mapear os riscos do trabalho, nem mesmo em um setor tão visado por um determinado veículo, como é o caso da indústria naval de Niterói para o jornal *O Fluminense*, objetos de meu estudo. Da mesma forma que as CATs, por exemplo, os jornais também apresentam falhas, mas as informações inseridas nas páginas de um periódico levam vantagem em relação a essas comunicações por serem elaboradas não pelos empresários, mas também por trabalhadores (os jornalistas) que tendem a se solidarizar com os operários acidentados, como podemos perceber.

A falha do jornal como fonte de informações para o sistema de vigilância dos acidentes em saúde do trabalhador seria, então, a de seguir uma tendência criticada pelos autores, que é a de se restringir aos acidentes graves, ignorando que mesmo um acidente leve, devido ao maquinário envolvido, por exemplo, poderia ter tido conseqüências muito mais graves. Assim, ao contrário de um incêndio que resulta na morte de quatro metalúrgicos e em ferimentos em outros três (como o ocorrido no estaleiro Renave em dezembro de 1994) e ganha destaque nas páginas do jornal, a queda de uma ferramenta sobre o dedo do pé de um trabalhador será absolutamente ignorada. Mas se considerarmos que essa ferramenta poderia ter caído sobre a cabeça do indivíduo, causando-lhe inclusive a morte, vemos que o acidente não foi tão banal. O risco em potencial é grande, mas com certeza não seria suficiente para atrair a atenção da mídia.

De qualquer forma, as informações contidas na mídia, é inevitável admitirmos, ajudam na elaboração de um mapeamento dos riscos do trabalho, como qualquer outra fonte que possa ser utilizada pelo sistema de vigilância dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Em outras palavras, podemos reafirmar que a mídia vai fazer parte como o primeiro componente do sistema de vigilância descrito pelos autores, concentrando e divulgando as informações que poderão ser usadas para a ação.

Fundamental para um planejamento conseqüente é a correta identificação das necessidades a serem abordadas. Elemento indispensável para o planejamento em saúde é um sistema de vigilância epidemiológica estruturado. Este caracteriza-se como um sistema de informação — decisão — controle de doenças específicas, que fornece recomendações, avalia medidas de controle e serve ao planejamento, instrumentalizando a estruturação de um modelo assistencial adequado, configurado por meio da instalação da rede física, do aporte de recursos humanos, da utilização de tecnologia necessária e da hierarquização de assistência no sistema. (Santos, 1990, p.287)

Uma outra consideração que podemos fazer para mais uma vez ressaltar a contextualização da mídia na vigilância em saúde do trabalhador refere-se a uma certa semelhança entre algumas das demandas de um sistema de inspeção como o descrito por Oliveira e as de um jornal. Ambas partem primordialmente de denúncias ou solicitações feitas por trabalhadores ou entidades sindicais. As duas tendem também a investigar — em níveis diferentes, é claro — situações envolvendo acidentes graves. Além disso, a própria ação da fiscalização muitas vezes se pauta, como afirma o autor, nos fatos veiculados nos meios de comunicação. (Oliveira, 1980)

3.2 — Informação e ação

3.2.1 — Quando a palavra é ação

Definida que vigilância é informação para ação, é ponto indiscutível que a ação fica a cargo dos órgãos oficiais competentes. A informação, então, podemos dizer, seria atribuição que caberia em níveis diferentes a diversos organismos sociais e oficiais, como a DRT, Ministério e secretarias de Saúde, hospitais que atendem aos acidentados, sindicatos, os próprios trabalhadores e, quem mais nos interessa, a mídia. Ora, mas se levarmos em consideração que o produto final da imprensa não é outro senão a própria informação, podemos chegar à conclusão de que os textos escritos nas páginas dos jornais não apenas informam, mas são também uma forma de agir. A forma de agir da mídia (impresa).

John Austin mostra que, mais do que descrever, as palavras são também empregadas como ação. Assim, para usarmos exemplos do filósofo e lingüista inglês, quando um homem profere durante uma cerimônia de casamento a frase “aceito esta mulher como minha legítima esposa”, ele não está fazendo uma declaração em que apenas descreve seus atos. Bem mais do que isso, está agindo. Está casando. A sentenças como essa, o autor denomina de “performativas”, classificação que tem origem em *to perform*, verbo em inglês correlato do substantivo “ação”. (Austin, 1990)

O exemplo de Austin com certeza é bem mais claro do que a adaptação que podemos fazer de seu *ato de fala* para a mídia, onde os verbos performativos explícitos — aceito, prometo, batizo, aposto, entre outros — nem sempre aparecerão. Segundo o autor, os performativos podem ser contratuais, que subentendem um compromisso — aceito, prometo, me comprometo, etc. —, ou declaratórios, que fazem uma assertação, um proferimento, uma declaração. Então vejamos: os jornais utilizarão sempre afirmativas e em alguns momentos

vão transcrever declarações de terceiros, suas fontes. E se as transcrevem, de certa forma podemos dizer que reproduzem o discurso dessas fontes e, desta maneira, assumem-no, mesmo deixando claro que tal pensamento pertence a terceiros. E se em uma mesma reportagem usarem informantes diferentes, que têm pensamentos opostos, assumirão, da mesma forma, em uma tentativa de manter posição neutra, ambas as versões.

Assim, quando no jornal aparece escrito:

“O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Amaury Paciello, [...] denunciou que o estaleiro transportou cadáveres.” (*O Fluminense*, 13.12.94, página 8)

podemos afirmar que o periódico também está fazendo a denúncia, a declaração. Não está simplesmente transcrevendo a atitude do sindicalista, mas está agindo com ele. Isso fica ainda mais claro quando, no trecho seguinte da mesma reportagem, utiliza o discurso direto para reafirmar a denúncia:

“– Mais uma vez um estaleiro tira corpos de um navio para que não haja flagrante [...] — afirmou Paciello.”

Podemos afirmar, tendo como base os exemplos acima, que mesmo sem utilizar algum dos verbos performativos indicados por Austin, a declaração do sindicalista — e do jornal que a transcreveu — configura-se como uma ação. Ao falar tais palavras, Amaury Paciello não descreveu simplesmente o que estava fazendo, ele fez, ele denunciou, agiu. E o jornal, ao reproduzir suas declarações, teve ação idêntica, mesmo que na continuação do texto tenha também reproduzido a fala de um sujeito oposto ao sindicalista, o engenheiro de segurança do estaleiro em questão, Nelson Marques:

“O que houve foi intoxicação por causa da fumaça. Não teve quantidade de fogo. O navio não continha gás [...]’, assegurou.”

Também aqui, embora não fique claro o verbo performativo explícito, vemos que o representante do estaleiro agiu — e o jornal também — justificando-se.

Retomando Austin, então, destacamos que:

[...] geralmente o proferimento de certas palavras é uma das ocorrências, senão a principal ocorrência, na realização de um ato (seja de apostar ou qualquer outro), cuja realização é também o alvo do proferimento, mas este está longe de ser, ainda que excepcionalmente o seja, a *única* coisa para a realização do ato. Genericamente falando, é sempre necessário que as *circunstâncias* em que as palavras forem proferidas sejam, de algum modo, *apropriadas*; frequentemente é necessário que o próprio falante, ou outras pesso-

as, também realize determinadas ações de certo tipo, quer sejam ações “físicas” ou “mentais”, ou mesmo o proferimento de algumas palavras adicionais. (Austin, 1990, p.26)

Em outras palavras, “uma ação pode ser realizada sem a utilização do proferimento performativo, mas as circunstâncias, incluindo outras ações, sempre têm que ser apropriadas”. (Austin, 1990, p.27)

Ora, parece-nos então claro que, mesmo que não tenha utilizado os proferimentos performativos explícitos, ao reproduzir a denúncia do sindicalista e a justificativa do estaleiro, o jornal reproduziu as ações dos dois. O jornal agiu. E usou, para isso, as circunstâncias que podemos considerar apropriadas: usou para a denúncia um indivíduo adequado — o representante oficial e legitimado da categoria envolvida na questão — e para a defesa da empresa onde ocorreu o acidente também um representante oficial, o engenheiro de segurança da firma. Além destes dois indivíduos terem suas declarações/ações asseguradas pelas posições que ocupam, o momento e as circunstâncias em que as palavras são proferidas são da mesma forma adequadas. Tanto a acusação feita contra o estaleiro, responsabilizando-o pelo acidente e pelo transporte de cadáveres, quanto a justificativa, da empresa, minimizando a causa da tragédia, acontecem depois de um acidente que vitima sete operários, dos quais quatro acabam morrendo.

Atrevo-mo a ir ainda mais distante nesta questão. Seguindo esta linha de raciocínio do autor inglês, podemos considerar, sem receios, que, se ao publicar notícias — em forma de textos, palavras — quaisquer que sejam sobre um determinado assunto, um jornal está fornecendo informações, então ele está, neste sentido, também agindo. Aqui isso é um fato tão claro quanto os performativos de Austin, afinal de contas, os verbos *fornecer* (informações) e *informar*, subentendidos aqui, sugerem a ação.

Voltando aos atos de fala de Austin, podemos também retirar das páginas do jornal ***O Fluminense*** exemplos para mostrar a ocorrência dos performativos contratuais. Na edição de 19.2.92, na página 6, é transcrita a declaração do delegado da Polícia Federal Altamiro Nascimento de que seria instaurado inquérito contra o gerente-administrativo do estaleiro Enavi, Moacir Lima, por crime de desobediência (mesmo interdito, o estaleiro continuou funcionando) e por submeter vidas de terceiros em risco (os operários trabalhavam sem condições de segurança). Tratava-se de um compromisso feito pelo delegado e reproduzido pelo jornal.

John Austin destaca que os proferimentos, “que têm a aparência — ou pelo menos a forma gramatical — de ‘declarações’” (Austin, 1990, p.29) não serão nunca falsos, embora possam ser fraudulentos, seja por má fé de quem os fez, seja de forma inconsciente. Isso quer dizer que tanto a declaração do sindicalista transcrita no jornal, quanto a do representante da empresa, por mais que sejam opostas, são verdadeiras, da mesma forma que o compromisso firmado pelo delegado da Polícia Federal citado no exemplo anterior. Mas como declarações opostas podem ser verdadeiras, se uma contradiz a outra? Isso explica-se, na classificação do autor, porque uma delas será um *proferimento malogrado*, fará parte de uma doutrina das *infelicitades*.

Esses conceitos com certeza merecem uma explicação mais apurada. Então vamos lá. Para que um proferimento performativo se justifique, explica Austin, é necessário que atenda a algumas exigências, entre elas:

- (Γ.1) Nos casos em que, como ocorre com frequência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa à instauração de uma conduta correspondente por parte de alguns dos participantes, então aquele que participa do procedimento, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e, além disso,
- (Γ.2) devem realmente conduzir-se dessa maneira subsequente. (Austin, 1990, p.31)

Se uma dessas regras — ou qualquer uma das outras quatro que aqui não nos dizem respeito — for violada, o proferimento performativo será malogrado, embora ainda assim verdadeiro. Isso quer dizer que, quando o chefe de segurança da empreiteira Tenenge, Vinícius Vieira, defende a empresa declarando que inquérito interno apontou o operário como o responsável pelo acidente que o matou, porque caiu quando utilizava um acesso inadequado para passar de uma plataforma para um andaime (*O Fluminense*, 27.3.92, p.7), ele não está de forma alguma fazendo um proferimento falso, embora sua versão possa não ser correta. Este é o discurso dele e, como tal, verdadeiro para ele e para o jornal que o reproduz. Vieira pode estar, no entanto, violando as regras acima citadas, estar cometendo um “abuso”. Pode não estar sendo, sincero.

Com base nisso, podemos então concluir que os proferimentos performativos impressos nos jornais, as ações garantidas pelas palavras — de informar, denunciar, defender, etc. — serão sempre e em qualquer circunstância verdadeiros, mesmo que as informações possam não ser sinceras ou corretas. As fontes, ou o próprio periódico, podem estar fazendo mau

uso dos dados, distorcendo-os, mas os atos representados pelas palavras serão sempre verdadeiros: a denúncia e a defesa serão feitas e a informação será dada.

3.2.2 — O sentido das palavras

Por se tratar de uma dissertação que se propõe a trabalhar com a mídia e a transmissão de mensagens, fazem-se aqui necessários alguns conceitos básicos da Comunicação Social, uma vez que, nem é preciso muito esforço para perceber, a publicação de textos nas páginas dos jornais não tem outro objetivo senão a comunicação. David K. Berlo destaca que “tudo aquilo que as pessoas possam atribuir significações pode e é usado como comunicação”. (Berlo, 1970, p.11) A comunicação, completa ele, é a base da ação recíproca das relações entre o homem e o homem. E este processo, continua, tem como objetivo básico “alterar as relações originais entre o nosso próprio organismo e o ambiente em que nos encontramos”. (Berlo, 1970, p.21)

Maria Helena Martins afirma que a leitura funciona como um processo de compreensão abrangente, cuja dinâmica envolve componentes sensoriais, emocionais, intelectuais, filosóficos e neurológicos. (Martins, 1987) Assim, imagens e palavras unem-se para despertar os vários níveis de leitura que, como sustenta a autora, se inter-relacionam:

Talvez haja, como disse, a prevalência de um ou de outro. Mas creio mesmo ser muito difícil realizarmos uma leitura apenas sensorial, emocional ou racional, pelo simples fato de ser próprio da condição humana inter-relacionar sensação, emoção e razão, tanto na tentativa de se expressar como na de buscar sentido, compreender a si próprio e ao mundo. (Martins, 1987, p.77)

E esses níveis de leitura ou compreensão, não necessariamente de um texto escrito, podem se referir tanto ao emissor (definido em comunicação como o indivíduo ou objeto que emite a mensagem) quanto ao receptor (o indivíduo a quem a mensagem se destina) da mensagem (o conteúdo da comunicação que é transmitido através de códigos diversos). Enquanto o primeiro reproduz suas sensações, emoções e razão através da mensagem, o outro utiliza suas próprias sensações, emoções e razão para absorver esse conteúdo da comunicação. Sensações, emoções e razão essas que o levarão a perceber e interpretar a mensagem de uma forma subjetiva.

Mais uma consideração é de fundamental importância que se faça em relação ao processo de comunicação. A mensagem, como já foi dito, é transmitida através de códigos

e estes, por sua vez, são qualquer grupo de símbolos capaz de se estruturar de maneira a ter significação para alguém. Umberto Eco define esse código como:

[...] o sistema que estabelece: 1) um repertório de símbolos que se distinguem por oposição recíproca; 2) as regras de combinação desses símbolos; 3) e, eventualmente, a correspondência entre cada símbolo e um dado significado. (Eco, 1974, p.16)

Esta questão desperta-nos aqui bastante interesse. Berlo afirma que “nenhuma fonte comunica como livre agente, sem ser influenciada por sua posição cultural–social” (Berlo, 1970, p.50). Trataremos melhor desta questão mais à frente, quando falarmos do público alvo. Por enquanto basta-nos para compreender o processo de comunicação que tenhamos clara a noção de que qualquer idéia que um indivíduo tenha vai ser fortemente influenciada por sua condição social e cultural, com os referenciais que ele tiver. Nada que se faça ou produza é isento desta influência.

E se as idéias/mensagens se configuram nesse contexto, o mesmo acontece com os códigos, que também devem estar perfeitamente de acordo com o ambiente do receptor para que sejam interpretados de forma correta — embora o correto seja relativo a cada indivíduo. Para serem decodificados pelo destinatário da mensagem, os códigos devem ter um referente conhecido no meio deste indivíduo. Sem isso, a comunicação não alcança seu objetivo.

Segundo Eco, o código “estabelece que um dado significativo denota um determinado significado”. (Eco, 1974, p.24) Por significado devemos entender uma interpretação mental e referencial que formamos ao ouvirmos ou avistarmos determinado som ou imagem. Já o significante a que se refere o autor é um processo intelectual que vai se formando para a identificação do código recebido.

A relação de conotação se estabelece quando um par formado pelo significante e pelo significado denotado, conjuntamente, se torna o significante de um significado adjunto. (Eco, 1974, p.27)

Isso tudo nos é interessante para entendermos ao que Umberto Eco se refere quando define dois tipos de mensagem: uma que se apresenta como forma significante e outra como sistema de significados. A primeira, explica o autor italiano, é qualquer “configuração gráfica ou acústica que pode subsistir mesmo se não for recebida, ou se for recebida por alguém que não conhece o código”. (Eco, 1974, p.42) Seriam principalmente imagens marcantes de fotos, que por suas características gráficas despertam a atenção de qualquer receptor, ou sons altos e agitados que por si só já denotam certa violência.

Já a mensagem como sistema de significados é aquela que apresenta a forma significante que o destinatário, baseado em códigos determinados, preenche de sentidos. (Eco, 1974) Resumindo tudo isso, é a forma da mensagem na qual o receptor pode decodificar a informação a partir de um referencial conhecido. Isso mais uma vez reforça a afirmativa de que, para que o receptor receba e interprete plenamente a mensagem, esta precisa fazer parte de seu contexto, seja cultural, social, etc.

É nesse sentido que Eliséo Veron destaca que uma mensagem jamais vai produzir um único efeito de forma automática, já que todo discurso desenha um campo de efeitos de sentidos diversos, dependendo de todo a base social e cultural de quem recebe a mensagem. Isso quer dizer que entre a produção e a recepção da mensagem não há causalidade linear no universo do sentido. E assim, sendo a ordem do enunciado a ordem do que é dito, a enunciação vai concernir não ao que é dito, mas às maneiras de se dizer, ficando clara aqui a diferenciação entre as duas categorias. Assim, o que importa, o objeto da comunicação, não é a mensagem por ela mesma, mas a produção/reconhecimento do sentido, aquele no qual a mensagem não é mais do que o ponto de passagem. (Veron, 1983)

Isso nos é pertinente para avaliarmos como as imagens serão formadas pelo texto jornalístico. Segundo explica Veron, em um discurso, qualquer que seja sua natureza, as modalidades do dizer constroem e dão forma ao dispositivo de enunciação ou contrato de leitura, que comporta: 1. a imagem daquele que fala, o enunciador, que pode ser o próprio jornal ou o autor das palavras que o periódico reproduz. Esta imagem contém a relação daquele que fala como aquilo que ele diz; 2. a imagem do destinatário da mensagem, uma vez que o produtor do discurso não constrói somente seu lugar naquilo que diz, mas define igualmente seu destinatário; 3. A relação entre o enunciador e o destinatário, que é proposta no e pelo discurso.

Nota-se que aqui, como trabalhamos conceitos de análise de discurso, não podemos confundir o “emissor real” e o “receptor real” do enunciador e do destinatário. Estes dois últimos são entidades discursivas que permitem-nos distinguir os diferentes tipos de discursos que serão construídos por um mesmo emissor. Cada qual visa a um público alvo diferente. Cada qual tem um enunciador diferente, embora o emissor possa ser o mesmo. Na prática, tendo como emissor um jornalista que trabalha em dois jornais — um popular e outro

voltado a um público mais letrado —, vemos que ele poderá ser dois enunciadores, ao passo que escreverá um texto específico e característico a cada um dos jornais para que trabalha.

Os jornais, sendo ou não escritos pelo mesmo emissor, mas com certeza tendo enunciadores diferentes e sendo voltados para públicos distintos, para destinatários próprios, terão discursos igualmente diversos e adequados para seus leitores típicos. Assim, *O Fluminense*, jornal com público basicamente niteroiense e popular, terá obviamente um discurso diferente daquele sustentado por *O Globo* e *Jornal do Brasil*, por exemplo, voltados para um leitor mais requintado e carioca, principalmente. Assim, darão a questões específicas um tratamento diferente, ainda mais se essas temáticas tiverem ou não alguma ligação direta com seus respectivos públicos. Assim, podemos afirmar, com base nas palavras do autor, que o discurso de um órgão de imprensa é um espaço imaginário onde percursos múltiplos são propostos ao seu leitor. (Veron, 1983)

Neste sentido, Veron explica que a análise do ideológico de um discurso é a do sistema de relações entre ele e suas condições de produção, e que a análise do poder do discurso concerne às relações deste com seus efeitos. E entre as condições produtivas de um discurso, continua o autor, há sempre outros discursos, que se influenciam mutuamente, provocando efeitos entre si.

Podemos então dizer que, para a análise de um discurso, necessitamos avaliar, por um lado, todo o contexto em que este foi produzido e os fatores que o influenciaram e, por outro, os efeitos que ele por ventura possa provocar nos destinatários, no público leitor, na opinião pública. É então por isso que, para a análise do discurso dos textos jornalísticos que abordam os acidentes na indústria naval aqui proposta, precisamos, primeiro, contextualizá-lo num conjunto ideológico que, acredito, justifique e explique como se dá sua formação e os efeitos que pode ter sobre a opinião pública. Esta, como mostraremos nos próximos capítulos, será baseada numa rede de moral e solidariedade em que a mídia, representada por *O Fluminense*, se volta para o trabalhador enquanto vítima sofredora da violência imposta pela força econômica do patronato.

3.2.3 — As imagens falam

Ao analisarmos o noticiário publicado pela imprensa, não podemos deixar de fora o material fotográfico impresso aos textos. As imagens, ensina Veron, são inseparáveis

dos elementos lingüísticos que as acompanham. (Veron, 1982). Nas reportagens, elas poderão aparecer de diversas maneiras, figurando-se desde fragmentos do real a ícones do assunto abordado. Seja qual for seu tipo ou caracterização, comporá, junto às palavras, a enunciação a ser levada aos destinatários. Tanto umas quanto outras formarão um mesmo discurso, voltado e adequado ao público leitor do periódico.

Fausto Neto destaca que, ao lado do discurso verbal, o discurso icônico (Fausto Neto et al), constitui a informação jornalística. É inegável a emoção traspassada por uma foto que exiba os corpos das vítimas de um acidente ou mesmo por outra que mostre um grupo de pessoas à volta do caixão durante um enterro. Nas palavras do autor:

Através da fotografia [...], o jornal busca, de alguma forma, pelo menos naquilo que pode ser mostrado através das imagens (emoção, alegria, dor, choro), ultrapassar os limites verbais do discurso indireto, que não consegue transpor literalmente os elementos *emocionais* e *afetivos* do discurso. (Fausto Neto et al, s/d, p.115)

A foto, aliás, vai figurar como um dispositivo que sustenta o argumento de uma “verdade incontestável”. Assim, “a fotografia representa sempre a prova indiscutível de que certo evento aconteceu” (Fausto Neto, s/d, p.115). Trata-se do mais clássico dos modelos de imagens usados pela mídia, o da imagem de imprensa testemunhal, que, explica Eliséo Veron, tem o estatuto semiótico de *autêntico fragmento do real*. Seu valor, continua o autor, repousa inteiramente sobre a singularidade irreduzível, única, do que ela tem bom êxito em mostrar, que é o momento exato em que o fato acontece. E é este modelo o que estaria historicamente ligado à constituição do imaginário, social em torno do jornalista, visto como a testemunha ocular dos fatos importantes e de destaque do dia-a-dia ou de situações atípicas e graves, como uma guerra, uma matança, um acidente do trabalho ou não que causa várias mortes, um corpo sendo içado por um guindaste, etc. (Veron, 1982)

Esta imagem testemunhal, segundo o autor, está, no entanto, estreitamente ligada a um discurso informativo que constrói seu real como nitidamente separado do próprio discurso, ou seja, o discurso da imprensa está onde as notícias recebem os últimos preparativos para a publicação e o consumo, enquanto o real está distante, está no local onde o fato ocorreu, que é inacessível ao destinatário do jornal. Em outras palavras, há um distanciamento entre a produção e o consumo da notícia, uma vez que esses dois momentos se dão em lugares, circunstâncias, situações e heranças culturais e sociais diferentes. Cabe aos homens da mídia, então, como destaca Veron, estabelecer a ponte, promover a mediação entre os dois espaços, aproximar os acontecimentos da atualidade e seus personagens dos leitores do jornal,

fazer com que eles se aproximem. (Veron, 1982) Fazer, diríamos, com que, mesmo sem ter estado lá e tido contato com os sujeitos do acontecimento, o público alvo, a opinião pública, sinta como se tivesse ela própria testemunhado o fato, solidarizando-se ou não com as vítimas. Este seria, então, o principal sentido da imagem testemunhal.

Além esta imagem testemunhal, em vias de desconstrução, segundo Veron, observa-se na imprensa uma outra tendência de utilização de imagens, que perde seu referencial com o acontecimento real e passa a simplesmente evocar o campo semântico designado pelo texto. Esta evocação, explica Veron, é produzida em regra geral por uma associação que mobiliza elementos apanhados no reservatório dos estereótipos visuais da cultura. O apelo a esta estereotipia cultural do icônico, continua, seria, então, sempre necessário. Seria o caso, por exemplo, de se ilustrar uma reportagem sobre a indústria naval com a foto de um navio atracado ao dique de um estaleiro qualquer. Esta mesma imagem, que reporta ao setor e passa a ter a função de simplesmente decorar a página do jornal, pode ser usada tanto na matéria que aborda a questão econômica do setor quanto na que trata do problema da silicose — doença provocada por um tipo de trabalho exercido dentro dos estaleiros —, ou, ainda, na que fala das greves ou dos acidentes do trabalho.

Eliséo Veron destaca que, nestes casos, texto e imagem reenviam referências um ao outro num equilíbrio semântico fechado. Por outro lado, continua, na medida em que a natureza testemunhal vai sendo apagada e a imagem transforma-se em alguma espécie de visualização de um conceito e não do testemunho de um evento singular, a possível imprecisão de algumas imagens é automaticamente anulada. (Veron, 1982) Ou seja, as imagens tornam-se por definição ícones do assunto e isso é um fato consumado e indiscutível. Não se questionará se uma foto aérea de uma determinada área ilustra, de fato, o pátio de um dado estaleiro onde ocorreu o acontecimento noticiado. A simples associação desta imagem ao texto, por uma legenda ou outro tipo de referência, é esta garantia. O jornal pode até ter errado na seleção e identificação desta foto, mas para o leitor, pelo menos até uma provável retratação do periódico, o que estiver publicado é o que será passado como verdade.

Cabe aqui fazermos um parêntese nas discussões de Veron para retomar Umberto Eco. O autor italiano explica que:

Para obrigar o leitor a prestar atenção a premissas e argumentações é preciso estimular-lhe a atenção; e para tal ocorrem as translações e as figuras retóricas, embelezamentos mediante os quais o discurso surge, de repente, inusitado e novo, ostentando uma imprevista cota de informação. (Eco, 1974, p.75)

Isso explica, portanto, a necessidade de se ilustrar uma reportagem com imagens icônicas e até certo ponto comuns, que não têm nada de anormal ou espetacular — como pode parecer a testemunhal, que, vale dizer, também exerce forte apelo emocional sobre o receptor. A imagem, então, tem o poder de, muito mais do que adornar, chamar a atenção do leitor para o conjunto texto/imagem.

O procedimento do fundo semântico acima abordado é apenas uma das formas de tratamento da imagem apresentadas por Veron. Outra delas é a retórica visual das características, que seria a utilização de um conjunto de imagens, normalmente sobre um personagem, as quais lhe caracterize ou à situação em que aparece. Assim, um advogado ou político aparecerá normalmente de terno e gravata, um médico, de branco, um operário, de macacão, e assim por diante. Da mesma forma, de certa personalidade pode-se ainda utilizar diferentes fotos que se correspondam às diversas situações vividas por ela no dia-a-dia. Fotos essas que podem ter sido tiradas em muitas ocasiões e arquivadas para voltarem a ser usadas em outros momentos a que se adequem. Assim, uma foto em que o personagem, um sindicalista, por exemplo, mostra-se exaltado durante uma assembleia, poderá ser reutilizada quando ele se mostrar revoltado por outro acontecimento qualquer, como um acidente que vitimou um companheiro de profissão.

Um terceiro procedimento apresentado por Veron é o da metáfora visual, em que são usados desenhos ou outras imagens que de alguma forma possam representar o fato noticiado, como é o caso dos selos, desenhos que marcam toda uma série de reportagens sobre dada temática, facilitando ao leitor sua identificação. Já o tratamento da espacialização/localização pressupõe que não só a imagem, mas também sua localização na reportagem (ou na página) lhe emprega sentido específico. E cada uma dessas formas de se apresentar e tratar a imagem deve-se levar em consideração ao se analisar o discurso do conjunto da mensagem jornalística, que, vale lembrar, interessa não somente por seus próprios códigos, mas por todo o contexto — social, cultural, econômico, etc. — em que foi produzida.

Esclarecidas essas formas de utilização da imagem pela mídia, entendemos melhor a afirmativa de Milton José Pinto de que “toda imagem é produzida por um trabalho de manipulação enunciativa, comandada por intenções comunicativas ritualizadas, conscientes e/ou não”. (Pinto, 1998, p.1) Tanto quanto um signo lingüístico, este signo gráfico é apenas uma possibilidade de referência do real, ou seja, uma foto é uma referência do objeto que ela

expressa. E essa referência só vai se realizar em um contexto de comunicação real quando fizer parte de um discurso.

Assim, retomando as definições de Umberto Eco, a mensagem que pretende ser passada pela imagem só terá forma de um sistema de significados se o destinatário da imagem tiver todo o conjunto de referentes para interpretá-la naquele contexto em que se produz o discurso. Caso contrário, a mensagem por ela passada terá apenas uma significante. Exemplificando: qualquer pessoa pode ver a foto do navio e identificar o objeto, mas só fará a ligação dele com o estaleiro ou com a silicose se tiver o conhecimento de que navios são construídos e consertados em estaleiros e que a limpeza dos cascos era, há até alguns anos, feita com jateamento de areia e que a poeira produzida neste processo continha a sílica, que provoca a doença. Estes referentes, em um jornal acessível ao público em geral, não especializado na temática, deverão constar, então, do discurso escrito, do texto.

Milton José Pinto ensina que existe uma importante categoria de imagens, denominadas iconográficas, que deve ser classificada como signos. Seu significado precisa ser aprendido para ser compreendido, tal como os signos lingüísticos. São imagens convencionais, como a cruz, a auréola, a figura da Justiça, os símbolos representativos do masculino e do feminino, entre outras. O autor explica que esta iconicidade é a mesma que nos discursos descritivos e narrativos verbalizados Barthes chamou de efeito do real. (Pinto, 1998) Segundo ele:

[...] as imagens icônicas funcionam apenas como sintagmas nominais, como se disse, que mostram ou descrevem o seu referente, ao serem usadas em um discurso. Uma imagem icônica não pode ser usada valendo por sujeito + predicado e nem por um predicado, isoladamente. A função predicativa exige o uso de signos arbitrários e com significado abstrato (“categorias” ou “classes”) para ser exercida, e para que essa imagem receba predicados é necessário que se acrescente a ela uma legenda verbal ou algum elemento iconográfico. (Pinto, 1998, p.3)

Tal sentença transcrita numa dissertação elaborada na área de Saúde Pública com certeza pode parecer sem sentido, mas destaco sua importância uma vez que aqui consideramos os navios como uma imagem icônica do setor naval, que muito nos interessa. Ora, se Pinto considera as imagens icônicas apenas como sintagmas nominais, substantivos não verbais, isso quer dizer, então, que uma foto de um navio impressa na página de um jornal, por si só, representará apenas um navio. Para que essa imagem ganhe um significado a mais, ela precisará de um predicado, uma vez que, como imagem icônica, ela é o sujeito. Seu predica-

do, o elemento iconográfico da enunciação, será então a legenda que identificará a imagem no contexto em que o discurso foi produzido.

Isso não é necessário, por exemplo, com a imagem da imprensa testemunhal, embora a legenda sempre vá ajudar na leitura da foto. A cena de corpos estirados no chão ou a de cadáver um sendo içado por um guindaste, por exemplo, tem por si só forma de sujeito e predicado. Inseridas em reportagens sobre um acidente que vitimou alguns operários num estaleiro ou sobre a morte de um trabalhador, cujo corpo ficou preso em determinado ponto do pátio da empresa a ponto de precisar ser guinchado, as imagens falam por suas próprias características descritivas.

Entramos então no alerta de Milton Pinto de que, ao contrário do que se apregoa, nem sempre o aforismo “uma imagem vale mais do que mil palavras” é válido. O autor parece concordar com Eco ao afirmar que a imagem atrai mais o receptor e é um fator forte de motivação pela leitura, no entanto, ele chama a atenção para o fato de que não se pode extrapolar em relação a essa constatação. Só o poder descritivo das imagens, fala ele, é maior do que o das palavras. (Pinto, 1998) Quanto mais complexas e icônicas elas forem, quanto menos testemunhais e objetivas, mais difícil será sua decodificação.

3.3 — As primeiras informações sobre um acidente

Uma das principais características da imprensa, não só brasileira, mas mundial, é o imediatismo. Um fato ocorrido hoje tem que estar poucas horas depois no ar através das emissoras de rádio, entrar o mais tardar no final do dia num telejornal ou ser publicado impreterivelmente amanhã nas páginas de um jornal. Trata-se de uma regra básica do jornalismo que garante o paradoxo da mídia, de que um jornal deve ser sempre o mesmo e, ao mesmo tempo, novo a cada dia. Fausto Neto explica que:

[...] a partir destas práticas cotidianas cria-se, a nível discursivo, uma expectativa *sintagmática* (algo que ocorre hoje será notícia amanhã, terá desdobramentos depois, até ser esquecido), e, a nível social, uma expectativa *paradigmática* (a garantia de se ter hoje, amanhã e sempre, todos os dias, jornais diferentes e, *paradoxalmente*, o mesmo jornal). (Fausto Neto et al, s/d, p.117)

Essa busca pelo ineditismo faz então, como criticam Sandman e Maclean, que extensas partes da “realidade” sobre o fato noticiado acabem não sendo importantes para o ponto de vista dos jornais ou de seu público, simplesmente porque não são fatos novos. São

casos que acontecem constantemente e que, portanto, não são mais novidades. Segundo reconhecem Lichtenberg e Maclean:

What's news is what's new, unusual, interesting, important, dangerous, controversial, a change from the norm.¹ (Lichtenberg & Maclean, 1992, p.40)

De qualquer forma, percebe-se que embora algumas vezes haja um certo atraso na divulgação de determinados casos, como quando um jornal só publica o fato dois dias depois do ocorrido, o que é sem dúvida uma falha, o normal é que as informações sobre um fato sejam colhidas imediatamente pelo repórter, poucas horas ou até minutos após o ocorrido, através de fontes nem sempre especializadas, mas que estiveram de alguma forma presentes ou ligadas ao acontecimento. Todo o trabalho de coleta de informações, elaboração de texto, revisão e edição tem que ser feito em espaço curtíssimo de tempo, a fim de garantir o momento para a fase industrial da confecção do jornal, que passa pelos serviços de composição, conferência de texto, emendas, fotolitagem, gravação em chapas e impressão. Depois de tudo isso, o jornal deve estar pronto para chegar às bancas ainda nas primeiras horas da madrugada.

Embora algumas reportagens tenham mais tempo e um processo mais favorável para ser produzidas (são as chamadas matérias frias, que não têm urgência para serem publicadas, pois não têm um fator específico e emergente de deflagração do interesse pelo caso), nota-se que o trabalho da imprensa tem contra si uma forte pressão, exercida pelo tempo curto. Um inimigo que muitas vezes impede os jornalistas de coletarem e avaliarem melhor as informações, como faz, por exemplo, um acadêmico, que por vezes dispõe de semanas, meses ou até anos para estudar um objeto.

Além disso, um acadêmico, assim como o funcionário de um órgão oficial, como a DRT, por exemplo, tem toda sua vida profissional para acumular e desenvolver informações a respeito, por exemplo, do processo de trabalho, dos riscos e normas de segurança em um estaleiro. Para os jornalistas isso é inviável, embora alguns, por interesses particulares, costumem dedicar-se ao estudo de um assunto em especial. Via de regra, é impossível a um profissional que diariamente trabalhe com tantos temas diferentes especializar-se sobre todos eles.

Diante disso, nota-se que a precisão das informações sobre um acidente do trabalho dentro das dependências de um estaleiro, que é o que nos interessa, com certeza será infinitamente menor do que aquela observada, por exemplo, nos relatórios de uma equipe de

fiscalização da DRT, do Programa de Saúde do Trabalhador ou de qualquer outra instância onde atuem profissionais qualificados e estudiosos da saúde do trabalhador.

Isso, no entanto, não anula o valor desse material para um processo de vigilância. Até porque, as primeiras informações levantadas sobre um ocorrido deste tipo serão normalmente coletadas não pelo pessoal especializado, mas pelos jornalistas, que chegarão ao local e terão contato com os sujeitos ainda sob o impacto da emoção de terem acabado de presenciar, sofrer ou perder companheiros num trágico acidente. Dados esses que dificilmente os fiscais que chegarão ao local no dia seguinte terão condições de recuperar.

Além disso, não podemos esquecer da opinião pública, que tem mais chances de ser informada sobre o acidente através da mídia do que por qualquer outro meio. A partir daí e do estado de comoção em que será provavelmente envolvida, então, poderá passar a, direta ou indiretamente, exigir ações sobre o problema. Exercer sua pressão.

Também o tempo em que um dado ocorrido permanece em cartaz nas páginas do jornal é outro indicativo que segue uma característica do processo de produção das notícias, embora nem sempre seja suficiente para acompanhar o desfecho do caso. A imprensa leiga não se propõe a apresentar coberturas especializadas sobre determinadas temáticas, tampouco perpetuar o assunto em suas páginas. Mesmo assim, o desaparecimento do caso não pode ser considerado apenas um descaso do jornal. Vemos que esse processo — normal — faz parte da regra da enunciação jornalística abordada por Fausto Neto e já tratada neste trabalho.

Assim, o acidente cria, em nível discursivo, uma expectativa *sintagmática*, que é o que garante a cobertura no dia seguinte ao que um dado fato ocorreu, além da publicação de suítes (matérias que desenvolvem o assunto nos dias posteriores ao da primeira publicação) enquanto houver desdobramentos que despertem o interesse do leitor — comum, não o especializado ou diretamente envolvido com o assunto, normalmente mais exigentes — ou, pelo menos, dos jornalistas. Em nível social, completa o autor, cria a expectativa paradigmática, que é o que garante que o mesmo jornal possa ser diferente todos os dias, abordando questões diversas que despertem o interesse dos leitores comuns. Assim, até quando tratar de um mesmo assunto, o jornal o fará de maneira e ângulos distintos.

Devemos ainda levar em consideração a maior proximidade muitas vezes existente entre o indivíduo comum e os jornais do que entre esses indivíduos para com os órgãos oficiais, muitas vezes sujeitos a uma burocracia inviável para a mídia, que precisa agir mais

livremente para garantir sua agilidade. Esta facilidade de aproximação é o que acaba por, de certa forma, legitimar a função da imprensa de, dependendo do caso, defensora do indivíduo trabalhador. Tomamos, então, a afirmação de Rondelli de que “o telejornal [e o jornal impresso também] ocupa o lugar de tais instituições [podemos dizer de instituições oficiais em geral], principalmente na medida em que algumas notícias são pautadas pelo programa a partir de denúncias e chamados dos telespectadores [leitores em geral]”. (Rondelli, s/d, p.102)

¹ A notícia é o que é novo, não usual, interessante, importante, perigoso, controverso, o que foge à norma.

4 — A OPINIÃO PÚBLICA

Acessível a qualquer um, em contraposição ao privado, o público é uma categoria que já no século XVIII era usada para caracterizar o espaço por excelência para a formação de opinião, “que tinha no início funções críticas com relação ao poder, e mais tarde foi refuncionalizada para canalizar o assentimento dos governantes”. (Freitag, 1990, p.14) Sua evolução para o uso mais freqüente que até hoje se faz, o de “opinião pública”, se dá, segundo vemos em Habermas, paralelamente ao desenvolvimento do próprio sistema de circulação de informações, embora este tenha se iniciado ainda no século XIII, na trilha da troca de mercadorias.

De início, as informações trocadas referiam-se apenas aos interesses dos comerciantes. Mas é somente a partir do surgimento da imprensa no sentido estrito que a transmissão das informações torna-se pública, atendendo não só aos anseios dos controladores do comércio e outras corporações — que passam a ignorá-la, por não lhes ser útil —, mas agora ao público em geral.

Em sentido estrito, os primeiros jornais, por ironia também chamados de “jornais políticos”, aparecem de início semanalmente e, lá pela metade do século XVII, já aparecem diariamente. [...] Os beneficiários das correspondências privadas [os comerciantes] não tinham interesse em que o conteúdo delas se tornasse público. Por isso, os jornais políticos não existem para os comerciantes, mas, pelo contrário, os comerciantes é que existem para os jornais. (Habermas, 1984, p.34)

Como veremos, esse princípio se faz verdade até hoje. Se tomarmos nosso objeto — os acidentes ocorridos no ambiente dos estaleiros — como exemplo, veremos que a publicação desses casos nos jornais não é de interesse destas empresas, da mesma forma que as informações publicadas no início da história da imprensa também não seriam de interesse dos comerciantes do século XVII. Mas são hoje do interesse dos jornais, que não vão ignorar a existência dos estaleiros, principalmente quando ocorrem dentro deles fatos que, devido ao apelo emocional ou sádico — acidentes com mortes —, tanto despertam o interesse dos leitores, ainda mais se não houver empecilhos econômicos à publicação desses fatos, como seria o

caso se a indústria naval fosse anunciante do jornal trabalhado, o que, via de regra, não acontece. Como já dizia Habermas:

A troca de informações desenvolve-se não só em relação às necessidades do intercâmbio de mercadorias: as próprias notícias se tornam mercadorias. Por isso, *o processo de informação profissional está sujeito às mesmas leis do mercado, a cujo surgimento elas devem, sobretudo, a sua existência.* (Habermas, 1984, p.34) [o grifo é meu]

Isso quer dizer, então, que um fato, em primeiro lugar, só será notícia se tiver certo interesse comercial. Mas não se trata de ser diretamente financiado por alguém que pague pela sua publicação. Pelo menos não neste caso. Trata-se, isso sim, de lucro refletido no retorno do público leitor, que comprará o jornal de acordo com o interesse que lhe despertem as reportagens anunciadas no periódico. Em segundo lugar, um fato pode deixar de ser notícia para determinado jornal caso a empresa jornalística queira atender aos objetivos de seus anunciantes ou parceiros políticos, por ventura contrários aos assuntos abordados na reportagem.

Habermas lembra que foi com o estabelecimento do Estado burguês de Direito e com a legalização de uma esfera pública politicamente ativa que a imprensa passou a “assumir as chances de lucro de uma empresa comercial”. (Habermas, 1984, p.216) Assim, completa Bücher, “o jornal assume o caráter de um empreendimento que produz espaço para anúncios como uma mercadoria que se torna vendável através da parte reservada à redação”. (Bücher apud Habermas, 1984, p.216)

Isso quer exatamente dizer que os espaços destinados para os anúncios são a mercadoria que os jornais de fato vendem. Mas os anunciantes só comprarão esse espaço caso o restante do produto do jornal — o material reservado à redação, aquela parte que atrai o público — garanta-lhes um retorno. Esse retorno só será por sua vez possível caso esse público compre as notícias deste jornal e, no pacote, também leve os anúncios. Desta forma, muitas vezes poderá ser então o anunciante a definir, direta ou indiretamente, as notícias que sairão impressas no jornal.

[...] o jornal acaba entrando numa situação em que ele evolui para um empreendimento capitalista, caindo no campo de interesses estranhos à empresa jornalística e que procuram influenciá-la. Desde que a venda da parte redacional está em correlação com a venda da parte dos anúncios, a imprensa, que até então fora instituição de pessoas privadas enquanto público, torna-se instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas, ou seja, pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública. (Habermas, 1984, p.217)

Como já foi dito, uma vez que os estaleiros, não costumam ser anunciantes do jornal *O Fluminense*, pelo menos neste caso não passará, então, a ser uma instituição deste membro específico do público, a indústria naval, que de forma alguma sairá aqui numa situação privilegiada diante da opinião pública.

De qualquer modo, apesar do jogo de interesses que rege a mídia, vemos que seu espaço é por excelência o espaço da opinião pública, aquele que serve “para que o público se comunique”, (Habermas, 1984, p.14) troque suas idéias, forme conceitos, estabeleça críticas, julgue, absolva ou condene indivíduos ou instituições. E o potencial deste meio foi reconhecido ainda pelos governantes do século XVII, os quais “passaram a tornar a imprensa útil às intenções da administração”. (Habermas, 1984, p.35) Assim, “a imprensa logo se tornou sistematicamente útil aos interesses do poder administrativo”. (Habermas, 1984, p.35)

E que público, que opinião pública é essa que faz uso, ou, mais do que isso, que se localiza no espaço da mídia? Segundo Habermas, “*opinion publique* é considerada a opinião do povo sustentada pela tradição e pelo *bons sens* [...]”. (Habermas, 1984, p.117) E esse bom-senso é o que permite que o público julgue indivíduos, instituições ou ações, dando-lhes publicidade negativa ou positiva, apoiando-lhes ou condenando-lhes e exercendo, desta forma sobre eles, uma pressão que será, no mínimo, desinteressante.

A totalidade do público (*the public, le corps publique*) constitui um tribunal que vale mais do que todos os tribunais reunidos. Pode-se tomar a posição de enfrentar as suas exigências, pode-se colocá-la como opiniões oscilantes e divergentes que se negam e se destróem mutuamente; mesmo assim, cada um sente que esse tribunal, embora sujeito a erros, é incorruptível; sente-se que ele constantemente procura se esclarecer, que ele compreende toda a sabedoria e todo o espírito de justiça de um povo em si, que ele sempre decide sobre o destino dos homens públicos (*public men, hommes publiques*) e que as penas que ele distribui são inexoráveis. (Habermas, 1984, p.123)

Destacam-se nas palavras de Habermas algumas importantes caracterizações desse público. Em primeiro lugar sua constituição como uma espécie de tribunal, que, embora seja leigo, tem autonomia e poder suficientes para decidir o que pode ser considerado certo ou errado. O certo será aplaudido e apoiado. O errado condenado, boicotado, rechaçado, negado. Outra característica importante é a incorruptibilidade. O povo não trai a si próprio.

Esse público, soberano e incorruptível, tem, portanto, a capacidade de pressionar e alterar, tanto a esfera pública quanto a privada. Mas é incontestavelmente na primeira onde seu poder é, por definição, maior. Segundo destaca Habermas, o Estado “deve o atributo de ser público à sua tarefa de promover o bem comum a todos os cidadãos”. (Habermas, 1984,

p.14) Além do mais, não se pode esquecer que, em um país de regime democrático, como o Brasil, também a escolha dos governantes se faz através do público. Público esse que, desta forma, tem legitimado seu poder de influenciar e até delimitar a administração do Estado.

Melhor está governada aquela sociedade em que as leis (*lois*) correspondem às opiniões (*opinions*) de algum modo já arraigadas. (Rousseau apud Habermas, 1984, p.120)

Opiniões essas arraigadas em nenhum outro lugar ou ambiente senão no próprio público.

Mas onde entra a mídia neste âmbito da opinião pública? A imprensa, segundo Habermas, surge como uma intermediadora da opinião do público esclarecido (*public éclairé*). (Habermas, 1984, p.120) Assim, segundo Bücher:

Os jornais passam de meras instituições publicadoras de notícias para, além disso, serem porta-vozes e condutores da opinião pública, meios de luta da política partidária. (Bücher apud Habermas, 1984, p.213)

Essa nova função dos jornais surge com a própria evolução da imprensa, que passa de mera circuladora de notícias comerciais no século XIII a publicadora de opiniões, suas (dos editores) e do público em geral. Mais do que publicadora de opiniões, poderíamos até dizer formadora dessas opiniões, da opinião pública. Assim, vemos que “a imprensa opinativa está [...], como instituição do público debatedor, basicamente preocupada em afirmar a função crítica dele”. (Habermas, 1984, p.216)

Para concluir, destacamos, então, o potencial, a soberania, autonomia e incorruptibilidade da opinião pública para julgar especialmente a esfera pública (administração do Estado), mas também com capacidade para influenciar a esfera privada. Desta forma, ela exerce sobre ambas a pressão que pode alterá-las, configurando-se, em relação à primeira, quase que como um poder paralelo e decisório.

5 — O FASCÍNIO DA VIOLÊNCIA

5.1 — O acidente de trabalho como forma de violência

5.1.1 — Um problema de Saúde Pública

Maria Cecília de Souza Minayo destaca que “a mortalidade por causas externas constitui-se hoje no terceiro grupo de causas no conjunto da mortalidade geral no Brasil, portanto como um *grave problema de Saúde Pública*” (Minayo, 1990, p.279) [grifo da autora]. Em diversos de seus trabalhos a socióloga detém-se a abordar o problema da violência, uma das chamadas “doenças do desenvolvimento” e que se apresenta, já na década de 80, como um “fenômeno cujas facetas são objeto de apreensão do cotidiano [...]”. (Minayo & Souza, 1993, p.65) É neste sentido que este fenômeno social se torna tema de estudo da Saúde Pública, “pelo papel que assume diante da morbi–mortalidade, vitimizando crianças, jovens, adultos e idosos indiscriminadamente”. (Minayo & Souza, 1993, p.65)

Isso quer dizer que, conforme Agudelo, citado por Souza & Minayo, “a violência afeta a saúde porque provoca doenças e alterações negativas na integridade corporal, orgânica e emocional. Mas também provoca a morte tolhendo o direito do ser humano à vida, sendo assim a negação de toda legalidade possível”. (Agudelo apud Souza & Minayo, 1995, p.87) Ainda utilizando-se das palavras do autor, elas complementam destacando que “cada evento violento que se concretiza interfere nesse processo vital: ameaça a vida, altera a saúde, produz doenças e coloca em cena a morte como realidade possível”. (Agudelo apud Souza & Minayo, 1995, p.114)

Também nessa linha, Edinilsa Souza aponta que tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles chamados do Terceiro Mundo, as várias formas de violência têm tido importante parcela de contribuição nos modos de adoecer e de morrer das populações. Delas são vítimas homens, mulheres, crianças, trabalhadores, negros, índios, entre outros indivíduos, sobretudo os originários dos extratos sociais menos favorecidos. Isso mostra, então, que os processos de violência se distribuem de forma generalizada e não-homogênea e que “tampou-

co seus efeitos se restringem às vítimas diretas, mas também àqueles que as circundam — família, amigos, vizinhos, comunidade”. (Souza, 1991, p.21)

Ainda quanto ao interesse da Saúde Pública sobre o tema, Minayo retoma definições de Agudelo e da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) para explicar que a violência:

[...] representa um risco maior para a realização do processo vital humano: ameaça a vida, altera a saúde, produz enfermidade e provoca a morte como realidade ou como possibilidade próxima. (Agudelo apud Minayo, 1994, p.9)
 [...] ‘a violência, pelo número de vítimas e a magnitude de seqüelas orgânicas e emocionais que produz, adquiriu um caráter endêmico e se converteu num problema de saúde pública em vários países. (OPAS apud Minayo, 1994, p.9)

Embora o que chame mais a atenção nos dias atuais seja a criminalidade, que tanto assusta os grandes centros urbanos brasileiros, a violência — segunda colocada em índices de mortalidade no Brasil, atrás apenas das doenças cardiovasculares (Minayo, 1994) — é um problema que não se resume aos acidentes de trânsito, homicídios e suicídios. Gilberto Velho explica que:

Violência não se limita ao uso da força física, mas a possibilidade ou ameaça de usá-la constitui dimensão fundamental de sua natureza. Vê-se que, de início, associa-se a uma idéia de *poder*, quando se enfatiza a possibilidade de imposição de vontade, desejo ou projeto de um ator sobre outro. (Velho, 1996, p.10)

Significaria, então, dizer que um indivíduo que imponha seu poder sobre outro está praticando um ato de violência. E este poder vai tanto da força econômica de empresas que submetam seus funcionários a condições adversas de trabalho, quanto àquele indivíduo que aponta uma arma para outro numa rua de um grande centro urbano.

Mas não se deve simplificar a relação entre poder e violência, considerando os dois termos como sinônimos. Hannah Arendt reconhece que embora sejam distintas, as duas categorias usualmente aparecem juntas, e destaca ainda que uma das mais óbvias distinções entre as duas categorias é a de que “[...] o poder sempre depende dos números, enquanto a violência, até certo ponto, pode operar sem eles, porque se assenta em implementos”. (Arendt, 1994, p.34)

Devemos aqui fazer um parêntese para diferenciar este poder legitimado pelos números do qual fala Hannah Arendt daquele definido por Mao Tsé Tung (“o poder brota do cano de uma arma” [Mao Tsé Tung apud Arendt, 1994, p.18]), Voltaire (“o poder consiste em

fazer com que os outros ajam conforme eu escolho” [Voltaire apud Arendt, 1994, p.32), Max Weber (ter poder é “afirmar minha própria vontade contra a resistência” dos outros [Weber apud Arendt, 1994, p.32]) e Strausz-Hupé (“o poder do homem sobre o homem” [Strausz-Hupé apud Arendt, 1994, p.32]), que se aproxima do poder como violência, do qual trata Gilberto Velho. Já o poder definido por Arendt:

[...] corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriamente de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está no poder, na verdade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. (Arendt, 1994, p.36)

O poder definido por Arendt seria, então, o de um político, por exemplo, levado a um cargo público por votação, ou do representante de uma categoria profissional, escolhido diretamente por seus pares. Já o poder de que fala Gilberto Velho e os demais autores poderia ser o de um ditador ou um criminoso armado, que se impõem pela força de exércitos ou armas, ou do empresário que se afirma sobre os estratos sociais mais carentes (inclusive trabalhadores empregados em suas empresas) através de seu potencial econômico.

Embora insistisse em diferenciar as duas categorias, no entanto, Hannah Arendt já reconhecia que “[...] nada, como veremos, é mais comum do que a combinação de violência e poder, nada é menos freqüente do que encontrá-los em sua forma pura e, portanto, extrema”. (Arendt, 1994, p.39)

Retomando então a linha de pensamento que combina o poder à violência, podemos dizer que a submissão ou a indiferença de alguns estratos sociais sobre outros é também uma forma de violência. Nas palavras de Dom Helder Câmara:

[...] que por todas as partes as injustiças são uma violência, e que se pode e deve decidir que em todas as partes são a primeira de todas as violências. (Câmara apud Souza, 1991, p.18)

Tratam-se de formas diferentes e específicas de uma mesma violência urbana, que, ressaltam Minayo e Souza, “estão presentes, em maior ou menor intensidade, em todas as regiões do país nos diversos grupos sociais”. (Minayo & Souza, 1993, p.65)

Ao abordar o assunto, autores como Maria Cecília de Souza Minayo, Edinilsa Ramos de Souza, Gilberto Velho e Hannah Arendt são unânimes em apontar a violência como resultado de um processo de diferenças, interações e conflitos sociais diversos. Edinilsa Souza explica que:

[...] uma relação social assimétrica que traz no seu interior o uso do poder e da força se traduz na prática como reflexo do jogo de interesses opostos que tendem ora a preservar determinadas ordens sociais, ora procuram transformá-las, seja a estrutura social classista ou não.

Há, portanto, um caráter dialético na violência que traz em si as contradições do negativo e positivo, do destruidor e do criador, do coletivo e do individual, do abstrato e do concreto, do objetivo e do subjetivo, do macro e do micro social, que se realiza através das relações humanas. (Souza, 1991, p.15)

Desta forma, a autora atesta que, vista a partir de tais pressupostos, a violência deve ser abordada cientificamente na totalidade do social em constante movimento e, da mesma forma, entendida como um processo social que se realiza em cadeia.

Em linha bastante semelhante, Gilberto Velho explica que:

[...] longe de a vida social constituir-se em um processo homogêneo em que a sociedade como unidade circunscribe e produz os atores linearmente, explícito uma visão em que a negociação da realidade, a partir das diferenças, é consequência do sistema de interações sociais sempre heterogêneo e com potencial de conflito. (Velho, 1996, p.11)

Segundo o antropólogo, uma das diferenças associadas diretamente à produção de tensão e conflito é a desigualdade social. Ele destaca que a diferença existente entre grupos e indivíduos é inevitável e fatalmente vai gerar conflitos diversos. Esses conflitos seriam então gerados pela falta de perspectivas em relação à neutralização dessas diferenças. Assim, de acordo com o autor, “a ausência de um sistema de reciprocidade, minimamente eficaz, se expressa em uma desigualdade associada e produtora de violência”. (Velho, 1996, p.19)

Esses conflitos, podemos dizer, não se resumem a confrontos físicos, mas também àqueles ideológicos ou institucionais. Podem ser, por exemplo, os conflitos de interesses entre uma classe patronal e os trabalhadores de um dado setor. Interesses esses que iriam desde os econômicos aos relativos à saúde.

E entre as diversidades que alimentam esses conflitos, destacam-se, segundo o antropólogo, as desigualdades sociais, aliadas à impossibilidade de se promover uma idéia de democracia baseada “na crença e na convicção de que os indivíduos, diretamente ou através de seus representantes, encontrem meios para encaminhar a discussão das suas diferenças de pontos de vista e interesses”. (Velho, 1996, p.14) Desigualdades sociais como as que existem entre um empresário e seus empregados, que nem sempre conseguem mecanismos para defender diante dos primeiros seus próprios pontos de vista, interesses e necessidades, sequer no tocante às condições de trabalho.

5.1.2 — Violência estrutural e de resistência

Ao tratar a questão da violência, em diferentes obras, Maria Cecília de Souza Minayo e Edinilsa Souza distinguem três categorias distintas do mesmo fenômeno social: a *violência estrutural*, a *de resistência* e a *delinqüência*. Pelo menos para este trabalho, esta última não nos desperta muito interesse, ao contrário das duas primeiras, que ajuda aqui a compreender melhor esta chaga social e como ela passa das ruas para os locais de trabalho.

A violência estrutural, aponta Minayo, é “aquela que nasce no próprio sistema social, criando as desigualdades e suas conseqüências, como a fome, o desemprego, e todos os problemas sociais com que convive a classe trabalhadora”. (Minayo, 1990, p.290) É ainda aquela:

[...] que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte. (Minayo, 1994, p.8)

Seriam então essas estruturas que, conforme Boulding, influenciam fortemente as práticas de socialização, levando os indivíduos a aceitar ou infligir sofrimentos, de acordo com seus respectivos papéis sociais. (Boulding apud Minayo, 1994, p.8) Edinilsa Souza conclui dizendo que esta caracterização da violência costuma ser considerada natural, o que lhe faz permanecer silenciosa e difusa na sociedade, sendo usada como instrumento de poder transformado em direito.

Trata-se, portanto, de uma violência legitimada que, do ponto de vista das classes expressa-se nas desigualdades e exclusão, que gera fome, desemprego, abandono de crianças, bem como os demais problemas sociais em que as *vítimas são tratadas como responsáveis*. [grifo da autora] [...] Este tipo de violência presente nas instituições estabelece os limites culturalmente aceitos da violência aberta, principalmente a física, numa sociedade. (Souza, 1991, p.17)

É a partir desta caracterização, então, que podemos compreender a violência à qual é submetida o trabalhador, pressionado em seu papel social e, muitas vezes, obrigado a aceitar condições de trabalho que lhe são completamente desfavoráveis — e portanto aqui está a violência —, mas consideradas até “normais” dentro de um sistema que por si só cria ou reproduz outros muitos problemas sociais.

Já a violência de resistência, ou revolucionária, é aquela, segundo Minayo, “que expressa o grito das classes e grupos discriminados, geralmente de forma organizada, criando a consciência da transformação”. (Minayo, 1990, p.290) Trata-se, então, das diferentes formas de resposta dos grupos e classes sociais, nações e quaisquer outros indivíduos — inclusive trabalhadores — oprimidos pela violência estrutural. É uma categoria normalmente não considerada “natural”, ao contrário da anteriormente tratada, e que costuma ser encarada pelos grupos dominantes como uma forma de insubordinação, desordem, irracionalidade e disfunção.

Seria então, segundo Souza, aquela violência que “se expressa na luta dos trabalhadores contra as várias formas de expressão às quais estão submetidos — econômica, política, cultural, pelo direito à cidadania, contra o domínio dos adultos às crianças e mulheres, pela igualdade de direitos entre os gêneros, etc.”. (Souza, 1991, p.18) Seria a violência, por exemplo, promovida pelos trabalhadores tratados nesta dissertação, que por várias vezes conseguiram considerável espaço nas páginas dos jornais com suas imensas passeatas em protesto pela morte de colegas nas dependências dos estaleiros, que paravam o trânsito em quase toda Niterói, envolvendo na questão outros sujeitos (como os motoristas, passageiros de ônibus, etc.) que não os diretamente interessados no caso.

Trata-se então de uma controvérsia, já que à violência estrutural, como se vê, responde-se com a de resistência. Caberia então a dúvida: Não haveria práticas não-violentas para se responder à opressão estrutural, práticas essas baseadas em diálogo e entendimentos? Minayo aponta que tal dificuldade e questionamento:

[...] advêm do fato de a fonte da ideologia da justiça, da mesma forma que qualquer outra ideologia, estar em relação dinâmica com as relações sociais e com as condições materiais. Na realidade social, a violência e a justiça se encontram numa complexa unidade dialética e, segundo as circunstâncias, pode-se falar de uma violência que pisoteia a justiça ou de uma violência que restabelece e defende a justiça. (Minayo, 1994, p.8)

O debate sobre a legitimidade de tal modelo de violência tem apresentado ao longo dos anos adeptos e críticos. Segundo atesta Souza, ela é condenada de um lado por pacifistas como Gabriel Marcel, Jean-Marie Müller, Gandhi, Martin Luther King. De outro, “é defendido por aqueles que vêem nele uma positividade, no sentido de que expressa a luta contra a dominação legitimada”, entre os quais se destacam Dom Helder Câmara, Marcuse, Sartre e Xavier Leon-Duffor. (Souza, 1991, p.18)

5.1.3 — A questão específica dos acidentes de trabalho

Jorge Machado pontua que os acidentes do trabalho “são entendidos como uma forma de violência a que estão submetidos os trabalhadores pela sua potencialidade enquanto um evento mórbido, mas também pela forma de análise culpabilizadora e pelas políticas preventivistas centradas nos indivíduos”. (Machado, 1996, p.125) Trata-se, como vimos até aqui, de mais uma expressão da violência estrutural, que submete o trabalhador a uma opressão expressa em condições desfavoráveis e insalubres de trabalho, até certo ponto e neste contexto consideradas “naturais”.

Mas essa opressão “natural”, tanto quanto as demais expressões de violência, colaboram na elaboração de um quadro a respeito da morbidade por violência, apesar de toda dificuldade de se reunirem dados completos sobre tal questão. Maria Cecília Minayo relaciona os acidentes de trabalho entre os itens que compõem o quadro gerador da morbidade por violência, do qual se destacam ainda as guerras, conflitos entre gangues e quadrilhas, suicídios, acidentes de trânsito, conflitos intrafamiliares especialmente contra mulheres e crianças, violência contra populações de rua, entre outras. (Minayo, 1994)

De acordo com Machado e Carlos Minayo:

O entendimento do acidente como forma de violência impõe à área de saúde do trabalhador novas relações no interior da Saúde Pública, bem como interfaces disciplinares e setoriais. Sob esta perspectiva, a mortalidade por acidente de trabalho torna-se socialmente visível. (Machado & Minayo, 1994, p.74)

Será então, desta forma, como mais uma expressão da violência urbana, que os acidentes de trabalho vão romper as barreiras disciplinares da saúde do trabalhador e despertar o interesse da mídia. Como uma forma de violência, ganharão o espaço público conferido pela imprensa, tornando-se desta forma acessível e objeto de discussão da opinião pública. Avançando contra as limitações dos órgãos oficiais responsáveis por seu controle (DRT, PST, Ministério Público do Trabalho, etc.) e da área acadêmica e alcançando a discussão da esfera social.

Assim, interpretados como expressões da violência, podemos entender com facilidade como esses trágicos ocorridos ganham espaço nas páginas dos jornais, atraindo o interesse dos leitores e, conseqüentemente, da mídia, quase na mesma intensidade que as demais formas de violência tratadas anteriormente. Afinal, o prazer mórbido e o voyeurismo so-

bre esses fatos despertam também sobre casos como esses, que, igualmente, resultam em vítimas desafortunadas.

Desta forma, tanto quanto a morte de um indivíduo baleado durante assalto, a de um operário vítima de acidente do trabalho chama a atenção dos leitores, em especial devido aos métodos apelativos — e por que não dizer sensacionalistas? — que possam ser utilizados pelo jornal para divulgá-lo. Uma manchete bem destacada e uma foto exibindo corpos, por exemplo, pode tornar a notícia da morte de trabalhadores tão atrativa para o público do jornal quanto qualquer outra notícia policial.

5.2 — A mídia e o trato da violência

5.2.1 — A violência urbana como matéria-prima

A violência, como afirma Rondelli, “é um dos temas sociais impregnados de olhares, incompreensões e posições apaixonadas”. (Rondelli, s/d, p.97) Embora os fatos possam ser fragmentados e os dados incongruentes, a autora ressalta que todos têm sua importância principalmente por apresentar um dos grandes problemas sociais e revelar as falas dos atores sociais envolvidos ou simplesmente interessados nela.

Para a mídia, todas as formas de violência, em especial a que envolve a criminalidade, são matérias-primas importantes para a elaboração do conteúdo noticioso. E os meios de comunicação que delas se apropriam, como destaca a autora, acabam utilizando-as com objetivos comerciais, que são os de “vender a notícia como produto, disputar audiência ou leitores, concorrer com outros veículos”. Isso sem falar nos objetivos políticos, que são os de “construir a opinião pública e provocar ações políticas”. (Rondelli, s/d, p.98)

E se essas notícias são elaboradas pela mídia para a venda, isso significa que existe um mercado para esse tipo de produto e que o que os jornais fazem é exatamente atender à demanda. A autora destaca que:

Como é difícil negar que haja uma curiosidade reprimida e voyeurística do público pelos episódios da violência, os *media* respondem a essa demanda, particularmente ao exibirem os atos da chamada criminalidade tradicional — furtos, lesões corporais, violência sexual, vandalismo, entre outros. (Rondelli, s/d, p.98)

Embora esses crimes, naturalmente mais apelativos, ganhem normalmente mais espaço ou destaque que outros, como os de ordem ecológica, contra a Saúde Pública e a segu-

rança no trabalho, desvio de verbas públicas e corrupção, é inegável que também estes, dependendo do vulto que atinjam, assumam da mesma forma certo destaque na mídia, mas talvez em espaços menores ou menos nobres. O que não evitará que, tanto quanto os outros, esses exemplos da violência urbana sejam igualmente banalizados. Desta forma:

As rotinas produtivas dos jornais e dos telejornais definem os recortes cotidianos dos fatos da atualidade, enfatizando o factual e o episódico, reduzindo-os a fenômenos sem causas ou conseqüências mais amplas e extensas. (Rondelli, s/d, p.98)

Em relação a esses episódios, os *media*, na condição de meios, como a palavra indica, se interpõem entre os fatos e o público, sua audiência, e instituem-se como o lugar privilegiado da produção das referências dominantes sobre os atos da violência. Edificam-se, assim, como lugar institucional de exposição das numerosas notícias sobre crimes, das falas das vítimas, das autoridades, dos especialistas de outras matrizes discursivas e das opiniões descosturadas do senso comum. Os *media* ganham legitimidade por se oferecerem como ponto de encontro dessas vozes. (Rondelli, s/d, p.99)

Embora a autora se refira à mídia eletrônica — os programas de TV — e aos casos de violência criminal, vemos que os conceitos encaixam-se também para a mídia impressa e para os acidentes do trabalho, uma vez que também os jornais, quando os publicam, tratam de definir esse tipo de violência, oferecendo ao público leitor enunciados sobre o caso que o orientam a formular representações sobre os agentes e sujeitos envolvidos, a partir de uma dicotomia moral entre o bem e o mal. Neste sentido, as notícias são suportes de modelos de representação do mundo que, por sua vez, se assentam na ordem sociocultural.

O sensacionalismo entra então neste contexto como uma prática jornalística que torna os fatos mais atrativos para o leitor. Não modificando as características do ocorrido, mas sim a forma com que é contado nas páginas do jornal. Mudando apenas o enunciado. Trata-se, então, de uma questão de retórica.

Mas se por um lado, para uma estudiosa da área de Comunicação Social, o trato da violência pela mídia é visto de forma até certo ponto natural, mesmo se reconhecendo o sensacionalismo implícito na abordagem, de outro modo, autores da área de Saúde Pública, no entanto, vêem com olhos diferentes esse tratamento. Kathie Njaine, Edinilsa Ramos de Souza, Maria Cecília de Souza Minayo e Simone Gonçalves de Assis, por exemplo, concluem que uma gama significativa das formas de violência que tem modificado o perfil da mortalidade no País desde a década de 80 não chega ao conhecimento institucional oficial, enquanto outras tantas não são sequer reconhecidas pela sociedade como tal, são os casos da violência contra crianças, adolescentes, mulheres e trabalhadores. (Njaine et al, 1997)

As autoras lembram que os registros sobre a violência padecem de sérias limitações, “tendo em vista o mal preenchimento dos formulários que deixam de informar dados essenciais ao esclarecimento dos eventos, o que tem implicações na resolução dos casos e punição dos agressores”. (Njaine et al, 1997, p.406) Trata-se, segundo mostram, de um paradoxo do mundo moderno, em que os sistemas de comunicação alcançam papel preponderante nas sociedades, enquanto os mecanismos de controle da violência, por exemplo, sofrem não só com a falta de informações, mas com a distorção delas. É o problema da desinformação, que tem na mídia um de seus principais vilões — e heróis em outras situações. Assim:

[...] temas de caráter público chegam ao conhecimento dessa população, privatizados pelos interesses dos meios de comunicação e dos financiadores, quando não são espetacularizados pela tendência ontológica da mídia de transformar o que for possível em entretenimento, novidade e sensação. (Njaine et al, 1997, p.406)

O processo de produção das informações sobre a violência, explicam as autoras, reúne um conjunto de instituições públicas, governamentais e não governamentais, entre as quais destacam-se as secretarias de Segurança Pública e a estadual e a municipal de Saúde. São essas mesmas instituições as que alimentam as estatísticas científicas dos grupos de pesquisa e os noticiários da imprensa, estes muitas vezes distorcidos, seja porque as informações já chegam incorretas à mídia, seja por serem modificadas entre sua recepção e a retransmissão através das páginas dos jornais, ondas do rádio ou pela TV.

Do ponto de vista da mídia, Njaine et al criticam o fato de que:

[...] a maioria das informações sobre violência é acolhida acriticamente, como tema de notícias e matérias curiosas, de disfunção social, cotidianamente transformada em relatos jornalísticos sensacionalistas, por suas características potencialmente dramáticas e aterrorizantes. Ela é transmitida dentro de uma ótica de “informação espetáculo”. Desta forma, ressaltam-se fatos violentos relativos à morte, ao acidente ou agravo de pessoas notórias do mundo político, dos negócios e artístico. [...] A imprensa escrita, sobretudo aquela que, segundo o dito popular, “*se espremer sai sangue*”, utiliza-se dessa exclusão social para dissecar os corpos, compondo histórias patéticas, mostrando o insólito e o monstruoso, seja dos autores, seja das vítimas da violência. (Njaine et al, 1997, p.407)

Mas a mídia não é apontada pelas autoras como a única responsável pela distorção das informações sobre a violência. Elas citam toda uma rede de produção de dados sobre os eventos violentos que fornece artifícios para que a imprensa transmita as histórias sobre os respectivos casos. Desta rede fazem parte as delegacias de Polícia, o serviço de saúde e as outras instituições que fornecem dados estatísticos sobre a violência, como o Instituto

Médico-Legal, as polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros, as Secretarias de Segurança Pública e de Saúde, municipal e estadual, e os próprios jornais. Todas elas detentoras de uma cultura informacional que se constitui, “ela mesma, numa prática violenta, à medida em que esvazia o sentido e o significado da informação, não contribuindo para qualquer mudança social”. (Njaine et al, 1997, pp.407–408)

Ainda sobre as práticas jornalísticas e a seleção de assuntos a serem trabalhados pelos jornais, Peltu é bastante preciso ao reproduzir as palavras de Vacor, um repórter de TV nos Estados Unidos, que mostra que as reportagens sobre riscos abordadas pela mídia geralmente são as que consistem em incidentes graves, dramáticos. Segundo ele, “*we look primarily for victims. Victims make good television, good print...*”¹ (Vacor apud Peltu, 1992, p.21)

Também Sandman e MacClean questionam a fidelidade com que as “realidades” são apresentadas pelos jornais. Estudos de Hans Mathias Kepplinger citados pelos autores apontam que podem ser considerados três elementos numa cobertura jornalística: o conteúdo, a “realidade” (aspas do autor) que a cobertura procura alcançar e a opinião pública. Este pesquisador trabalhou com a cobertura sobre temas da tecnologia ao longo dos últimos 20 anos e observou que a mídia, em determinadas situações, tem demonstrado um avanço negativo, embora os indicadores oficiais apontem o contrário. Ele concluiu, então, que a mídia não reproduz um retrato fiel da realidade, mas que é exatamente este retrato não tão preciso o que vai acabar promovendo uma mudança fundamental no ponto de vista do público. (Lichtenberg & Maclean, 1992) Em outras palavras, o que vale, não é a verdade objetiva, mas a “verdade” nem sempre precisa demonstrada pela mídia. Até porque, o conceito de realidade pode ser diverso. Cada sujeito envolvido com um acidente, por exemplo — trabalhador e empresário —, pode ter uma realidade diferente para apresentar.

Ao destrinçar essa questão da realidade, o autor vai mostrar que a infidelidade da mídia com a realidade se dá devido à seleção que a mesma faz das temáticas a serem abordadas. Assim, ela não trataria de todos os temas existentes para ser abordados na realidade, mas de apenas alguns. A crítica se deve, então, ao fato da mídia não falar de absolutamente tudo o que ocorre no mundo, mas abordar apenas algumas questões. Desta forma:

It would be absurd to expect your daily newspaper to give an accurate picture of “reality” full-stop. There is altogether too much reality: subatomic reality, chemical reality, astronomical reality, psychological reality, political reality, economic reality, and lots of other realities too. At the very most a

newspaper can select from among these [...] and concentrating on political and economic reality.² (Lichtenberg & Maclean, 1992, p. 37)

Sobre os efeitos dessas “realidades” sobre o público, Allan Manzur destaca que na medida em que a cobertura da mídia sobre um caso cresce, também a oposição do público — da opinião pública — se desenvolverá, mesmo que nem sempre o conteúdo das reportagens seja negativo. O autor sustenta que mesmo que as circunstâncias pró e contrárias a uma dada tecnologia — ou um equipamento usado num estaleiro — possam ser equivalentes, os leitores tenderão a concluir que é melhor prevenir do que remediar. (Lichtenberg & Maclean, 1992)

The idea that the public tends to react negatively to media coverage of environmental and technological risks even where coverage is not predominantly negative suggest that people process negative and positive messages differently.³ (Lichtenberg & Maclean, 1992, p.37)

Lichtenberg conta que estudos psicanalíticos mostram dois pontos relevantes em relação ao julgamento negativo que as pessoas podem fazer do que é noticiado na mídia. Esses estudos, segundo ele, apontam que existem dois pontos relevantes a se considerar. O primeiro diz que as pessoas tendem a considerar a possibilidade do risco e a imaginá-la mais grave do que casos similares ocorridos em outros locais ou não noticiados. Trata-se de dizer que os indivíduos tendem a imaginar que os perigos que correm podem ser piores do que aqueles a que outras pessoas foram submetidas. O segundo ponto diz que o público se concentra não apenas na magnitude do risco, mas em sua potencialidade de causar tragédias e catástrofes. (Lichtenberg & Maclean, 1992)

Podemos então concluir que, se a opinião pública tenderá a absorver melhor as circunstâncias negativas do que for publicado nos jornais, inclusive em relação aos acidentes de trabalho, isso quer dizer também que será mais um crítico do agente que produz aquele risco. Quer dizer que será mais um crítico dos estaleiros que submetem os operários às situações de risco e também mais um aliado da categoria profissional pela melhoria das condições de trabalho, mesmo que sua participação nesse processo não seja de forma alguma ativa.

5.2.2 — Questões editoriais

Lichtenberg e Maclean destacam as diferenças existentes entre as empresas jornalísticas, o que, segundo eles, acabam se configurando numa dificuldade para se estudar o papel da mídia na comunicação do risco — e também na saúde do trabalhador. (Lichtenberg & Maclean, 1992) Isso seria uma dificuldade também para este trabalho se fôssemos analisar

não um único jornal, utilizando outros apenas para algumas comparações, como nos propomos, mas se tentássemos trabalhar com todo o conjunto da mídia do Grande Rio. Embora alguns pontos sejam comuns a toda a imprensa, como o papel que sugerimos para o sistema de vigilância em saúde do trabalhador, outros não serviriam para ser analisados no conjunto, tal como a função que os jornais terão na luta de uma dada categoria profissional.

No caso do papel da mídia na saúde do trabalhador, sua generalidade explica-se porque qualquer informação publicada poderá servir para complementar o quadro de dados levantados por um especialista da área. Já um jornal grande, com uma linha política e editorial diferenciada da de *O Fluminense*, com certeza não dará às causas dos trabalhadores da indústria naval de Niterói o mesmo tratamento, tendo em vista todos os fatores já abordados até aqui.

As diferenças das temáticas tratadas pelos diversos jornais, segundo os autores, explicam-se ainda pelo espaço geográfico onde ocorrem e onde estão sendo cobertas e do contexto histórico e geográfico onde a notícia é produzida. (Lichtenberg & Maclean, 1992) Tais observações dos autores, como vemos, sustentam as afirmações de que *O Fluminense*, por ser um jornal de Niterói — espaço específico onde ocorrem os acidentes que abordo — dará obviamente maior atenção aos acontecimentos da cidade do que um jornal carioca. Os atores envolvidos em tais tragédias são sujeitos ativos neste município e leitores em potencial para o jornal. Fazem parte da contextualização do periódico.

Por essas questões, segundo destacam os autores, é que a mídia não pode ser estudada quantitativamente. O que interessa num estudo sobre a imprensa, segundo eles, não é levantar a quantidade de matérias publicadas sobre um determinado assunto, mas analisar seu conteúdo, contextualizando-o e avaliando o poder que essa mídia tem sobre seus leitores, o efeito que o material publicado surte sobre eles, sobre a opinião pública. O que interessa então saber não é somente a extensão com a qual a cobertura jornalística atinge a opinião pública, mas as formas como os conteúdos particulares afetam. (Lichtenberg & Maclean, 1992)

Até porque, se retornarmos ao texto de Peltu veremos que MacKuen & Coombs, citados por ele, embora reconheçam que o volume de matérias publicadas sobre um assunto seja importante para influenciar o público (uma questão quantitativa), destacam que existe um outro ingrediente neste jogo de sedução muito mais importante e determinante. Trata-se das próprias características do fato ocorrido e da forma como ele vai ser retratado pela mídia (uma questão qualitativa). Isso quer dizer que tanto quanto a quantidade de matérias

sobre o fato, a forma de sua abordagem será fundamental para a criação de imagens, conceitos e opiniões por parte do público. Eles insistem que os leitores geralmente têm seus pontos de vista reforçados pela cobertura da mídia. (MacKuen & Coombs apud Peltu, 1992)

5.2.3 — O problema das fontes

Judith Lichtenberg & Douglas MacLean, Malcolm Peltu e Peter Sandman & Hans Peter Peters não só criticam a atuação da mídia quanto reconhecem a responsabilidade das fontes — muitas delas oficiais — na produção de informações distorcidas e, ao mesmo tempo, de informações que auxiliem nas muitas causas defendidas seja pela academia ou instituições governamentais ou não. Os autores abordam a importância e o papel da mídia para a comunicação de riscos, mas muitas das idéias levantadas servem também à discussão a respeito da função que da imprensa na divulgação de dados sobre a violência e para a vigilância em saúde do trabalhador.

Sandman e Peters observam que a imprensa, com certa frequência, dá maior alarde ao risco noticiado do que daria um especialista. Essa ênfase dependerá de vários fatores, tais como a disponibilidade de fontes, opiniões e interesse do público. As fontes são ponto de destaque para os autores. Quanto mais confiáveis forem elas, ressaltam, igualmente mais fidedigno será o conteúdo das reportagens. Mas a precisão destas, ainda segundo a dupla, dependerá também de outras situações importantes, tais como o tempo disponível para a execução do texto (incluindo apuração e redação, isso sem falar em todo o restante do processo de produção do jornal) o espaço reservado nas páginas do periódico para o assunto e a orientação política do jornal, só para citar alguns. (Sandman & Peters, 1992, p.49)

Para reportar o ocorrido, o jornalista — que via de regra, como já vimos, não tem especialização nas várias temáticas abordadas — necessitará então de fontes, essas sim especializadas ou conhecedoras a fundo do assunto. Serão essas fontes as verdadeiras responsáveis, ou pelo menos a origem, das informações transmitidas pelos jornais. Peltu reconhece as dificuldades que os jornalistas encontram para extrair informações verdadeiras das fontes oficiais nos momentos exatamente posteriores aos acontecimentos dramáticos. (Peltu, 1992) Seriam, podemos dizer, as mesmas dificuldades encontradas pelos jornalistas que cobrem os acidentes na indústria naval de conseguir informações oficiais sobre o que aconteceu. As notícias, como veremos, partirão quase sempre dos sindicalistas que ouviram de outros trabalhadores a história, sem igualmente terem podido ter acesso ao local do acidente. Neste “telefone

sem fio” é óbvio que detalhes de algumas informações acabam perdendo sua precisão. Já as informações passadas pela empresa tendem, sempre, a minimizar o acidente ou a isentar a si própria da responsabilidade pelo trágico ocorrido.

Sandman et al, citados por Peltu, concluíram através de estudos em Nova Jersey que quando a notícia mostra-se parcial, isso ocorre porque o jornalista acreditou demais em uma determinada fonte. (Sandman et al apud Peltu, 1992) Segundo conta Peltu, Otway et al observaram que as informações contidas nas reportagens partem, normalmente, de fontes oficiais ou especialistas, mas não é difícil que essas mesmas fontes acabem dando versões diferentes para o ocorrido. (Otway apud Peltu, 1992) O autor faz essas observações como uma crítica, uma vez que esses informantes oficiais podem tender a se isentar de culpa ou até mesmo tentar encobrir a potencialidade do risco ou as conseqüências do fato. Critica também a posição sempre minimizadora e aparentemente negligente dessas mesmas fontes. (Peltu, 1992)

Veremos que esse uso das fontes também se aplica ao caso da cobertura dos acidentes de trabalho, mas podemos fazer duas análises disso. Em muitas das reportagens a serem estudadas, os jornalistas darão preferência aos informantes oficiais quando estes estiverem tão próximos como outros, que partam do lado dos trabalhadores. E, por parte dos operários, a fonte indicada, veremos a prova disso nas reportagens, será preferencialmente o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, legitimado por esta função sindical como a fonte oficial dos trabalhadores. Neste sentido, é comum ver surgir nas páginas dos jornais uma declaração, por exemplo, de um fiscal da Delegacia Regional do Trabalho ou do Programa de Saúde do Trabalhador que em determinado momento está presente no estaleiro onde ocorreu o acidente ou foi constatada a situação de risco.

Até aqui, no entanto, mesmo esses informantes oficiais estão, normalmente, comprometidos de alguma forma com os trabalhadores e, por isso, têm interesse não em encobrir os fatos, mas em mostrá-los, o que já não ocorrerá quando a fonte oficial (institucional) for da empresa (um funcionário de confiança, responsável por transmitir a posição da firma). Neste caso, é óbvio que este informante poderá se portar exatamente como o criticado pelo autor, tentando minimizar e isentar o estaleiro da culpa pelo acidente ocorrido.

Para que os jornalistas lancem mão, então, de fontes mais comprometidas com as questões trabalhistas — no caso específico de meu interesse — seria então necessário que

essas fontes oferecessem credibilidade, e isso é exatamente o que ocorrerá com o Sindicato dos Metalúrgicos, como veremos ao longo do trabalho. Segundo Lawrence McGinty:

What the establishment says is news, so environmental activist must work harder to establish the credibility of any story they want the media cover.⁴ (McGinty apud Peltu, 1992, p.18)

Normalmente, os especialistas sobre o assunto em questão são as fontes preferenciais dos repórteres durante a cobertura do evento, como destaca Peltu:

Experts are a vital media source in reporting risks based on scientific and technological developments. Specialists in a particular topic are looked to for “objective” opinions, facts and comments.⁵ (Peltu, 1992, p.18)

Desta forma, completa, esses especialistas vão ocupando maior espaço na arena pública de debates sobre os vários assuntos. Destaca-se que são esses mesmos especialistas que, segundo lembra o autor, acabam geralmente criticando a mídia por sua imprecisão e simplificação com as quais tratam os respectivos casos e até por ser algumas vezes tendenciosa. Peltu aproveita então para fazer também uma crítica a esse grupo. Segundo ele, *they should also be aware of the role played by experts in creating or reinforcing these problems*.⁶ (Peltu, 1992, p.19)

Embora faça críticas às fontes e mostre que algumas vezes elas são as responsáveis pelas falhas que saem publicadas, Peltu não é ingênuo de pensar que a mídia é uma vítima da falta de precisão das informações, até porque ele cobra o fato de os jornalistas não procurarem também outros informantes além dos mais fáceis e rápidos de serem encontrados. (Peltu, 1992) Além disso, o autor aponta que *many organisational factors and professional practices decide what finally appears in the media*.⁷ (Peltu, 1992, p.21) Um importante fator profissional seria, por exemplo, a tendência seguida pelos donos dos jornais que é o que de fato vai definir os objetivos, o estilo e a tendência do órgão de imprensa. (Peltu, 1992)

Ainda em relação à escolha das fontes pelos jornalistas, é necessário lembrarmos que, segundo destacam Lichtenberg e Maclean, *“the media are part of the political processes they cover and not simply detached transmitters of messages”*.⁸ (Lichtenberg & Maclean, 1992, p.43) Os autores lamentam que, por vezes, a mídia acabe desta forma servindo aos interesses políticos ou simplesmente se mostre indiferente aos problemas noticiados, ou seja, não assume a briga social, apenas reproduz a notícia da forma que lhes é passada pelos informantes. Eles sugerem que, mesmo sem perder a imparcialidade — que é uma das principais,

por assim dizer, diretrizes da imprensa — a mídia atue de forma mais ligada às causas sociais. (Lichtenberg & Maclean, 1992)

Sobre essa imparcialidade e a objetividade primordiais à mídia, os autores fazem as seguintes colocações:

1. A imparcialidade só é de fato respeitada quando as duas partes envolvidas no assunto têm algo sério e importante a dizer;

2. A imparcialidade não se restringe a uma operação aritmética em que o que conta é o número igual de linhas reservadas às fontes antagônicas;

3. A escolha das fontes é também significativa. Se uma fonte for menos precisa ou técnica do que a escolhida para o outro lado da questão, obviamente ficará em situação inferior;

4. Os jornalistas fazem seu próprio julgamento sobre os méritos dos assuntos tratados. (Lichtenberg & Maclean, 1992)

Essa abordagem sobre a imparcialidade é representativa na questão estudada nesta dissertação porque, como veremos, nas reportagens sobre os acidentes selecionadas para análise, via de regra aparecerão dois segmentos de fontes, o primeiro representante do operário acidentado (sindicalistas, colegas, parentes ou as próprias vítimas) e o outro, da empresa. A primeira parte, representante do trabalhador oprimido e sofredor, por assim dizer, terá, como veremos mais à frente, geralmente, maior espaço e atenção do que a outra.

5.2.4 — O público alvo

Fator importante que determina a divulgação de determinado assunto por qualquer jornal ou outro canal da mídia é o interesse que este tema pode despertar no público alvo do veículo em questão. É inegável o grande universo de leitores em potencial que se interessa por uma tragédia em um estaleiro. Começando por aqueles diretamente envolvidos, temos os parentes, amigos e vizinhos das vítimas, além dos colegas de profissão, todos eles passíveis a acidentes semelhantes. Além deles, compõem o grupo de indivíduos que podem ser atraídos pelo assunto funcionários dos órgão competentes, políticos, sindicalistas, médicos, acadêmicos e até mesmo o leitor comum, que não tem nenhuma atenção específica pelo caso, apenas a intenção de saber mais sobre um acidente com vítimas, sejam elas fatais ou não.

Ora, é óbvio que cada um desses leitores tem uma vivência diferente. Valores, exigências, experiências, interesses e principalmente informações preexistentes distintos e serão todos esses fatores preponderantes para a avaliação que farão do material publicado. Sobre essa percepção pelo público das temáticas que ganham espaço na mídia, Lowry e De Fleur, citados por Peltu, destacam que:

[...] most researchers in media studies now generally accept that impacts are mediated through social interactions and personal beliefs, and diversified in the types of impact among different audiences.⁹ (Lowry & De Fleur apud Peltu, 1992, p.12)

Isso quer dizer que, como sugerem Cozzens e Contractor:

[...] people who are regularly exposed to media are not inclined to accept the reality portrayed in them when it conflicts with information obtained from a personal source.¹⁰ (Cozzens & Contractor apud Peltu, 1992, p.12)

Assim, um operário ou seus parentes, carentes de qualquer atenção especial por parte do governo ou até mesmo do empregador e que convivem diariamente com o risco do trabalho na indústria naval, terá obviamente uma leitura específica do discurso jornalístico. Já os sindicalistas, que embora convivam também diretamente com o problema, costumam ter maior base e discussão políticas, terá certamente avaliação diferenciada do enunciado jornalístico.

Diferente leitura do mesmo enunciado também terão os fiscais de órgãos oficiais, como a Delegacia Regional do Trabalho ou o Conselho Estadual de Saúde do Trabalhador, por exemplo, que, baseados em suas experiências, podem achar a cobertura de um caso de acidente do trabalho superficial e apontar uma série de equívocos nas informações. Já o leitor comum, que até começar a consumir o jornal ignore completamente as condições de trabalho nas empresas em questão, pode achar o conteúdo das matérias completo, sem conseguir apontar sequer uma falha ou superficialidade.

Sobre as diferentes avaliações de um mesmo caso pela área da saúde e da comunicação, Fausto Neto observa que não há harmonia na adoção de matrizes que estabeleçam marcos teóricos referenciais dominantes. Segundo explica:

[...] sente-se através de debates, conversas, conferências, documentos institucionais a existência de uma gama de percepções dos enfoques comunicacionais, que refletem: as diferentes formações de atores; as várias orientações macropolíticas; a incidência da tradição de diálogo com modelos chamados “clássicos”; e a receptividade de outros modelos, considerados “avançados”, o que muitas vezes se deve a fatores diversos, como, por exemplo, as formas de interação que quadros técnicos travam com novas formula-

ções em gestação, especialmente em centros universitários. (Fausto Neto, 1995, p.275)

Diante dessa heterogeneidade de consumo do discurso jornalístico, segundo explica Fausto Neto, o público alvo aparece como uma espécie de projeção mental, a qual cria um leitor-modelo que funciona “tanto como uma *bússola* (para orientar a produção do texto) quanto como uma espécie de *média imaginária* das características comuns à maior quantidade possível de pessoas existentes dentro da massa consumidora de um determinado veículo”. (Fausto Neto et al, s/d, p.111)

Parece-nos aqui pertinente a abertura de um parêntese para deixar claro de que mídia estamos falando. Não nos referimos absolutamente às publicações científicas ou técnicas dirigidas a profissionais que atuam em uma determinada área — saúde coletiva ou especificamente do trabalhador, neste caso — ou editorias específicas, mas aos jornais leigos e populares cuja pauta cotidiana, segundo observa Elisabeth Rondelli, se apropria de fatos ou episódios “classificados como notícias pelos aspectos inusitados, de anormalidade ou de interesse coletivo *supostos*” (Rondelli, 1995, p.41) [o grifo é meu].

Baseados nisso, podemos então afirmar que, em nosso caso, os textos que contam um acidente não são escritos exclusivamente para os sindicalistas, tampouco para os órgãos oficiais ou qualquer outro acadêmico especializado na área de saúde do trabalhador. São elaborados, isso sim, para serem acessíveis ao leitor comum, sem referências específicas sobre a construção naval. Mas são textos que também podem despertar a atenção de qualquer outro leitor, especializado ou não.

Segundo explica Fausto Neto:

[...] o jornalista pode procurar, num só texto, construir diversos e diferentes efeitos de sentido, correspondentes a cada um destes grupos de referência; haveria, portanto, uma *polissemia potencial* no interior de cada texto, que se apresenta de modos distintos para leitores diferentes, na medida em que há diferentes aspectos geradores de sentido [...] ou em outros fatores que lhe sejam constitutivos [...]. Essa potencialidade permite, portanto, 1) ***a existência de diferentes modos de interpretação, que levam em conta tudo aquilo que o texto oferece, somado à experiência individual de cada um destes leitores*** [...] (Fausto Neto et al, s/d, p.112) [o grifo é meu]

Assim, ressaltamos que o público alvo do jornal e, por tabela, do noticiário sobre um acidente de trabalho, é bastante heterogêneo. Cada indivíduo interessa-se pelo caso por um motivo distinto e, da mesma forma, a leitura que fará do conjunto do texto será igualmente diverso, tendo como base seus referenciais preexistentes, tais como atividade profissio-

nal, moral, engajamento político, envolvimento direto ou indireto com o problema, cultura, etc.

Da mesma forma que a leitura de cada um dos receptores difere entre si, esta vai ser diferente também da intenção que o próprio autor do texto, o repórter, teve ao elaborá-lo, e da que o redator ou o editor tiveram ao corrigir ou editar a matéria. Trata-se da questão da assimetria entre texto e leitor, explicada, segundo Wolfgang Iser, pela falta de um quadro de referências semelhantes a todos os integrantes do processo de comunicação (Iser, 1979) — emissores e leitores. Essa assimetria, no entanto, não é um entrave para a comunicação. Pelo contrário, é o que cria a possibilidade de um mesmo texto ser absorvido e interpretado por diferentes indivíduos.

[...] são os vazios, a assimetria fundamental entre texto e leitor, que originam a comunicação no processo da leitura. Aqui como ali, esta carência nos joga para fora, ou seja, a indeterminabilidade, ancorada na assimetria do texto com o leitor, partilha com a contingência [...]. Os graus de indeterminação da assimetria, da contingência e do nada (*no-thing*) são, portanto, as formas diferentes de um vazio constitutivo, através do qual se estabelecem as relações de interação. [...] O equilíbrio só pode ser alcançado pelo preenchimento do vazio, por isso o vazio constitutivo é constantemente ocupado por projeções [feitas pelo leitor, por exemplo]. [...] o texto constantemente provoca uma multiplicidade de representações do leitor, através da qual a assimetria começa a dar lugar ao campo comum de uma situação. (Iser, 1979, p.87)

Em outras palavras, a assimetria entre emissor e receptor e mesmo entre o conjunto de receptores é uma característica que enriquece o processo de comunicação permitindo que os diferentes indivíduos tenham suas leituras próprias de um mesmo texto objetivo, como é o jornalístico.

¹ Nós olhamos primeiro para as vítimas. Vítimas são boas para a televisão, são boas para os jornais...

² Seria absurdo esperar que seu jornal diário desse um exato retrato da “realidade” completa. Existem também muitas outras realidades: realidade atômica, realidade química, realidade astronômica, realidade psicológica, realidade política, realidade econômica e muitas outras realidades. Mas muitos jornais selecionam algumas delas [...] e se concentram nas realidades política e econômica.

³ A idéia de que o público tende a reagir negativamente à cobertura jornalística sobre riscos ambientais e tecnológicos, mesmo quando a cobertura não é predominantemente negativa, sugere que as pessoas processam mensagens negativas e positivas de forma diferenciada.

⁴ O que [as fontes] oficiais dizem é notícia, então os ativistas ambientais [e os sindicalistas também] têm que trabalhar dobrado para estabelecer credibilidade para qualquer história que pretendam que a mídia cubra.

⁵ Especialistas são fontes vitais para a mídia na reportagem de riscos baseados no desenvolvimento tecnológico ou científico. Especialistas em um tópico particular são procurados pela ‘objetividade’ das opiniões, fatos ou comentários.

⁶ Eles [os especialistas] precisam ficar atentos ao papel desempenhado pelos próprios especialistas na criação e reforço desses problemas.

⁷ Muitos fatores organizacionais e práticas profissionais decidem o que finalmente aparecerá na mídia.

⁸ A mídia é parte do processo social e político que cobre e não simplesmente selecionadora das mensagens que transmite.

⁹ [...] a maioria dos pesquisadores da mídia geralmente concordam que os impactos [da mídia sobre a audiência] são mediados por um pensamento social e uma convicção pessoal e que este impacto diverge entre as diferenças da própria audiência.

¹⁰ [...] as pessoas que estão regularmente expostas à mídia não estão inclinadas a aceitar a realidade retratada nela quando isso entra em conflito com a informação obtida por uma observação pessoal.

6 — A MÍDIA DO LADO DA VÍTIMA SOFREDORA

6.1 — A vitimologia

6.1.1 — A vitimologia e os acidentes de trabalho

Desde que Benjamin Mendelsohn lançou em março de 1947, durante a reunião da Sociedade Psiquiátrica de Bucareste (Romênia), as coordenadas da vitimologia, esta ciência social tem sido constantemente reduzida, segundo observa Kirchhoff, a um enfoque criminalista. (Kirchhoff, 1990, p.166) Mais do que isso, no entanto, esta área de estudo “trata de todos os tipos de vítimas, vítimas da natureza, da tecnologia, do meio ambiente, do trânsito, da energia cósmica e do crime”. (Kirchhoff, 1990, p.163) Trata-se de uma abordagem universal que teria sido, segundo o autor, o conceito de vítima pretendido por Mendelsohn.

Desta forma, o conceito de vítima, ainda segundo Kirchhoff, deve ser ampliado também para as pessoas que sofrem das mais diversas catástrofes. A vítima é, então, entendida como a “parte correspondente da humanidade que sofre”. (Kirchhoff, 1990, p.173) Zvonimir Separovic entende a vitimização como “uma violação dos Direitos Básicos do Homem contidos nos conceitos universais dos Direitos Humanos, tal como aceitos pela comunidade internacional, *id sunt*, os direitos à vida, à saúde, à segurança e ao bem-estar”. (Separovic apud Kirchhoff, 1990, p.173) Assim, para este autor, as vítimas são vistas como pessoas ameaçadas ou de alguma forma feridas ou destruídas por um ato de omissão que pode vir de outra pessoa física ou institucional. “O sofrimento pode ser causado por outro homem ou estrutura onde pessoas estão envolvidas.” (Kirchhoff, 1990, p.174)

Também outros autores estendem o conceito de vítima para os demais indivíduos que em uma sociedade são de alguma forma prejudicados por atos que não necessariamente criminais. O argentino Elias Neuman analisa as vítimas da sociedade ou do sistema legal, nas quais inclui crianças abandonadas, doentes, lunáticos, pessoas socialmente marginalizadas, minorias étnicas e raciais, homossexuais e as vítimas de acidentes de trabalho, (Neuman apud Kirchhoff, 1990, p.177) que é o que mais nos interessa ao abordarmos neste estudo os conceitos da vitimologia.

Penalmente, segundo destaca Ester Kosovski, “vítima é aquele que sofre a ação ou *omissão* [o grifo é meu] do autor do delito” (Kosovski, 1990, p.3) e, como tal, a vitimologia vai tratar também dos indivíduos atingidos por outros tipos de agressão que não a criminal, como o acidente de trabalho provocado pela negligência às normas de segurança, o que é, na verdade, uma forma de omissão de um dado agente responsável pela segurança. A criminóloga venezuelana Lola Aniyar de Castro aponta como um dos objetivos da vitimologia a “análise da personalidade das vítimas sem intervenção de um terceiro”. (Castro apud Kosovski, 1990, p.5) Por esta definição, o estudo da criminologia obtém maior alcance, pois, segundo explica Kosovski, “abrange assuntos tão diferentes como o suicídio e os acidentes de trabalho”. (Kosovski, 1990, p.3)

Se tomarmos como base a análise de Robert Elias, poderemos ver pontos comuns entre as vítimas de fatos criminais comuns e a de outras tragédias também tratadas pela vitimologia, como os acidentes de trabalho. As semelhanças, segundo ele, são marcantes nos conceitos teóricos e nos modelos de como reagir aos dois tipos de vitimização. O autor destrinçou esses modelos no seu trabalho pioneiro sobre violações dos Direitos Humanos e dedicou dois capítulos da obra à elaboração científica dos paralelos entre o campo da vitimização criminal e outras também produzidas pelo homem. (Elias apud Kirchhoff, 1990)

Já Heitor Piedade Júnior transcreve os quatro grandes grupos de vitimizações classificados por Marwin Wolfgang, “papa” da criminologia americana: o de vitimização primária, secundária, terciária ou mútua. Dessas, a que mais nos interessa para este estudo parece ser a terciária, que é a que se estende à comunidade em geral e inclui vitimizações diversas, desde crimes contra a ordem pública àqueles contra a harmonia social ou administração do governo. (Piedade Júnior, 1990) E um acidente num local de trabalho pode ser considerado um afronte à harmonia social.

Kirchhoff explica que, na visão da vitimologia, “grupos de pessoas no poder têm possibilidades, claramente, de vitimizar, através dos direitos humanos, da mesma maneira que os indivíduos criminosos o fazem”. (Kirchhoff, 1990, p.180) Segundo ele:

Vitimologicamente, não existe diferença no fato de serem indivíduos ou grupos poderosos os que causam vitimização. Detrás das estruturas, existem indivíduos ou grupos que causam sofrimento a indivíduos ou grupos ou até a economias inteiras [...]. Torna-se, então, uma questão de respeito aos direitos humanos entender que não somente os governos mas também as pessoas são capazes de violar os direitos básicos à vida e à segurança. (Kirchhoff, 1990, p.180)

Kirchhoff conclui que “existe sofrimento demais no mundo, sofrimento demais por causas criadas pelo homem”. (Kirchhoff, 1990, p.182)

6.1.2 — O trabalhador como vítima

Zvonimir Separovic destaca que existem as vítimas de crimes e de não-crimes, de acidentes. Segundo sua definição, “vítimas são os mortos, feridos ou os que sofrem algum dano à sua propriedade”. (Separovic, 1990, p.133) Seu conceito de vítima e vitimização é visto como um fenômeno social e este ponto de vista tem como base a idéia de que:

[...] todas as vítimas têm algo em comum; de que elas representam a quantidade da vitimização existente numa certa sociedade; de que a sociedade deve levar em consideração todo o complexo da vitimização como sendo um problema social sério e agir de acordo com essa concepção. (Separovic, 1990, p.133)

Também Kirchhoff aponta que as vítimas de crimes são os indivíduos que sofrem danos, danos esses que podem compreender lesões físicas ou mentais, sofrimentos emocionais, perda econômica ou perda substancial dos direitos fundamentais dos indivíduos. O sofrimento através do prejuízo dos direitos fundamentais, segundo ele, também se refere às vítimas de abuso do poder. (Kirchhoff, 1990, p.181) E aqui referimo-nos também ao poder econômico, exercido pelo empresário sobre seu empregado, que pode transformar o trabalhador em uma vítima, dependendo da situação.

A causa de seu sofrimento, seguindo ainda a linha de Kirchhoff, está definida então de maneira diferente. Podemos dizer que eles, os trabalhadores, “sofrem por causa de atos de omissão, que ‘ainda não constituem violação da lei criminal nacional mas sim das normas internacionais reconhecidas, relativas aos direitos humanos’”. (Kirchhoff, 1990, p.180) É o que acontece, por exemplo, quando um operário se vê envolvido num acidente que poderia ter sido evitado caso o empregador adotasse as devidas normas de segurança no trabalho.

A partir dessas definições podemos perceber que o trabalhador que se acidenta no local de trabalho ou que é submetido a uma situação de risco ao exercer sua atividade, seja por falta de equipamento ou pelo uso de material potencialmente perigoso, é também uma vítima, um sofredor, e, como tal, passível a ser alvo da solidariedade de terceiros, não só os estudiosos da vitimologia, mas também da mídia e, por conseguinte, da opinião pública em geral.

Retomando Separovic, vemos que o autor conclui que a vitimização “pode ser causada por muitos fatores, já que ela representa uma variedade de atividades humanas, interações humanas e desajustes humanos”. (Separovic, 1990, p.136) Ele completa afirmando que qualquer pessoa poderia se tornar uma vítima de crime ou acidente — de trabalho, inclusive. As vítimas, continua explicando, diferem não só de acordo com os vários tipos de sofrimento, mas também pela diversidade de natureza da vitimização e pelo potencial e tendência à vitimização de determinadas pessoas, devido a seus estilos de vida ou atividade profissional. Alguém que trabalha em um consultório médico, por exemplo, não corre o perigo de ser atingido por um guindaste de um estaleiro, mas o risco de ser contaminado pela doença de um paciente é maior do que o do operário de contrair o mesmo mal.

Eduardo Mayr sugere que a vítima de um determinado agente não precisa ser necessariamente um indivíduo único, mas um conjunto de pessoas com características comuns ou não. O autor destaca que “indivíduos, grupos, organizações, nações e sociedades podem ser ‘vitimizados’”. (Mayr, 1990, p.13) A “‘vitimização’ de grupos e por grupos não é menos séria que a ‘vitimização’ de pessoa a pessoa”, (Mayr, 1990, p.14) conclui. Seguindo esta linha de pensamento, poderíamos então dizer que a vítima das negligências eventualmente observadas no ambiente de trabalho de um estaleiro, que é o que especificamente nos interessa, não tem como única vítima o trabalhador que se acidenta, mas todo o grupo de operários submetidos àqueles mesmos riscos.

Wilson Chebabi afirma que a vítima é “credora do direito de acusar o outro ou os outros de causadores do seu sofrimento e prejuízo”. (Chebabi, 1993, p.300) Ser vítima, explica ele, propicia ao indivíduo sofredor “o poder de acusar os algozes e de enchê-los de culpa”, ele completa dizendo que a vítima fica sendo credora das culpas que os demais devem sentir por ter causado ou mesmo não ter impedido o seu infortúnio”. (Chebabi, 1993, p.300) Isso explicaria, então, o poder que os representantes dos trabalhadores acidentados têm — não só quando da ocorrência de uma tragédia, mas também na denúncia de um risco — de criticar o empregador e fazer contra ele as mais duras e, por vezes, incertas acusações. Afinal, também esses representantes fazem parte do grupo operário, todo ele, seguindo a tese de Mayr, vitimado pelo acidente ou situação de risco. Assim, Amaury Paciello, enquanto presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, tem aqui mais um fator que legitima seu direito de fazer acusações contra os estaleiros.

6.1.3 — A vítima como culpada

A vítima não será sempre vista como um sujeito inocente, atingido pela ação agressora de outra pessoa, grupo ou instituição. Heitor Piedade Júnior aponta como um dos maiores méritos do estudo da tipologia da vítima a descoberta de que a vítima nem sempre é inofensiva, passiva ou inocente. Ao contrário, segundo ele, “a Vitimologia tornou evidente que a vítima pode ter exercido uma cooperação relevante, acidental, negligente ou dolosa na conduta do agente”. (Piedade Júnior, 1990, p.31) Waldemar Zuzman cita que “para o conhecimento psicanalítico, nenhuma vítima é totalmente inocente em relação ao que lhe ocorre”. (Zuzman, 1993, p.52)

Ester Kosovski também aborda essa inversão de papéis. Ela explica que na tendência de “*criminalização da vítima*”, esta é colocada no banco dos réus e acusada. Trata-se de um artifício de defesa do verdadeiro réu que muitas vezes, segundo explica, utiliza-se artificialmente da vitimologia para ampliar o conceito de que a vítima é também culpada por ter contribuído para o delito — ou acidente. A vítima é então acusada de ser co-responsável pelo próprio sofrimento.

Essa culpabilização da vítima assemelha-se com a *teoria da culpa*, estudada pela área da Saúde do Trabalhador. Tendo em vista a imposição jurídica da responsabilidade civil, essa concepção busca isentar da responsabilidade o empregador, transferindo-a para o próprio trabalhador vitimado. Segundo explicam Jorge Machado e Carlos Minayo:

Desde sua formulação, ‘a teoria da culpa direciona a análise dos acidentes no sentido de atribuir-lhes uma dentre duas causas possíveis: uma ação dolosa do empregado (ato inseguro) ou uma ação dolosa do empresário (condição insegura, criada por imprudência, negligência ou falta de diligência), metodologia de análise esta que ainda hoje é profusamente utilizada, ainda que com uma pequena modificação ao admitir a possibilidade da concomitância das duas causas. (Machado & Minayo, 1995, p.117)

Essa lógica tem como objetivo imputar a culpa ao trabalhador, “que está diretamente envolvido com o acidente e menos habituado à linguagem das intermediações jurídico-institucionais”. (Machado & Minayo, 1995, p.118) Tal definição encontra resistência na citada área acadêmica, uma vez que, além de tentar isentar legalmente o empresário, coloca o operário em situação que o obriga a defender-se, desculpar-se, mesmo, por se ter permitido sofrer o acidente. Trata-se então de um segundo sofrimento para os profissionais, por estas circunstâncias já sofrendores.

A trajetória dessa teoria, explicam os autores, corresponde a vários tributos que configuram a concepção, entre eles “a culpabilidade, em que é enfatizada a imperícia do trabalhador; a acidentabilidade, que supõe a existência de trabalhadores acidentáveis; a predisposição aos acidentes, em função de características individuais, e a dicotomia entre fatores humanos e do ambiente de trabalho”. (Machado & Minayo, 1995, p.118) Machado & Minayo completam que é nesta última na qual se apoia a legislação vigente no Brasil.

Outra crítica feita a essa teoria é a de que os atos inseguros e as condições inseguras de trabalho são caracterizações feitas a partir das próprias empresas, o que acaba por agravar a tendência de mascarar as responsabilidades patronais. Como destacam Machado & Minayo, pode-se observar que “habitualmente o trabalhador é considerado culpado até conseguir provar o contrário”. (Machado & Minayo, 1995, p.118) Até lá, isentada da culpa, a empresa acaba também liberada das cobranças legais e trabalhistas sobre o ocorrido, tais como multas, pagamento de indenizações, etc.

6.1.4 — A participação da mídia na vitimologia

Qual a participação da mídia no âmbito dessa ciência vitimológica? Podemos avaliá-la de duas maneiras. Numa primeira, bastante crítica, vemos que também ela pode se configurar como um agente vitimizador. Sumner e Sutton contam que pesquisadores têm sido unânimes em criticar as formas eletrônicas e jornalísticas pelas quais os crimes são retratados pelos meios de comunicação. Os problemas identificados, segundo os autores, “incluem a tendência a ser seletivo e não representativo em tipos de delitos retratados, sensacionalismo, a geração de ‘pânico moral’ e tratamento das notícias de crime como uma ‘comodidade’, a ser empacotada de maneira a reforçar suposições sobre a sociedade”. (Sumner & Sutton, 1993, p.331)

Ora, não podemos comparar, neste caso, o sensacionalismo empregado numa notícia sobre um crime com aquele comum ao de outras tragédias que envolvam situações até certo ponto menos constrangedoras para as pessoas envolvidas, mesmo que o sofrimento a que estão submetidas seja tão intenso. Afinal, tanto quanto um crime, um acidente que resulte em vítimas — especialmente se forem fatais — terá como principal atrativo a violência urbana. Como destaca Ester Kosovski, se formos tomar como referência a imprensa, vamos perceber que a violência urbana é um tema freqüente e mobilizador da opinião pública. (Kosovski, 1993) Uma opinião pública que, como vimos, pode ter fundamental participação em movi-

mentos que pressionem as autoridades, por exemplo, a agir contra situações ou negligências que venham a vitimar terceiros, neste caso, os indivíduos trabalhadores.

Outro atrativo exercido por ambos os modelos de vitimização na mídia é a novidade do fato. Trata-se da expectativa sintagmática a qual se refere Fausto Neto. (Fausto Neto et al, s/d) Segundo Sumner e Sutton, “histórias que irão estimular [...] ou curiosidade mórbida excitada [...] também são vistos como mais prováveis para gerar uma audiência”. (Sumner & Sutton, 1993, p.332)

Chebabi discorre sobre o papel desempenhado pelos meios de comunicação para servir de instrumento de regeneração do convívio social. Ele questiona o lucro dos jornais e da TV sobre o usufruto da violência em suas páginas ou tela. Segundo o autor:

Há uma indústria da violência que se associa intimamente à indústria pornográfica. Cultivase [*sic*] o erotismo associado ao sofrimento, ao martírio, à agressão e não à ternura. Criminosos, policiais, vítimas, sequestradores [*sic*] e sequestrados [*sic*], assaltantes e assaltados [e por que não dizer também os acidentados?] tornam-se, em nossos dias, personagens desse grande filme e desse grande folhetim que é o suceder cotidiano das grandes cidades. (Chebabi, 1993, p.302)

Mas não é esse fator da mídia que mais nos interessa neste estudo, até porque o objetivo aqui não é abordar o trato dos crimes, mas dos acidentes de trabalho. Outra consideração que podemos fazer sobre a participação da mídia nesse sistema — já não tão criticável — é a que mais nos interessa. O que nos é válido aqui é o fator mobilizador da opinião pública do qual trata Ester Kosovski, há pouco citada. Essa participação pode ser até considerada positiva para uma mobilização social visando uma mudança na situação constatada. Trata-se do tri ou multidimensionamento da interação da vitimologia apontado por Eduardo Mayr. Essa interação, explica o autor, não é simplesmente de pessoa para pessoa, mas inclui também outros espectadores, os quais podem assistir e apoiar as vítimas. (Mayr, 1990, p.14) E esses espectadores, através da mídia, são a própria opinião pública.

Também Sumner e Sutton, apesar de criticarem a mídia, reconhecem esse seu poder de mover a reação social. Programas de TV e jornais, dizem os autores, “têm capacidade para iniciar uma corrente de outras conseqüências — por exemplo, elevada porção do público preocupado com crime, e mudanças nas práticas e poderes de execução da lei.”. (Sumner & Sutton, 1993, p.333) Reações essas que podem ser consideradas benéficas se forem de alguma forma revertidas em ações que possam confortar o sofredor, minimizar sua dor ou evitar novas dores. Segundo eles:

Antes de avaliar as opções para assegurar maior sensibilidade pela imprensa escrita e eletrônica aos direitos e necessidades das vítimas de crime, é importante considerar o papel da imprensa em ajudar a preservar uma sociedade livre e democrática. Como Sackett (1982) salientou, a imprensa fornece a única via adequada para as pessoas de uma nação ‘terem publicadas informações’ sobre o que os seus legisladores — seus funcionários públicos — estão fazendo, quer em suas legislaturas, quer em seus tribunais, ou enquanto agem em qualquer outra função oficial e pública. (Sumner & Sutton, 1993, p.338)

Em outras palavras, a imprensa é o único canal por onde a opinião pública pode, além de tomar conhecimento do que ocorre, participar ativamente do processo que, por exemplo, vise eliminar o sofrimento do indivíduo vitimado, exigindo das autoridades e órgãos oficiais as devidas providências.

6.2 — O sofrimento à distância

O processo de construção do discurso jornalístico em seu todo, começando pela ordenação do texto, escolha de fotos e eventos, divulgação de opiniões, etc., segue um processo seletivo de suas partes constituintes, às quais, segundo Fausto Neto, “devem se ajustar tanto aos padrões determinados pelos manuais de redação e pela cultura do meio profissional [...] quanto à linha político-editorial do veículo [...]”. (Fausto Neto et al, s/d, p.118) Se estendermos um pouco este conceito podemos dizer que tal processo seletivo segue ainda, num segundo plano, padrões morais e emocionais dos jornalistas envolvidos na cobertura de um determinado caso, que tendem a ter suas próprias opiniões sobre o que é certo ou errado, sobre a versão que deve ou não ser transmitida através das reportagens.

Parece ser ponto pacífico entre os autores da vitimologia que o sofrimento deve ser evitado ou, pelo menos, minimizado. Nas palavras de Kirchhoff, “as atividades que tratam das vítimas previnem a vitimização, protegem as vítimas, assistem, reduzem o sofrimento e ajudam a adaptação ao impacto da vitimização”. (Kirchhoff, 1990, p.182) Já a solidariedade, explica Dotti, é movida por um largo sentido de humanidade, uma corrente que “obriga a falar-se da vítima no tribunal, no parlamento, na cátedra, no altar e *nos mais variados espaços de comunicação social*” (Dotti, 1990, p. XIII) [o grifo é meu]. E é exatamente neste espaço das comunicações sociais onde vamos buscar essa solidariedade.

Analisando *Ensaio sobre a revolução*, de Hannah Arendt, Luc Boltanski caracteriza o que chama de política da piedade, em primeiro lugar, através de uma clara distinção entre os homens que sofrem daqueles que não sofrem, e, num segundo ponto, através da ob-

servação da infelicidade do outro pelo indivíduo que não compartilha desse sofrimento. (Boltanski, 1993) Desta forma, é inegável que podemos considerar como sofrendores os trabalhadores vitimados por um acidente e, como tal, são eles os indivíduos que, de acordo com a política da piedade sustentada por Boltanski, demandam uma “*urgence* [grifo do autor] de l’actionn à mener pour faire cesser les souffrances invoquées l’emporte toujours sur la considération de la justice”¹. (Boltanski, 1993, p.17)

Mas que justiça é essa? De acordo com a política da justiça, à qual, segundo Boltanski, se contrapõe a da piedade, a distinção principal entre os homens refere-se não às condições de felicidade ou sofrimento dos indivíduos, mas à sua qualificação. (Boltanski, 1993) Os homens, os grupos, são grandes ou pequenos, maiorias ou minorias, merecedores ou não do sofrimento a que estão subjugados. Assim, vemos que em alguns casos onde se identificam vítimas, os jornalistas tendem a se posicionar no que podemos considerar dentro da política da piedade, ou até mesmo como seguidores de uma corrente vitimológica, destacando e divulgando um dado problema para, indiretamente, exigir uma ação que reverta a situação para os demais envolvidos. Exigir uma ação que se reverta em justiça para as vítimas.

Seguindo nesta linha, podemos reafirmar, então, que a política da piedade de Boltanski pressupõe portanto dois tipos de homens desiguais, unicamente diferenciados a partir do quesito felicidade, e que devem estar constantemente em contato, para que o lado não-sofredor possa observar o outro (Boltanski, 1993) e, conseqüentemente, exigir ações que possam levar à solução ou à minimização do problema da banda desafortunada. Este contato entre os dois pólos pode ser feito, então, por meio das páginas dos jornais, através das quais não só os leitores comuns, mas também aqueles com maior poder de ação, como parlamentares ou funcionários de órgãos que exercem fiscalização, como a Delegacia Regional do Trabalho, por exemplo. Estes podem se colocar não só como observadores, mas como sujeitos ativos do processo. Isso sem falar, é claro, dos próprios jornalistas.

Essa política da piedade tem como características, segundo o autor francês, a visão generalizada do grupo sofredor, a eloqüência e a emoção, (Boltanski, 1993) características estas, por sinal, que perfeitamente se adequam ao discurso jornalístico. Em primeiro lugar, o tratamento generalizado, no caso que nos interessa, de um dado grupo de trabalhadores. A cobertura de um determinado caso de acidente pode se expandir para discutir as condições insatisfatórias de trabalho de toda uma categoria profissional, o que atinge não só as vítimas diretas, mas todos os demais indivíduos do conjunto. Assim, os sofrendores não são somente

aqueles operários diretamente envolvidos numa tragédia, mas todos os seus colegas, também submetidos aos riscos do mesmo trabalho, além dos parentes, amigos, etc.

A segunda característica aqui é a indiscutível eloquência da comunicação social que se coloca à disposição para anunciar e discutir questões distintas, entre as quais, a da falta de segurança na construção naval, que nos interessa especificamente. No jornal costumam falar não só os repórteres, mas através deles também outras fontes, como sindicalistas, trabalhadores, parentes das vítimas, algumas das próprias vítimas, fiscais e policiais, além das empresas.

Uma outra questão importante da política da piedade descrita por Boltanski que seria então interessante tratarmos refere-se à “palavra”. Segundo o autor:

Dans le cas de la parole, la chaîne d’intermédiaires est d’abord formée d’une suite d’interlocuteurs. Mais cela est insuffisant, car il ne s’agit pas seulement de transporter jusqu’au malheureux un *message* (comme ce serait le cas, par exemple, s’il suffisait, pour lui venir en aide, du lui transmettre <<la bonne parole>>). Pour que la parole soit capable de diminuer les souffrances du malheureux, et qu’elle puisse être considérée, à ce titre, comme une forme d’action, au sens, que <<parler c’est agir>>, il faut une autre instrumentation, qui est celle de l’*opinion publique*, embrayant elle-même sur des institutions politiques. C’est dans la mesure où les paroleux sont aussi les citoyens d’une république, qu’ils peuvent manifester une opinion par l’élection ou la sédition et ainsi faire pression sur des gouvernants réputés disposer du pouvoir d’intervenir en faveur des malheureux, par des lois ou encore par la force, lorsque ceux dont la souffrance est transportée à distance sont d’une autre nation. Pour prendre au sérieux l’affirmation d’une parole *agissante*, c’est-à-dire d’une parole qui, quelles que soient les qualités de celui qui la prononce, la façon dont elle est exprimée et son lieu, pourrait être mise en relation causale avec des actes accomplis par d’autres et dont l’effet se fait sentir à *distance* — les premières étant en quelque sorte les *auteurs* des actes accomplis par des *acteurs*, pour reprendre la métaphore hobbienne —, il faut donc prendre appui sur une construction politique compliquée qui est celle de la cité.² (Boltanski, 1993, p.35)

Podemos então dizer que a cadeia de intermediários no caso da cobertura de um acidente é formada pela rede de interlocutores composta pelos jornalistas (repórteres, editores, redatores, fotógrafos, etc.) e suas fontes (sindicalistas, fiscais da DRT, trabalhadores, etc.). Sua função, aqui, não é somente transmitir a mensagem através do canal jornal. Mais do que isso, busca alertar e produzir informações que sejam capazes, de alguma forma, de auxiliar na diminuição do sofrimento dos operários, configurando-se, desta forma, como uma espécie de ação, instrumentada pela opinião pública, que é movida pela mídia. Fazendo com que o caso se embrenhe, desta forma, nas instituições políticas ou órgãos competentes.

Além de representantes dos órgãos oficiais, todos os sujeitos falantes, inclusive os repórteres, são também cidadãos que podem manifestar suas opiniões — e manifestam — e fazer pressão sobre os governantes para intervir em favor daqueles considerados desafortunados. Essa palavra “agitante” pode e deve ser avaliada em relação causal com atos completados por outros, ou seja, o jornal noticia e transmite as informações que podem ser usadas como base pelos órgãos competentes já existentes na estrutura política da cidade.

6.3 — O papel da mídia

Como Boltanski, Fausto Neto destaca este poder da mídia de levantar e oferecer mecanismos que poderão ser usados pelos órgãos competentes para solucionar os casos. O autor parte da hipótese segundo a qual “o campo jornalístico abandona funções clássicas que lhe são atribuídas e, de maneira crescente, faz emergir novos dispositivos no processo de produção de realidades”. (Fausto Neto et al, s/d, p.121) Assim, o discurso jornalístico funcionaria como parte de estratégias engendradas pelos dispositivos de enunciação que classificariam os fatos, qualificando atores sociais, sentenciando ações e, principalmente, “monitorando processos e lutas sociais”. (Fausto Neto et al, s/d, p.121)

Desta forma, os jornais funcionam não mais exclusivamente exibindo os fatos, mas principalmente criando um repertório de circunstâncias que permitam a ação. Nas palavras do autor:

Esta nova vocação é operacionalizada segundo as coberturas que os *media* fazem dos fatos sociais que, *grosso modo*, não se constituem mais nas coberturas do sentido clássico do jargão jornalístico. Ao contrário, são iniciativas simbólicas que, na especificidade da construção discursiva, os *media* agem, se convertendo em poder *paralelo*. Não se trata mais de *mostrar* em termos de pura referência dos acontecimentos, mas de um *mostrar* agregado a uma capacidade de semantização dos fatos, submetendo-os a escalas de julgamento, ordenando-os segundo pontos-de-vista classificatórios e, finalmente, produzindo pautas pelas quais **oferecem aos demais poderes mecanismos de solução. A mídia funciona como um dispositivo que resolve, no seu espaço próprio, os conflitos do mundo, segundo construções estratégicas discursivas que tratam, em última análise, de mostrar também o deslocamento das atribuições de outros poderes.** (Fausto Neto et al, s/d, p.121) [o grifo final é meu]

Acompanhando a tese do autor, podemos dizer que os relatos registrados nos jornais ligados à violência — e estendemos aqui à violência sofrida pelos operários em seus locais de trabalho — são já um ato de classificação (Fausto Neto et al, s/d) e até mesmo de julgamento, baseado em padrões culturais, sociais e éticos dos sujeitos enunciadoreis, ou seja,

dos jornalistas que colhem as informações, elaboram o texto priorizando um dado em detrimento de outro, e editam um jornal que pode, de certa forma, servir de apoio às lutas de uma categoria.

Elizabeth Rondelli também sustenta esse poder de julgamento da mídia. Embora a autora trabalhe com os programas televisivos, onde indiscutivelmente a influência sobre a opinião pública é maior do que no jornal impresso, podemos nos basear em suas palavras para afirmar que os periódicos vão se constituir numa espécie de tribunal público, que até certo ponto “rouba os atos de outras instituições sociais”. (Rondelli, s/d, p.102) Talvez o termo “roubar” seja um pouco forte para jornais impressos, mais adequado para a TV, mas sem dúvida o que a mídia fará será se antecipar aos atos das demais instituições, até porque, algumas vezes os atores sociais recorrem primeiro à mídia e somente depois aos órgãos oficiais. Assim:

[...] substantivamente, o telejornal [e o jornal impresso se adequa perfeitamente a este caso] ocupa lugar de tais instituições, principalmente na medida em que algumas notícias são pautadas pelo programa [e pelo jornal] a partir de denúncias e chamados dos telespectadores [e dos leitores]. Apresenta-se, assim, como uma justiça imediata, praticada através de rituais sumários facilmente compreendidos por leigos [...] (Rondelli, s/d, p.102)

Resumindo, o jornal é a vitrine pela qual o cidadão comum não-sofredor (agente da opinião pública) observa a partir de um fato trágico a dura “realidade” de um grupo de sofredores, no nosso caso os trabalhadores metalúrgicos. Tanto como ele (o leitor), o jornalista é também um observador dessa situação e — de certa forma “contagiado” pela moral que distingue entre o trabalhador sofredor e o estaleiro não-sofredor — assume a briga da categoria profissional dando voz àqueles que também a defendem. Esse jornalista e todas as suas fontes delas são interlocutores que levam a mensagem ao cidadão agente da opinião pública, através do canal jornal, ele próprio formador da opinião pública. Essa mensagem transmitida pela mídia não tem por si só poder de mudar as condições desfavoráveis aos trabalhadores, mas uma vez relacionada à estrutura política pode exercer pressão para que os órgãos competentes ajam. Assim, a política da piedade, adequada à mídia, leva à ação. Trata-se da informação para ação, uma das concepções, no entendimento de Wünsch Filho, da vigilância em saúde do trabalhador. (Wünsch Filho apud Machado, 1996)

Em acordo com Fausto Neto e Elisabeth Rondelli, Peltu destaca que a imprensa configura-se como um influente ator no moderno sistema de gerenciamento dos riscos — e porque não dizer também no processo de reunir dados sobre a violência e os acidentes de tra-

balho como forma dessa violência — e que seu papel seria tão importante quanto o de outros reguladores, tais como os legisladores, especialistas, grupos públicos e a própria indústria. (Peltu, 1992) Em suas palavras:

Whatever the precise nature of their impact, medias are undoubtedly influential actors in modern risk management process, together with policy makers, regulators, industry, public interest groups, and experts.³ (Peltu, 1992, p.15)

Mas serão os jornalistas, de todos, os que mais influenciarão o público, inclusive manipulando as informações, na medida em que selecionam quais delas serão publicadas e quais serão deixadas de lado. (Peltu, 1992) E a influência da mídia, continua o autor, não se restringirá somente ao público, mas também a outros agentes deste mesmo processo. Trata-se, então, de uma inter-relação entre esses agentes, como a ressaltada por Cook et al, que admitem, por exemplo, o relacionamento “simbiótico” entre jornalistas e legisladores que, segundo consideram, pode ser lícito e gerar lucros e até soluções para alguns problemas que saltem à tona através das histórias dos jornalistas. (Cook et al apud Peltu, 1992)

A mídia, então, segundo conclui Peltu em acordo com Antônio Fausto Neto e Elisabeth Rondelli, será um canal para a transmissão das informações para outros atores com função mais ativa no processo de regulação do risco [e da violência, insisto em afirmar]: “*The media are channels for carrying de massage of other risk management actors [...]*”⁴ (Peltu, 1992, p.16)

Desta forma, tanto Peltu quanto Sandman & Peters destacam a importância de se aprender a tratar a mídia para conquistá-la como um aliado, uma lição que, como veremos na próxima parte desta dissertação, foi aprendida também pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói. Peltu usa as palavras do repórter de TV americana Vacor para afirmar que:

[...] that improvements in risk communication will come if all those involved in the process “understand how the media work and demand a higher degree of participation in the system”.⁵ (Vacor apud Peltu, 1992, p.27)

Isso quer dizer que não só no caso da comunicação dos riscos, mas em todas as outras lutas sociais em que a mídia pode estar presente, inclusive aquelas que têm como alvo as situações de risco no ambiente de trabalho, é fundamental que os interessados em conquistar um espaço nos veículos de comunicação percebam como a mídia funciona para participar de forma mais ativa do sistema.

Também Njaine et al reconhecem o papel da mídia na sociedade contemporânea, principalmente como mediadora social e agente de socialização, ao lado da família, da escola e de outras instituições, mas criticam a forma como os dados são oferecidos ao público. As autoras defendem a democratização das informações — pela imprensa, inclusive — afirmando que devem ser pensadas como um elemento de mudança e de transformação social. Assim:

[...] a informação assume grande importância quando surge como um direito da sociedade e não como um produto de uso privado de instituições, sejam elas científicas, burocráticas, administrativas ou de comunicação. Ela também tem o potencial, ao ser bem gerada, sistematizada e divulgada, de integração dos setores segmentados da sociedade, sobretudo através das redes que hoje se formam visando à cidadania, em contraposição ao uso apenas mercadológico. (Njaine, 1997, p.412)

Já Sandman e Peters não acreditam em chances reais de se modificar radicalmente o procedimento jornalístico, mas apostam em mudanças moderadas na forma como os riscos tecnológicos são anunciados. Para eles, a principal colaboração para essa mudança deve ser dada pelas fontes. Mas os jornalistas não podem aguardar passivamente por uma mudança espontânea dessas fontes. Mais do que isso, devem eles próprios agir, ampliando seu universo de informantes ao passo que as fontes oficiais — que em nosso caso seriam os fiscais dos órgãos oficiais, por exemplo — deveriam manter um contato maior com a mídia, ser mais comunicativas, informar mais. (Sandman & Peters, 1992)

A partir de mais esta constatação, podemos então reafirmar que as informações sobre as situações de risco — incluindo nos estaleiros — e os acidentes que são recolhidas e reproduzidas pela mídia podem gerar ações dos agentes oficiais com competência para tal, como o Programa de Saúde do Trabalhador, a Delegacia Regional do Trabalho ou o Ministério Público do Trabalho, esses sim órgãos que têm o poder instituído para agir.

Por fim, retomando Fausto Neto, podemos concluir que, a despeito das diferenças de conceitos, abordagens e avaliações das instâncias da saúde — em nosso caso saúde do trabalhador — e da comunicação, seria um consenso “o reconhecimento da comunicação como um parceiro estratégico, seja na constituição do campo, seja no fomento de ações e de políticas”. (Fausto Neto, 1995, p.275) Ele aponta que a comunicação vai se apresentar como um dispositivo auxiliar, em que sua matriz “pode se equivaler a uma instância de prestação de serviços, como núcleo mediador de ações de outros setores ou como agente devolvedor de mensagens decodificadas, etc.” (Fausto Neto, 1995, p.279)

Assim, a comunicação seria vista, segundo o autor, entre outras maneiras como:

1. Instrumento que auxiliará o campo da saúde na resolução das questões apontadas por seus diagnósticos, especialmente ao assegurar acesso a informações que garantam à sociedade mecanismos de controle sobre o setor público em geral;
2. Relação entre os serviços de saúde (incluindo os órgãos fiscalizadores e a saúde do trabalhador, em nosso caso) e a sociedade;
3. Espaço de interface com vários subsistemas do setor, tais como conselhos de saúde, Delegacia Regional do Trabalho, Programa de Saúde do Trabalhador, movimentos populares e sindicais, etc.;
4. Local de interação direta com a população para solução de problemas encaminhados pessoalmente ou *detectados pela imprensa*;
5. Modelos teóricos alternativos àqueles que subsidiam usualmente as políticas;
6. Novos desenhos estratégicos que redimensionem politicamente as instâncias sociais, econômicas e simbólicas do fazer comunicativo;
7. Prestadora de serviços através da produção e divulgação de eventos;
8. Prática capaz de subsidiar ações transformadoras dos espaços sociais, dos quadros epidemiológicos locais e das relações dos diferentes grupos sociais com o poder público [prática esta que destacamos neste estudo];
9. Prática social permeada por um processo de permanente construção simbólica da realidade;
10. Conjunto de práticas com a finalidade de subsidiar um diálogo horizontalizado entre os atores sociais;
11. Possibilidade de tornar a informação em saúde produzida por suas instituições acessível à compreensão pela maior parcela possível da população;
12. Possibilidade de devolução permanente à população das informações sobre o setor saúde;
13. Decodificação permanente da linguagem técnica. (Fausto Neto, 1995)

Sobre o diálogo horizontalizado a que se refere o item 10 acima, não podemos, no entanto, deixar de apresentar a crítica de Rubin, lembrando que a transmissão de mensa-

gens pela mídia, diferentemente da comunicação interpessoal, impede o intercâmbio de mensagens entre emissor e receptor, criando dois papéis distintos e imutáveis no processo de comunicação — e portanto não horizontais —, em que um indivíduo descarrega sobre outro todas as suas informações, restando ao segundo agente apenas o consumo sem chance de contestação deste conteúdo. Assim:

A comunicação midiática deixa transparecer de imediato sua mutação fundante: de mera intermediária, a comunicação, agora hegemônica pelos mídia, torna-se produção e divulgação de bens simbólicos. Como fala acerca da sociedade e como fabricante de (inter)mediações, nela os discursos sociais são (re)produzidos, isto é, produzidos novamente, através do acionamento de **gramática, poética e olhar** [grifos do autor] determinados e reproduzidos tecnicamente em números sempre mais fantásticos e alucinantes. (Rubin, 1995, p.85)

É por motivos como este que o autor conclui que “sem a democratização dos mídia não existe democracia possível na contemporaneidade”. (Rubin, 1995, p.95)

¹ Urgência da ação para cessar os sofrimentos é levada sempre tendo em consideração a Justiça.

² No caso da palavra, a cadeia de intermediários é formada, antes, de uma rede de interlocutores. Mas essa é insuficiente, já que não se trata somente de levar até o infeliz uma *mensagem* (como esse, seria o caso, por exemplo, se lhe bastasse vir em socorro transmitindo “uma boa palavra”). Para que a palavra seja capaz de diminuir os sofrimentos e que ela possa ser considerada, nesse caso, como uma forma de ação no sentido em que “falar é agir”, é necessária uma outra instrumentação, que é a da *opinião pública*, embrenhando ela própria nas instituições políticas. É na medida em que os falantes são também os cidadãos de uma república, que eles podem manifestar uma opinião para a eleição ou a sedição e assim fazer pressão sobre governantes reputados por dispor do poder de intervir em favor dos infelizes, por lei ou ainda pela força, quando aqueles cujo sofrimento é mostrado à distância são de uma outra nação. Para levar a sério a afirmação de uma palavra *agitante*, quer dizer, de uma palavra que, quaisquer que sejam as qualidades daquele que a pronuncia, a maneira como é exprimida, poderia ser posta em relação causal com atos completados por outros e, portanto, o efeito se faria sentir à *distância* — os primeiros sendo, de certa forma, os *atores* dos atos completados por *atores*, para retomar a metáfora de Hobbes —, é preciso apoiar-se sobre uma construção política complicada que é a cidade.

³ Qualquer que seja a natureza precisa de seu impacto, os mídias são indubitavelmente atores influentes no processo de gerenciamento de riscos, junto com os legisladores, os reguladores, as indústrias, o interesse de alguns grupos e os especialistas.

⁴ Os mídias são canais de transmissão da mensagem sobre os riscos para outros atores [...]

⁵ As melhorias na comunicação dos riscos vão acontecer quando todos os envolvidos no processo entenderem como a mídia trabalha e procurarem um grau mais elevado de participação nesse sistema.

7 — A COBERTURA

7.1 — Quando o trabalhador é notícia

7.1.1 — Os trabalhadores nas páginas de *O Fluminense*

Embora este trabalho se inicie em 1989, os metalúrgicos de Niterói têm sido notícia de *O Fluminense*, especialmente, há bem mais tempo. A falta de indexação dos arquivos do próprio jornal e até da Biblioteca Nacional, e as dificuldades para acessar o material, no entanto, tornam quase impossível a realização de um levantamento completo por um período mais extenso. De qualquer forma, os nove anos entre março 1989 e março de 1998, em que a executiva liderada por Amaury Paciello esteve à frente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Niterói e Itaboraí, foi sem dúvida o período em que essa categoria de trabalhadores esteve mais vezes em evidência nas páginas do jornal, uma consequência, principalmente, da política dos sindicalistas de buscar uma proximidade com a mídia local, proximidade essa que, como veremos, foi consagrada e reconhecida pelos líderes sindicais como benéfica às lutas da categoria.

Tal política de proximidade, então, gerou ao longo desses anos uma aparição constante do sindicato — geralmente representado por seu presidente, Amaury Paciello — nas páginas do jornal, seja em momentos de greve, negociações salariais ou denunciando as situações de risco observadas nos estaleiros. Embora o levantamento das reportagens que tratam dos acidentes ou de outras questões relativas à saúde do trabalhador tenha sido resultado de uma pesquisa longa e minuciosa — levando-se em consideração que até o início deste projeto nada havia sido ainda recolhido e que, portanto, todo material precisou ser resgatado — seria muita pretensão achar que tal levantamento tenha sido total e que nenhuma matéria, sobretudo as menores, tenha ficado perdida. A busca principalmente de pequenas notas na tela de uma leitora de microfimes (os jornais impressos com mais de um ano não estão acessíveis para consulta) pode se comparar à procura de uma agulha no meio do palheiro. Desta forma, é provável que alguma coisa tenha se perdido ao longo do levantamento.

A falta de uma ou outra nota, contudo, certamente de nada compromete este trabalho, tendo em vista que a análise do material extraído da mídia, retomando as palavras de Lichtenberg e Maclean, já expostas no item 5.2.2 deste estudo, não pode ser estudado quantitativamente. O que interessa num estudo sobre a imprensa, dizem eles, não é levantar a quantidade de matérias publicadas sobre um determinado assunto, mas analisar seu conteúdo, contextualizando-o e avaliando o poder que esse material pode ter tido na formação de opinião do público leitor do periódico. O que interessa saber, assim, não é a extensão com a qual a cobertura jornalística atinge a opinião pública, mas as formas como os conteúdos particulares a afetam. (Lichtenberg & Maclean, 1992)

Além disso, as pequenas notas com certeza não trazem informações suficientes para uma análise, tendo em vista que os dados são muito restritos aos fatos mais objetivos e o texto bastante sintético. Tais informações com certeza seriam indispensáveis para um estudo quantitativo, o que não é o caso aqui, até porque, o objetivo desta dissertação não é estudar os acidentes em si, mas o tratamento que a mídia dá a eles. E o interesse da imprensa com certeza será por aqueles acidentes mais graves e de maiores conseqüências, características que, aliadas ao tratamento recebido pelo caso, terão, segundo MacKuen & Coombs, já citados no item 5.2.2, maior influência sobre o público do que a quantidade de reportagens publicadas sobre diversos fatos de pequenos vultos. (Peltu, 1992) Também foram descartadas as reportagens que envolviam os metalúrgicos mas que abordavam outras temáticas que não a segurança e o bem-estar físico imediato, como, por exemplo, negociações salariais, greves e demissões. Isso fará com que surjam alguns vácuos no período estudado.

Foram então selecionadas para trabalho um total de 39 reportagens, as quais são fundamentais para mostrar a tendência característica desse relacionamento entre mídia e trabalhadores, em que a primeira mostra-se solidária ao segundo grupo, via de regra submetido às críticas condições de trabalho, aos riscos de vida e, enfim, ao poder dos empresários, à violência. São eles as vítimas, os sofredores que, pelas questões da solidariedade e ética já apresentadas, são observados e auxiliados — mesmo que não diretamente — pelo lado não-sofredor, representado aqui pela mídia e a opinião pública. Não que este processo seja uma concessão gratuita do jornal, mas o resultado de uma tendência social e moral de socorro aos grupos oprimidos e uma resposta, mesmo que não assumida, à política de aproximação desenvolvida pelo sindicato.

Sendo assim, faço aqui uma prévia das reportagens trabalhadas e, posteriormente, apresento a descrição e respectivas observações pertinentes a respeito de cada um dos casos levantados. O material foi organizado de forma cronológica:

Caso n°	Data da publicação	Assunto tratado
01	08.09.90	Operários intoxicados em estaleiro por comida estragada fornecida no refeitório da firma
02	10.07.91	Denúncias do sindicato sobre mortes em plataforma em reparos no estaleiro Mauá
03	15.02.92	Interdição dos estaleiros Mauá e Enavi após acidentes com mortes de dois operários
04	16-17.02.92	Denúncia de que o Enavi já havia sido alertado sobre os riscos sofridos pelos trabalhadores
05	18.02.92	Enavi continua funcionando apesar da interdição e gerente é preso pela Polícia Federal
06	19.02.92	Enavi é desinterditado com base em relatório da DRT e de termo de responsabilidade do estaleiro
07	20.02.92	Sindicalistas vistoriam estaleiro e concluem que ainda há falta de segurança
08	12.03.92	Vizinhos de estaleiro denunciam problemas respiratórios causados pelo jateamento de areia
09	27.03.92	Vistoria no Mauá após morte de operário ao cair de plataforma em reparos
10	28.03.92	Plataforma onde ocorreu o acidente é interditada, mas estaleiro continua funcionando
11	1º.04.92	Metalúrgicos voltam ao trabalho após paralisação para reivindicar segurança
12	25.04.92	Operário perde o pé após acidente no Enavi durante greve da categoria
13	23.09.92	Entrada em vigor da lei do deputado Carlos Minc, que proíbe o jateamento de areia
14	26.11.92	Fiscalização de vários órgãos oficiais decide por suspender o jateamento no Enavi
15	10-11.01.93	Sindicato discute em seminário as formas de impedir atuação de empreiteiras em estaleiros
16	16.01.93	Vizinhos do estaleiro Metalnave denunciam jateamento de areia
17	22.01.93	Metalúrgicos protestam para pedir que estaleiros firme convênio médico

18	18-19.07.93	Matéria sobre silicose e acidente que matou operário no Renave
19	17.08.93	Metalúrgicos fazem passeata para protestar contra a morte de colega no Mauá
20	21.09.93	Sindicato entrega ao MP do Trabalho dossiê em que denuncia situação de risco nos estaleiros
21	07.10.93	É aberto processo-crime contra os estaleiros por irregularidades fiscais e trabalhistas
22	15.10.93	MP do Trabalho vistoria estaleiros para confirmar denúncias do sindicato
23	11.11.93	MP do Trabalho convoca diretores de estaleiros para depor sobre denúncias do sindicato
24	25.01.94	Manifestação de metalúrgicos contra morte de operários pára a cidade
25	18.02.94	Operário morre eletrocutado dentro de navio no estaleiro Ebin
26	13.12.94	Incêndio em navio causa a morte de quatro operários e deixa outros três feridos
27	14.12.94	Metalúrgicos param a cidade em protesto contra a morte de colega
28	15.12.94	Estaleiro Renave pode ser interditado por causa do acidente que vitimou um operário
29	16.12.94	Metalúrgicos protestam contra a falta de segurança mas recusam a interdição do estaleiro
30	10.01.96	Operário morre no Enavi, atingido por uma peça de um guindaste
31	27.02.96	Operário morre ao cair do dique onde trabalhava no estaleiro Renave
32	28.02.96	Operários protestam durante enterro de colega que morreu no Renave
33	17.04.96	Dois operários morrem no estaleiro Enavi ao cair de um andaime
34	18.04.96	Vistoria no Enavi após o acidente. A empresa apresenta sua defesa em relação ao caso
35	18.05.96	Operário morre ao cair de trator em movimento no Conrep e ser atropelado pelo veículo
36	12.06.97	Incêndio durante desmonte de navio no estaleiro Ebin. Não houve vítimas

37	17.09.97	Denúncias de que estaleiro mantém o jateamento de areia, apesar da proibição
38	22.01.98	Sindicato denuncia que estaleiro fechado por irregularidades, como falta de segurança, volta a funcionar
39	18.02.98	Sindicato se recusa a retirar processo por questões trabalhistas e de falta de segurança contra estaleiro

08 de fevereiro de 1990:

Título principal: “Comida estragada intoxicou 300 operários”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): “Só os que não comeram se livraram”

Página: 5 Editoria: — x —

1ª página: “Pirão ruim leva 300 à enfermaria”

Situação: Manchete de página em duas colunas

Fotos: Uma em duas colunas na página interna do refeitório com alguns operários almoçando.

Descrição: Os operários do estaleiro Cruzeiro do Sul, da Conerj, vão parar na enfermaria, com cólicas e diarreia, na manhã da quarta-feira, dia 7. Na terça eles haviam almoçado no refeitório da empresa peixe com pirão. Os trabalhos no estaleiro tiveram que ser interrompidos, porque absolutamente em todos os setores tinha gente passando mal. Só os cerca de 30 funcionários que faltaram ao serviço no dia anterior não tiveram a intoxicação. A assessoria de imprensa da Conerj se pronuncia para dizer que a empresa iria avaliar as punições contratuais que poderia aplicar sobre a Escarque Comércio e Indústria, firma contratada para fornecer alimentação aos operários. O vice-presidente da CIPA, Jair da Silva, considerou a situação um “acidente grave” e pediu a presença no local de uma comissão da Secretaria Estadual de Saúde para avaliar o caso.

Vítima(s): Cerca de 300 operários

Fontes: Assessor de imprensa da Conerj, Maurício Vieira; operário Paulo César Gomes; vice-presidente da CIPA, Jair da Silva.

Observações: As páginas só começam a ser divididas em editorias em fevereiro de 1991

10 de julho de 1991:

Título principal: “Mortes já viraram rotina nos estaleiros”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): “Viúva de metalúrgico está precisando de ajuda”

Página: 3 Editoria: Cidade

1ª página: — x —

Situação: Manchete de página em três colunas

Fotos: Uma do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Amaury Paciello, em uma coluna, e outra, na sub-retranca, em duas colunas, da viúva e filhos de Moisés da Conceição.

Descrição: O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Amaury Paciello, denuncia duas mortes em menos de três meses na plataforma de perfuração de petróleo que está no dique do estaleiro Mauá, em reparos pela empreiteira Tenenge. Segundo ele, as mortes foram causadas pela total falta de equipamentos de segurança. O trabalho na plataforma, contou, começou no final de abril e a primeira vítima, José Carlos, caiu de uma altura de 50 metros quando montava os andaimes. Amaury diz que ele não usava sequer cinto de segurança. Já Moisés foi eletrocutado e caiu de 60 metros poucos dias antes. Ele trabalhava sem material isolante. Amaury reclama da falta de estrutura para o trabalho em uma plataforma como aquelas no Mauá e prevê a ocorrência de outras mortes (o que de fato irá ocorrer, como veremos nas próximas reportagens). Lembra que em 1987, o estaleiro Ishikawajima, no Rio, segundo ele o que mais investe em segurança no setor, executou serviço semelhante, o que resultou na morte de nove operários. De acordo com o presidente do sindicato, 1.500 operários estavam trabalhando na recuperação da plataforma, boa parte deles sem vínculo empregatício e quase todos sem dispor de equipamentos de segurança. Rosângela e Gildázio falam das dificuldades da família após a morte do metalúrgico, que não tinha a carteira assinada pela Tenenge. Segundo ela, a empresa pagou o enterro e deu uma pequena ajuda financeira à família logo após a morte do trabalhador, mas depois disso não fez mais contato, sequer para devolver a documentação de Moisés.

Vítima(s): José Carlos (sobrenome não informado) e Moisés da Conceição

Fontes: Amaury Paciello (com trecho em discurso direto — DD); Rosângela da Silva Campos, viúva de Moisés (com DD); Gildázio de Souza Campos, pai de Moisés (com DD).

Observações: Esta foi a primeira denúncia feita pelo Sindicato dos Metalúrgicos na gestão de Amaury Paciello sobre a falta de segurança nos estaleiros e os primeiros acidentes que ocorreriam e ganhariam espaço nas páginas do jornal seriam exatamente na plataforma denunciada nesta edição de *O Fluminense*.

15 de fevereiro de 1992:

Título principal: “Metalúrgico sofre acidente e estaleiro é interditado”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): — x —

Página: 5 Editoria: Estado

1ª página: “Segurança interdita estaleiro”

Situação: Manchete de página interna e do meio da primeira página.

Fotos: Uma de menos de uma coluna na capa.

Descrição: Órgão identificado como Coordenadoria de Relações do Trabalho do INSS determina paralisação imediata dos trabalhos na plataforma Marimbá (a mesma sobre a qual falou Paciello na reportagem de 10.7.91), no Mauá, por falta de segurança, após acidente envolvendo o trabalhador Maurício de Oliveira. Ele foi atingido por uma viga que caiu da plataforma de uma altura de 20 metros. Trabalhava para a empreiteira Tenenge e foi internado no Huap em estado muito grave, com traumatismo craniano. O estaleiro Enavi também é interdito por causa do acidente que vitimou Leandro Ferreira dois dias antes. Ele estava sem o cinto de segurança e caiu no tanque do navio Andreia. Amaury fala de um total de três mortes no ano (sobre as outras duas não foi localizada cobertura). O engenheiro Jorge Queiroz diz que nos estaleiros não foram observadas as normas de segurança e o engenheiro de segurança da empresa tenta justificar algumas das falhas. No Mauá, além da interdição, a engenheira Livia Arueira lavrou autos de infração por falta de EPI, falta de sistema de exaustão no local onde os operários trabalhavam e de extintores de incêndio.

Vítima(s): Ferido: Maurício de Oliveira e Silva; Fatal: Leandro Gabriel Ferreira

Fontes: A favor dos trabalhadores: Amaury Paciello; engenheiros da DRT Jorge Queiroz dos Reis e Livia Arueira; A favor do estaleiro: engenheiro de segurança da empresa não identificado.

Observações: A morte de Leandro ocorre no dia 13 e não é noticiada no dia seguinte em ***O Fluminense***. ***O Povo*** é o único jornal a noticiar o acidente no dia seguinte ao ocorrido. Quanto ao operário Maurício, acidentado no dia 14 e internado em estado crítico no Hospital Universitário Antônio Pedro, ele morre depois de alguns dias, mas seu falecimento não é informado pelos jornais. A confirmação de sua morte só será feita em ***O Fluminense*** por Amaury na reportagem de 28 de março, durante cobertura sobre morte do metalúrgico Dejair Ribeiro. A interdição do estaleiro foi noticiada também por ***O Dia***. A matéria foi a manchete da editoria Sindical, página 5, sob o título “DRT interdita o estaleiro Enavi”, sem fotos e em três colunas. Depois disso, nos dias subsequentes, o assunto desaparece das páginas do jornal carioca.

16 e 17 de fevereiro de 1992:

Título principal: “Estaleiro já sabia de irregularidades”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): — x —

Página: 6 Editoria: Estado

1ª página: — x —

Situação: Suíte (no jargão jornalístico, matéria de repercussão sobre um caso já noticiado em dias anteriores) da matéria publicada no dia 15, manchete de página.

Fotos: — x —

Descrição: É denunciado, não fica claro por quem, que em setembro do ano anterior o Enavi fora avisado sobre as irregularidades e os riscos que sofriam os trabalhadores por causa da falta de equipamentos de segurança, responsável pela morte de Leandro Ferreira. É apresentado ofício protocolado comprovando que a empresa fora notificada. Jorge Queiroz informa que também a Tenenge e o Mauá haviam sido comunicados, por ofício igualmente protocolado, das irregularidades e riscos aos trabalhadores. Amaury se pronuncia para reclamar contra a falta de EPI e criticar os donos dos estaleiros, responsabilizados por ele por dois outros casos de morte naquele ano, dos operários Leandro Moisés da Conceição, no Mauá, e Mário Simão, no Renave.

Vítima(s): Já citadas

Fontes: Amaury Paciello (com DD); Nilton Peres Lopes, titular da DRT de Niterói; engenheiro Jorge Queiroz dos Reis. O estaleiro não se pronuncia.

Observações: Destaca-se aqui uma imprecisão grave das informações fornecidas por Amaury Paciello e transmitidas por *O Fluminense*. O operário Leandro Moisés da Conceição, na verdade, seria Moisés da Conceição, cuja morte ocorreu não em 92, mas em 91. Ele foi uma das vítimas da plataforma em reparos no Mauá e a denúncia de seu caso foi noticiada em 10 de julho daquele ano, como vimos acima. Já Mário Simão é identificado nos arquivos do sindicato como Amaro Simão, soldador morto em 14.1.92. O erro na identificação da vítima pode ter sido causado tanto pelo fornecimento de informação equivocada pelo sindicalista como por um erro do repórter ao transcrever seu nome. Sua morte não foi noticiada.

18 de fevereiro de 1992:

Título principal: “Gerente do Enavi é detido por descumprir interdição”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): — x —

Página: 4 Editoria: Estado

1ª página: — x —

Situação: Suíte das matérias publicadas desde o dia 15, manchete de página em três colunas.

Fotos: — x —

Descrição: Polícia Federal detém por três horas o gerente-administrativo do Enavi, Moacir Lima, por descumprimento da interdição do estaleiro pela Subdelegacia Regional do Trabalho. Ele foi indiciado e teria que responder a inquérito por desobediência e por colocar a vida dos funcionários em risco. O sindicato fez a denúncia à subdelegacia de que o estaleiro continuava funcionando. A engenheira Livia Arueira e o subdelegado Newton Lopes estiveram no local, mas foram impedidos de entrar no estaleiro e, por isso, recorreram à Polícia Federal. Livia fotografou o trabalho em andamento durante a interdição, os trabalhadores desprovidos dos EPI e um deles ferido e acabou quase sendo agredida por funcionários da empresa. À noite, ela e Amaury, acompanhados de policiais federais, voltaram ao estaleiro para mais uma vistoria.

Vítima(s): Já citadas

Fontes: Livia Arueira

Observações: — x —

19 de fevereiro de 1992:

Título principal: “Estaleiro Enavi é desinterditado”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): — x —

Página: 6 Editoria: Estado

1ª página: “Metalúrgicos exigem segurança”

Situação: Suíte das matérias publicadas desde o dia 15, manchete da página em três colunas

Fotos: Uma em três colunas na primeira página e outra em duas na página interna, ambas da fachada do estaleiro.

Descrição: O Enavi é desinterditado com base no parecer técnico da Subdelegacia Regional do Trabalho e em termo de responsabilidade assinado pela direção do estaleiro garantindo que atenderia a todas as exigências do órgão. O coordenador Luiz Carlos Guimarães diz que a decisão foi tomada porque os fiscais do órgão verificaram que as medidas exigidas estavam sendo cumpridas pelo estaleiro. Sem ser informados sobre a vistoria e a interdição, no entanto, os metalúrgicos fizeram assembléia e decidiram que só retornariam ao trabalho depois que a empresa fornecesse os EPIs. Os operários que

tentavam ingressar no estaleiro sem o uniforme completo de trabalho — incluindo macacão, avental, botas, etc. — foram impedidos por piqueteiros. Segundo denúncia de Amaury, apenas cem dos cerca de 600 funcionários da empreiteira que atuavam ali tinham EPI. Os sindicalistas vinham mantendo vigília em frente ao Enavi há dois dias, para garantir que a interdição seria respeitada, uma vez que fora constatado o descumprimento da mesma. Neste mesmo dia, DRT e PF fazem nova vistoria no estaleiro para verificar se as exigências estavam mesmo sendo cumpridas. O delegado da PF confirma a instauração do inquérito contra o gerente-administrativo do Enavi, detido dois dias antes, por desobediência e pelo Artigo 132 do Código Penal (pôr vidas de terceiros em risco).

Vítima(s): Já citadas.

Fontes: Luiz Carlos Guimarães, coordenador de Relações no Trabalho (com DD); Amaury Paciello (com DD); Altamiro Nascimento, delegado da PF (com DD)

Observações: — x —

20 de fevereiro de 1992:

Título principal: “Sindicalistas concluem que segurança no Enavi é parcial”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): — x —

Página: 5 Editoria: Estado

1ª página: — x —

Situação: Suíte das matérias publicadas desde o 15, manchete de página em quatro colunas.

Fotos: — x —

Descrição: Sindicato dos metalúrgicos faz uma vistoria no Enavi e constata que apenas 50% dos operários tinham uniforme completo — incluindo botas, etc. O relatório com as conclusões da visita seria entregue ao coordenador de Relações no Trabalho, Luiz Carlos Guimarães. Amaury elogia o trabalho em conjunto do sindicato com a DRT e pede mais ações. Segundo dados fornecidos por ele, 32 empreiteiras empregavam na cidade cerca de 600 trabalhadores, dos quais apenas 150 teriam carteira assinada. A comissão sindical verificou que as providências no Enavi estavam sendo adotadas gradativamente e pediu ação semelhante das autoridades contra os estaleiros Ebin, Renave, MacLaren, Mauá e Aço-Fibra. Foram fornecidos também dados sobre outros acidentes de trabalho de conseqüências menos graves.

Vítima(s): Já citadas

Fontes: Amaury Paciello (com DD), comissão de vistoria do sindicato

Observações: — x —

12 de março de 1992:

Título principal: “Ponta d’Areia sofre com jateamento dos estaleiros”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): “Moradores têm mesmos problemas dos metalúrgicos”

Página: 4 Editoria: Estado

1ª página: — x —

Situação: Três colunas em meio de página.

Fotos: Uma em duas colunas de Amaury Paciello.

Descrição: Moradores da Ponta d’Areia, onde se concentrava boa parte dos estaleiros de Niterói, reclamam dos problemas respiratórios que sofrem seus filhos, parentes ou amigos, causados pela poeira do jateamento de areia. Naquele período, a lei do deputado Carlos Minc que proibia o jateamento acabara de ser vetada pelo governador Leonel Brizola e voltava a ser discutida na Assembléia Legislativa. O engenheiro da FEEMA falava dos danos também causados pela granalha de ferro e Amaury acusava os estaleiros de misturarem areia à granalha.

Vítima(s): Nenhuma especificada

Fontes: Denir dos Santos, moradora; Genildo dos Santos, morador; Cecília Macedo, diretora da associação de moradores local; Maria Natália; moradora; Evaldo dos Santos, porteiro de um prédio vizinho; Paulo Renato Torres Soares, engenheiro da divisão de controle Ambiental da FEEMA (com DD); Amaury Paciello. Não há referências sobre se os estaleiros foram procurados para comentar o caso.

Observações: A matéria fala de alguns casos de bronquite e pneumonia.

27 de março de 1992:

Título principal: “Mortes podem interditar estaleiro”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): “Enterro é acompanhado por dois mil metalúrgicos”

Página: 5 Editoria: Estado

1ª página: “Morte e revolta no estaleiro”

Situação: Manchete de página em três colunas.

Fotos: Uma em três colunas na primeira página, da fachada do estaleiro e duas na página interna, a primeira da fiscalização e a outra do enterro do operário, ambas em duas colunas.

Descrição: Após a morte do operário Dejair Ribeiro, que trabalhava para a empreiteira Tenenge no Mauá e caiu do andaime de uma altura de 35 metros, a engenheira Livia vistoria o estaleiro e, ao encontrar uma série de irregularidades, solicita a interdição da empresa. Inquérito interno atribui ao operário a responsabilidade pelo acidente, porque teria caído quando utilizava um acesso inadequado para passar da plataforma para o andaime. A engenheira Livia descarta esta hipótese afirmando que a passagem considerada adequada pela empreiteira apresentava as mesmas falhas de segurança e que, portanto, o fato do trabalhador ter usado outra passagem era irrelevante. O metalúrgico Pedro Paulo, que trabalhava ao lado de Dejair, conta que a barra de acesso ao andaime estava solta, o que fez com que o operário perdesse o equilíbrio. Além dessas, a engenheira Livia constatou uma série de outras falhas na segurança, como falta de EPI. Amaury fala que os operários exigem segurança e que só pretendiam voltar ao trabalho depois que a empresa providenciasse uma rede para dar mais segurança aos funcionários. Os metalúrgicos fizeram um protesto em frente à empresa e, depois, saíram em passeata até o cemitério do Maruí, onde o colega seria enterrado. Durante a passeata, o presidente da CUT diz que a entidade prepara-se para acionar a empresa na Justiça. O engenheiro de segurança da Tenenge fala que a firma providenciou o enterro da vítima.

Vítima(s): Dejair Ribeiro

Fontes: A favor dos operários: Amaury Paciello (com DD); Livia Arueira, engenheira da DRT; presidente da CUT no Rio, Washington Costa; Pedro Paulo, metalúrgico; A favor do estaleiro: chefe de segurança da Tenenge, Vinícius Vieira.

Observações: Também este acidente ocorre na plataforma sobre a qual Paciello alertou em 1991.

28 de março de 1992:

Título principal: “Metalúrgico do Mauá pára até ser ouvido”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): —x—

Página: 5 Editoria: Estado

1ª página: “Segurança interdita a plataforma da morte”

Situação: Suíte da matéria publicada no dia 27, em duas colunas no alto de página.

Fotos: Uma na primeira página e uma na interna, ambas em duas colunas.

Descrição: A recomendação da engenheira Livia Arueira não é seguida pelo órgão competente e o estaleiro continua funcionando. Somente na plataforma onde ocorreu o acidente o trabalho é proibido. Amaury, no entanto, afirma que a greve permanecerá até que os pedidos sobre medidas e equipamentos de segurança sejam atendidos. Os metalúrgicos aproveitam para reivindicar também outras questões, como aumento salarial. Ele pede também auxílio financeiro às famílias dos operários mortos. Nessa matéria ele cita a morte do operário Maurício Silva meses antes. Embora o acidente que vitimou este trabalhador tenha sido noticiado na época (15.2.92), a cobertura do caso se encerra sem dizer se o trabalhador, que havia sido internado em estado grave, sobrevivera ou não.

Vítima(s): Já citadas

Fontes: Amaury Paciello (com DD) e direção da Tenenge.

Observações: — x —

1º de abril de 1992:

Título principal: “Termina a greve dos metalúrgicos”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): — x —

Página: 5 Editoria: Estado

1ª página: “Metalúrgicos voltam ao trabalho”

Situação: Manchete de página em três colunas dos trabalhadores reunidos em frente ao estaleiro. Suíte do acidente do dia 27 de março.

Fotos: Uma na capa em quatro colunas e uma interna, em três.

Descrição: Após cinco dias parados, reivindicando mais segurança, os metalúrgicos decidem voltar ao trabalho. A decisão se deu em assembléia em frente ao estaleiro, depois que foi fechado acordo entre Amaury e o diretor da empresa, que garantiu que descontaria apenas um dos cinco dias parados. Exigências quanto à segurança, como a aquisição de equipamentos tais como uniformes completos, cintos de segurança e óculos para os soldadores, ficou acordado que seriam atendidas em 30 dias. O diretor do estaleiro prontifica-se a colocar a CIPA à disposição do sindicato para solucionar os problemas. A interdição da plataforma foi mantida. Amaury diz que não é interessante manter a paralisação, para não atrapalhar o movimento do dia 22 de abril, para quando se estava

imaginando ser necessária greve por motivos salariais, a qual, de fato, viria a ser deflagrada e duraria 12 dias.

Vítima(s): Já citada.

Fontes: Amaury Paciello (com DD) e Sérgio Ramari, diretor do estaleiro (com DD).

Observações: — x —

25 de abril de 1992:

Título principal: “TRT tentará acordo com metalúrgicos”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): “Índice de repasse é a divergência”

Página: 5 Editoria: Estado

1ª página: “Greve continua”

Situação: Suíte da matéria da greve, agora em manchete.

Fotos: Uma em duas colunas na página interna e outra em uma na capa, ambas da movimentação em frente aos estaleiros.

Descrição: A matéria fala da tentativa de acordo pelo TRT para pôr fim à greve iniciada no dia 22 de abril e noticiada nos dias 23.4 e 24.4, mas no meio do texto da retranca principal consta descrição de um acidente. Adriano Rodrigues atuava como montador de andaime para a empreiteira Soter Plaste no Enavi. Pulou o muro para se livrar do piquete e foi trabalhar. O pranchão que levava soltou-se de sua mão e as cordas que o prendiam enrolaram-se em um de seus tornozelos, decepando-o imediatamente. O sindicato denunciou que, além de não usar equipamentos de segurança na hora do acidente, o operário também não tinha carteira assinada, o que lhe impediria de receber todos os benefícios e indenizações a que tinha direito. A única fonte ouvida sobre o acidente é o sindicato.

Vítima(s): Adriano Rodrigues

Fontes: Antônio Brizola e Edson Carlos da Silva, sindicalistas; secretário-executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Naval, Sérgio Leal (sobre a greve).

Observações: Na edição do dia 23 a greve é anunciada com o título “Metalúrgico de Niterói vai à greve” (página 7, editoria Nacional/Geral), e na primeira página, “Greve de 10 mil metalúrgicos fecha estaleiros: Niterói”. No dia 24, o título é “Polícia garante estaleiros no primeiro dia de paralisação” e a matéria fala das mobilizações dos trabalhadores durante a paralisação. Nas duas ocasiões, apenas Amaury e o sindicalista Antônio Brizola falam.

23 de setembro de 1992:

Título principal: “Estaleiros estão proibidos de usar jato de areia”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): — x —

Página: 5 Editoria: Estado

1ª página: “Jato proibido”

Situação: Âncora em alto de página

Fotos: Em duas colunas de Amaury na página interna e em uma coluna de um navio parado num dique de estaleiro na primeira página.

Descrição: Matéria fala da entrada em vigor da lei do deputado Carlos Minc, que proíbe o jateamento de areia e determina sua substituição pela escória de cobre, que, como reconhece Amaury, também é nociva para o trabalhador, mas lhe dá uma perspectiva de vida mais ampla. O diretor do Ebin garante que a lei será cumprida e informa as diferenças de custos entre os dois materiais: areia — US\$ 14, a tonelada; granalha de cobre — US\$ 55, a tonelada.

Vítima(s): — x —

Fontes: Amaury Paciello e José Hage Pereira, diretor do Ebin. Não houve resposta dos outros estaleiros.

Observações: — x —

26 de novembro de 1992:

Título principal: “Fiscais suspendem serviço de jateamento no Enavi”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): — x —

Página: 4 Editoria: Estado

1ª página: — x —

Situação: Manchete de página em três colunas.

Fotos: Duas — uma da confusão e outra do porteiro do Enavi, identificado apenas como César, que teria agredido um sindicalista.

Descrição: Reportagem fala da fiscalização realizada no estaleiro Enavi pela Comissão de Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa do Estado, pela Secretaria Estadual de Saúde e representantes do Conselho Estadual de Saúde do Trabalhador, da Fundação Oswaldo Cruz e do Sindicato dos Metalúrgicos, para averiguar como estava sendo realizado jateamento dos cascos dos navios. Foi constatado que, embora a areia já tivesse

sido substituída pela granalha de cobre, como exige a legislação, ainda havia uma série de irregularidades, o que resultou na suspensão do serviço por duas semanas. Entre as irregularidades foi constatado que pelo menos 20 exigências da legislação estavam sendo ignoradas pelo estaleiro. A granalha, por exemplo, não era beneficiada para a separação das partículas tóxicas, tampouco era feita a análise da poeira em suspensão no ar e da saúde dos metalúrgicos que trabalhavam com o material. As empreiteiras também não eram cadastradas nos órgãos públicos, havia trabalhadores sem carteira assinada, operários atuando em tanques de navio sem sistema de ventilação e sem a utilização de equipamentos de segurança. Ao falar à reportagem, o deputado Carlos Minc chega a fazer um elogio ao estaleiro por ter substituído a areia pela granalha, mas alerta para as falhas ainda encontradas. A matéria cita também um dos proprietários do estaleiro, Luiz Fernando Costa, que acompanhou a fiscalização, admitiu em um primeiro momento que o tanque do navio onde foi observada a falta de ventilação não tinha sistema de exaustão, mas garantiu, em seguida, que o sistema existia, mas que não estava acionado por motivo desconhecido. Ele alegou que os equipamentos de segurança estavam no almoxarifado e que os trabalhadores não o utilizavam por vontade própria. Uma outra questão abordada pela reportagem refere-se ao tumulto observado na porta do estaleiro durante a fiscalização. A equipe de *O Fluminense* foi barrada pelos seguranças do estaleiros que tentaram tomar o filme à força do fotógrafo. A equipe testemunha uma discussão entre o sindicalista Fernando Duarte e o porteiro do estaleiro, identificado apenas como César. Logo depois o texto afirma que o porteiro teria “sido visto” — não fica claro por quem, se pela reportagem ou por algum trabalhador — rasgando a própria roupa para depois acusar o sindicalista de tê-lo agredido. Fica bastante claro que a equipe de reportagem se posiciona durante a confusão ao lado dos trabalhadores e contra o estaleiro.

Vítima(s): — x —

Fontes: Deputado Carlos Minc (com DD)

Observações: — x —

10 e 11 de janeiro de 1993:

Título principal: “Seminário debate ação de empresa”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): — x —

Página: 6

Editoria: Estado

1ª página: — x —

Situação: Trata-se da sub-retranca de uma matéria que aborda a possibilidade de uma greve devido a impasse nas negociações salariais.

Fotos: Só na matéria principal, sobre a negociação.

Descrição: Matéria noticia seminário em que os metalúrgicos discutiriam as formas de impedir o trabalho das empreiteiras no Renave, tendo em vista que seus funcionários trabalhavam sem qualquer condição de segurança e sem direitos trabalhistas, já que não tinham vínculo empregatício, porque as empreiteiras não costumam assinar as carteiras de trabalho.

Vítima(s): — x —

Fontes: Amaury Paciello (com DD)

Observações: No mesmo dia e página, outra matéria totalmente independente, manchete de página, falava sobre a reivindicação dos metalúrgicos para que o Fundo de Marinha Mercante fosse estendido para a construção naval, como uma forma de levar recursos e proporcionar a sobrevida do setor.

16 de janeiro de 1993:

Título principal: “Morador acusa estaleiro de manter jateamento de areia”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): — x —

Página: 5 Editoria: Estado

1ª página: — x —

Situação: Três colunas no meio da página.

Fotos: — x —

Descrição: Moradores acusam o estaleiro Metalnave, na Ilha da Conceição, de fazer jateamento de areia, já proibido. Amaury dá esclarecimentos sobre o jateamento e o funcionário do estaleiro nega a denúncia.

Vítima(s): — x —

Fontes: Amaury Paciello, moradores não identificados da Rua Márcio Neves e o funcionário do estaleiro identificado apenas como Almir.

Observações: — x —

22 de janeiro de 1993:

Título principal: “Metalúrgicos fazem protesto para exigir convênio médico”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): — x —

Página: 5 Editoria: Cidade

1ª página: — x —

Situação: Matéria em três colunas no meio da página

Fotos: Uma em duas colunas de Amaury Paciello

Descrição: Paralisação de advertência dos funcionários do Mauá e da CEC Equipamentos Marítimos contra cancelamento do convênio médico. Todas as informações da matéria são prestadas por Paciello. As direções das empresas são procuradas pelo jornal, mas não atendem.

Vítima(s): — x —

Fontes: Sindicalistas não identificados, Amaury Paciello (com DD)

Observações: — x —

18 e 19 de julho de 1993:

Título principal: “Silicose é o fim para metalúrgico”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): “Sindicato alerta que carpinteiros são maior alvo”; “Liderança em acidentes de trabalho é uma aflição”; “Sudeste abriga 66% dos casos”; Indústrias garantem dar toda atenção ao problema”; “Operários exigem mais segurança”

Página: 6 Editoria: Estado

1ª página: “Metalúrgico lidera acidente de trabalho”

Situação: Reportagem de página inteira, falando do problema da silicose e dos acidentes

Fotos: Seis: uma de jateamento, em quatro colunas; uma de cada um dos jatistas Aguiinaldo Vieira Nunes, Jorge Vieira Filho e Djalma Gonçalves, todos vítimas da silicose; uma de Amaury Paciello e outra do médico Ricardo Duarte.

Descrição: A matéria gira em torno dos casos de silicose e asbestose, falando dos perigos e dos agentes que causam a doença (poeira da areia usada no jateamento), não só nos trabalhadores, mas também nas comunidades vizinhas aos estaleiros. Amaury ganha espaço também para denunciar a mistura de óleo à areia, um artifício usado para burlar a lei que manda substituir o uso da areia para jateamento pela escória de cobre e criticar a atuação da Delegacia Regional do Trabalho, acusando-a pela corresponsabilidade dos altos índices de acidentes, uma vez que desarticulou as equipes de fiscalização de Niterói, concentrando todo o serviço no Rio, o que teria enfraquecido a atuação do órgão na cidade. O presidente faz ainda acusações contra as empresas, por, segundo ele,

estarem querendo apoderar-se do dinheiro do Fundo de Assistência do Trabalhador (FAT) sem, em contrapartida, investir na segurança do trabalho. Os trabalhadores vitimados pela doença são usados para ilustrar a reportagem, dando seus depoimentos e falando das dificuldades e perspectivas de vida para eles e suas famílias. Dados da FIOCRUZ e da Secretaria Municipal de Saúde e depoimentos de médicos e pesquisadores são apresentados para mostrar em números a gravidade. Na reportagem de seis retrancas, apenas uma é dedicada para a defesa tanto das empresas quanto do Ministério Público do Trabalho. Nela, um diretor do sindicato patronal (Sinaval), Sérgio Leal, garante que os acidentes e as doenças profissionais estão “sob controle” e diz acreditar que o repasse das verbas para a indústria naval de Niterói sairia, mesmo sem o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos. Já o delegado-regional do MP do Trabalho, Milton Steinbruch, descarta a denúncia de Paciello de que a fiscalização em Niterói tenha sido enfraquecida com a centralização das equipes da DRT no Rio. Na última retranca é descrito um acidente ocorrido em 23 de junho daquele ano — não coberto na época em que ocorreu — que vitimou o operário Luiz Francisco Peçanha. Ele trabalhava no Navio Global Maceió, em reparos no estaleiro Renave, e caiu por um buraco no convés dentro do tanque da embarcação. Amaury acusa a empresa de não ter oferecido qualquer atendimento médico ao trabalhador acidentado, que morreu nas dependências da firma socorrido apenas pelos colegas.

Vítima(s): Da silicose: Aguinaldo Vieira Nunes, Jorge Vieira Filho e Djalma Gonçalves; De acidente do trabalho: Luiz Francisco Peçanha (fatal).

Fontes: Defendendo a posição dos trabalhadores: Aguinaldo Vieira Nunes, jornalista vítima da silicose (com DD); FIOCRUZ; Conselho Estadual de Saúde do Trabalhador; médico Ricardo Garcia Duarte, do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde dos Ambientes de Trabalho — DIESAT (com DD); Amaury Paciello (com DD); Hermano Albuquerque, médico da FIOCRUZ; CUT; Jadir Luiz Vasconcelos, da Comissão de Saúde do Sindicato dos Metalúrgicos (com DD); Jorge Vieira Filho, jornalista vítima de silicose (com DD); Djalma Gonçalves (jornalista também vítima de silicose); Defendendo-se das acusações dos representantes dos trabalhadores: Secretaria Municipal de Saúde (relatório sobre acidentes), Sérgio Leal, secretário-executivo do Sindicato das Indústrias da Construção Naval — Sinaval (com DD); Milton Steinbruch, delegado-regional do Trabalho (com DD).

Observações: É interessante notar que apesar de ser uma reportagem de página inteira, com as características de uma “matéria especial”, como são consideradas as reportagens mais completas e com mais apuração, não consta assinatura do repórter, como seria de costume. Não se tem, cinco anos depois, maneira de se saber porque a reportagem não foi assinada. Uma explicação seria o fato da reportagem ter sido produzida por pessoa não ligada ao jornal e entregue pronta para publicação, o que é possível acontecer. Neste caso, fica claro que o texto teria sido escrito por alguém com alguma ligação com os trabalhadores e não com as empresas.

17 de agosto de 1993:

Título principal: “Metalúrgico protesta contra a morte de colega em navio”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): — x —

Página: 6 Editoria: Estado

1ª página: “Niterói e SG vivem um dia agitado”

Situação: Manchete da página, em três colunas e manchete de meio da primeira página, é dividida entre a passeata dos metalúrgicos e outra manifestação promovida por estudantes em São Gonçalo contra a exoneração de diretoras de duas escolas da rede estadual.

Fotos: Uma em três colunas na primeira página e duas na página interna, uma em três colunas e outra em uma, ambas da manifestação.

Descrição: A reportagem é aberta pela informação da passeata feita pelos metalúrgicos em protesto contra a morte do colega. O acidente aconteceu no domingo dia 15 de agosto mas só foi noticiado em *O Fluminense* na terça-feira, até porque o jornal não circula às segundas-feiras. O operário acidentado era montador de andaimes da empreiteira Northoat e prestava serviço para o estaleiro Mauá. Ele trabalhava no porão do navio Itaituba. Perdeu o equilíbrio e caiu de uma altura de 20 metros. Chegou morto ao Hospital Antônio Pedro. Segundo denúncias de colegas, ele trabalhava num ambiente totalmente escuro e sem qualquer equipamento de segurança. O presidente do sindicato, Amaury Paciello, denuncia ainda que o operário deu entrada no Huap como indigente, porque o estaleiro não encaminhou a devida documentação sobre acidente de trabalho. Amaury pede a interdição do estaleiro por falta de segurança e, por duas vezes no texto, é citada sua informação de que a DRT teria, na semana anterior, expedido 32 autos de infração contra o estaleiro. A DRT, no entanto, não confirma os dados, como fica claro na reportagem. Sobre a passeata — do estaleiro, na Ponta d’Areia, à sede da

DRT, no Centro — a reportagem descreve os transtornos causados no trânsito da cidade entre as 13 horas, quando cerca de 500 operários iniciaram a manifestação, até por volta das 17 horas. O texto fala ainda que, na segunda-feira, mesmo dia da passeata, a DRT enviou um engenheiro para avaliar o local do acidente, mas não apresenta o resultado dessa vistoria.

Vítima(s): Aldacir de Araújo Cruz

Fontes: Em defesa dos trabalhadores: Amaury Paciello (com DD), colegas de trabalho da vítima não identificados. Em defesa do estaleiro: A direção do estaleiro é procurada pela reportagem, mas não se pronuncia sobre o caso.

Observações: A passeata dos 500 trabalhadores que parou Niterói e causou imensos transtornos na cidade ganhou espaço também em outros jornais, como *Jornal do Brasil*, *O Dia*, *O Povo e a Notícia*, mas em nenhum deles com o mesmo destaque e espaço. Somente *O Dia* se aproxima. Em todos eles, Amaury Paciello é a principal ou única fonte. Fala-se da morte de Aldacir, da passeata e da possibilidade de interdição do estaleiro. O *Jornal do Brasil* abriu a matéria afirmando que a DRT poderia fechar o estaleiro Mauá e, na edição do dia seguinte, foi o único a voltar ao assunto, desta vez para negar a interdição. Sob o título “DRT é contra interdição no estaleiro Mauá”, a matéria apresenta afirmação do delegado regional do trabalho, Milton Steinbruck, afirmando que não há indícios suficientes que justifiquem a interdição. Nota-se que, como afirmou sobre a possibilidade de interdição, que outros jornais não levantaram, o *JB* precisaria, como fez, dar uma posição aos leitores, ou até mesmo à DRT, uma vez que previu uma decisão que o órgão não tomaria. É possível que o jornal tenha sido até mesmo procurado pelo delegado do trabalho para negar a informação. De resto, a matéria diz que o movimento voltou ao normal no estaleiro, com os trabalhadores retornando ao serviço após a paralisação de 24 horas e manifestação. Talvez por isso, por tudo ter voltado à anormalidade e não ter havido novidades — como já disse, são as novidades que interessam à mídia —, é que os outros jornais, incluindo *O Fluminense*, não deram continuidade à cobertura do caso.

21 de setembro de 1993:

Título principal: “Sindicato denuncia estaleiros a ministério”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): — x —

Página: 5

Editoria: Estado

1ª página: — x —

Situação: Duas colunas em pé de página

Fotos: Uma em duas colunas do encontro entre Amaury Paciello e o chefe da Primeira Região do Ministério Público do Trabalho, procurador Carlos Eduardo Barroso.

Descrição: Notícia a apresentação, pelo Sindicato dos Metalúrgicos, de dossiê apontando irregularidades cometidas pelos oito estaleiros de Niterói, sobretudo a respeito da contratação de mão-de-obra terceirizada e sem garantias trabalhistas e a não observação das normas de segurança. Durante a reportagem, Amaury fornece dados sobre o setor naval em Niterói e aponta algumas das irregularidades. Segundo ele, as empresas empregavam 3.500 trabalhadores e utilizavam a mão-de-obra terceirizada de cerca de outros 4.200 operários que executavam as mesmas funções, o que, segundo o procurador chefe da Primeira Região do MPT, Carlos Barroso, não era legal — os estaleiros só poderiam contratar mão-de-obra terceirizada para executar serviços necessários mas não feitos por seus funcionários, como o de segurança. Amaury também acusa os estaleiros de preferirem pagar as multas pelas negligências do que regularizar a situação dos operários, o que, segundo ele, representaria custo mais elevado. Uma vez entregue o dossiê e aberto o inquérito público, Carlos Barroso diz calcular que em 30 dias representantes das firmas estariam sendo chamados para prestar depoimento.

Vítima(s): — x —

Fontes: Amaury Paciello e Carlos Eduardo Barroso, procurador chefe da Primeira Região do Ministério Público do Trabalho.

Observações: — x —

7 de outubro de 1993:

Título principal: “Sindicato processa estaleiros por não cumprirem legislação”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): — x —

Página: 4 Editoria: Estado

1ª página: — x —

Situação: Manchete de página, em três colunas

Fotos: — x —

Descrição: Sindicato abre processo-crime junto ao Ministério Público contra Mauá, Renave, Conrep, MacLaren, Ebin e CEC, tendo como base 87 autos de infração acumulados ao longo de três anos por sonegação de impostos, terceirização da mão-de-obra e respon-

sabilidade em acidentes. Amaury diz que tentou negociação pacífica e que achava que apenas as multas que vinham sendo aplicadas pelos órgãos competentes dariam jeito à situação, mas estava denunciando os estaleiros porque chegou à conclusão de que nada disso foi suficiente.

Vítima(s): — x —

Fontes: Amaury Paciello (com DD). Os estaleiros não aceitam falar.

Observações: Nesta data, dois jornais de fora de Niterói dão matérias sobre o inquérito instaurado a partir da entrega do dossiê ao Ministério Público, mas surpreendentemente as abordagens são totalmente diversas. Enquanto *O Fluminense* falou da abertura do processo-crime junto ao MP, a *Tribuna da Imprensa*, do Rio, noticiou vistoria realizada no dia anterior, em que o procurador regional do trabalho, Carlos Eduardo Barroso, foi ao estaleiro Renave e aplicou multas por mão-de-obra irregular. O *Jornal de Hoje*, de Nova Iguaçu, também fala da fiscalização no Renave, mas o enfoque é dado ao problema da silicose. O fato de *O Fluminense* não ter falado da fiscalização e, por sua vez, os jornais de fora da cidade não terem falado da ação explica-se, certamente, pela diferença das fontes. Enquanto Amaury forneceu os dados para *O Fluminense*, quem deu as informações aos outros dois foram o MP, como fica claro na identificação dos sujeitos, ou outros diretores sindicais, como se pode prever. A fiscalização da DRT foi requisitada pelo Ministério Público do Trabalho para confirmar as denúncias feitas pelo sindicato e que dariam origem à ação do MP contra os estaleiros. As irregularidades observadas pelos fiscais nesta vistoria seriam passadas por Amaury a *O Fluminense* na edição de 15.10, quando o sindicalista e o jornal acompanhariam nova fiscalização. *O Dia* dá uma pequena nota sobre a vistoria no dia 10 de outubro, domingo, na coluna “Sindical” — dedicada exclusivamente a assuntos trabalhistas.

15 de outubro de 1993:

Título principal: “Enavi recebe 19 multas após vistoria de Ministério”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): — x —

Página: 5 Editoria: Estado

1ª página: — x —

Situação: Matéria em duas colunas no pé de página. Trata-se da repercussão das denúncias feitas ao Ministério Público do Trabalho pelo Sindicato dos Metalúrgicos e noticiada pela primeira vez em *O Fluminense* em 21.9.93.

Fotos: — x —

Descrição: Matéria discorre sobre a fiscalização realizada pelo Ministério Público do Trabalho para verificar denúncias feitas em dossiê pelo Sindicato dos Metalúrgicos apontando irregularidades como terceirização da mão-de-obra e falta de segurança. A fiscalização em questão tem como alvo o estaleiro Enavi, mas matéria recorda ação semelhante realizada no início do mês, dia 6, em outro estaleiro, o Renave. A vistoria verificou 13 diferentes tipos de irregularidades e multou a firma em CR\$ 2 milhões. Na fiscalização do Enavi os peritos Livia Aroeira e Luís Sérgio Brandão e o procurador da Justiça Reginaldo Campos da Mata aplicaram 19 autos de infrações e uma multa de CR\$ 2,7 milhões. Como única fonte, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Amaury Paciello, fala que os peritos saíram do local “horrorizados com o que viram”. Segundo ele, foi verificado que no refeitório faltavam até talheres e os operários eram obrigados a comer “com as mãos, como animais”. Outras irregularidades encontradas pelos fiscais do MT, de acordo com Paciello, foram: instalações elétricas inadequadas, falta de equipamentos de segurança e más condições de trabalho.

Vítima(s): — x —

Fontes: Amaury Paciello

Observações: Somente nesta edição ***O Fluminense*** abordará a vistoria do Renave, já noticiada pela ***Tribuna da Imprensa, Jornal de Hoje e O Dia***.

11 de novembro de 1993:

Título principal: “Ministério Público ouve estaleiros”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): — x —

Página: 4 Editoria: Estado

1ª página: Texto legenda sobre a entrega do navio.

Situação: Matéria no pé da página. Trata-se da repercussão das denúncias feitas ao Ministério Público do Trabalho pelo Sindicato dos Metalúrgicos e noticiada pela primeira vez em ***O Fluminense*** em 21.9.93. A matéria é uma sub-retranca da entrega de um navio pelo Mauá à Marinha.

Fotos: — x —

Descrição: Fala do início dos depoimentos dos representantes dos estaleiros ao Ministério Público do Trabalho, devido a denúncias feitas pelo Sindicato dos Metalúrgicos por terceirização do trabalho, falta de segurança e não pagamento dos encargos sociais.

Apresenta dados do sindicato que dão conta de que 70% dos operários trabalham como prestadores de serviço, sem carteira assinada e sem direitos trabalhistas e que 400 trabalhadores sofrem de silicose mas não conseguem aposentadoria por não ter a carteira assinada e tampouco novo emprego, porque acabam eliminados no exame admissional. A matéria informa que o presidente do estaleiro Lahmmeyer, Ariosvaldo Santana da Rocha, foi o primeiro a ser ouvido, na terça-feira dia 9 (dois dias antes da publicação). Ele teria se comprometido a contratar todos os trabalhadores que prestavam serviço de jateamento para a empresa até fevereiro do ano seguinte. Os próximos a depor seriam o presidente do Ebin, Maurício Villela, naquele mesmo dia, e o diretor do Enavi, Ronaldo Fucci, na semana seguinte.

Vítima(s): — x —

Fontes: Amaury Paciello (com DD)

Observações: Esta foi a última matéria publicada a respeito das repercussões do dossiê entregue ao Ministério Público pelo Sindicato dos Metalúrgicos (21.9.93, 7.19.93 e 15.10.93). Em março de 1994, o inquérito instaurado, em setembro de 93 a partir das denúncias constantes do dossiê, resultaram num processo, movido pelo procurador Reginaldo Campos da Motta. O fato não foi noticiado em *O Fluminense*. Saiu publicado apenas no *Jornal do Commercio* de 15.3.94, sob o título “Estaleiros responderão a processo trabalhista”. Como o jornal não contou com nenhuma fonte sindical, apenas o próprio procurador, podemos supor que a informação não foi passada pelo Sindicato dos Metalúrgicos. Se fosse, com certeza, não deixaria de ter sido passado e saído também em *O Fluminense*. Como o *Jornal do Commercio* tem uma linha mais financeira, empresarial, sabe-se que o acompanhamento das questões judiciais e trabalhistas por seus repórteres é mais constante, o que, com certeza, lhe dá vantagem sobre outros veículos para a localização e apuração desses casos. De qualquer forma, a matéria do *Jornal do Commercio* informa que o procurador do Ministério Público do Trabalho instaurou ação civil pública após comprovar durante inquérito que os estaleiros estão terceirizando sua atividade-fim, que as empresas não proporcionam condições seguras de trabalho e que, por isso, já havia ocorrido uma série de acidentes. Estavam sendo acionados Enavi, Renavi, Mauá e Dique Lahmmeyer.

25 de janeiro de 1994:

Título principal: “Protesto marca morte de metalúrgico”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): “Sindicato acusa estaleiro”

Página: 5 Editoria: Estado

1ª página: “Protesto contra insegurança”

Situação: Machete de página em três colunas

Fotos: Uma, em duas colunas, da manifestação na página interna e outra em pouco mais de três colunas (medida falsa) na primeira página.

Descrição: Reportagem noticia manifestação de 2 mil metalúrgicos entre o estaleiro Mauá, na Ponta d’Areia, e o Centro de Niterói, causando congestionamento que parou a cidade entre as 9 horas e o meio-dia, aproximadamente. O acidente que gerou o protesto ocorreu na sexta-feira anterior, dia 21.1, e não chegou a ser noticiado pelo jornal. Valmir era eletricista e levou uma descarga elétrica de 440 volts quando trabalhava na praça de máquinas do navio Global África. Amaury Paciello aproveita o espaço do jornal para acusar o estaleiro Mauá de negligência e acusá-lo de ter encaminhado o operário já morto para o Hospital Universitário Antônio Pedro e de não ter prestado qualquer assistência à família da vítima. Ele deixa claro sua intenção de “mostrar à opinião pública que os patrões têm uma postura negligente em relação à vida de seus empregados”. Amaury aproveita ainda o espaço para denunciar a atuação das empreiteiras dentro dos estaleiros, que utilizam a mão-de-obra dos trabalhadores sem assinar suas carteiras, a insalubridade do serviço, a ocorrência das doenças do trabalho e dos acidentes. Também fica claro no texto que os metalúrgicos alcançaram seu objetivo ao interromper o trânsito no Centro da cidade para chamar a atenção e protestar contra a morte do colega. Parte do protesto foi realizada em frente ao Palácio da Justiça e à 76ª Delegacia de Polícia, exigindo a apuração do caso e providências em relação ao ocorrido.

Vítima(s): Valmir Soares Pereira

Fontes: Em defesa dos trabalhadores: Amaury Paciello (com DD). O estaleiro foi procurado, mas não se pronunciou.

Observações: Mais uma vez a manifestação que pára a cidade vira alvo de reportagens de diversos jornais de fora de Niterói — *O Dia*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *A Notícia*, *O Povo* e *Jornal do Commercio*. Outra vez *O Dia* é o único que se aproxima do destaque dado por *O Fluminense* e ainda dá uma informação extra que, embora envolva o jornal niteroiense, nem mesmo ele a havia fornecido. Segundo *O Dia*, foi a equipe de reportagem do concorrente que evitou que o corpo do metalúrgico fosse sepultado como indigente, tendo em vista que o trabalhador chegou ao hospital sem qualquer iden-

tificação — denúncia em *O Fluminense* atribuída ao presidente do sindicato. Segundo o jornal carioca, “[...] a identidade de Walmir foi levantada porque repórteres do jornal ‘*O Fluminense*’ desconfiaram das informações do hospital e passaram a investigar a morte do metalúrgico, que seria sepultado como indigente”. *O Globo* e o *JB* conseguem ouvir representantes da empresa. *O Globo* ouve o diretor industrial do Mauá, João Cândido, que nega que o operário tenha morrido eletrocutado. Segundo ele, Walmir (só *O Fluminense* escreve o nome do operário com “V”, o que é um equívoco do jornal) morreu depois de passar mal. Laudo cadavérico do Instituto Médico-Legal, ao qual o jornal carioca teve acesso, no entanto, afirmava que o operário sofreu parada cardíaca motivada por choque elétrico. Também a certidão de óbito do trabalhador atesta que ele foi eletrocutado. Já o *JB* fala com o engenheiro de segurança do Renave, Nelson Marques, deixando claro que os dois estaleiros pertencem ao empresário Hélio Ferraz. Ele se restringe a negar as acusações dos sindicalistas.

18 de fevereiro de 1994:

Título principal: “Vigia morre eletrocutado dentro de navio no Ebin”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): — x —

Página: 8 Editoria: Polícia

1ª página: — x —

Situação: Uma coluna em meio de página, sem qualquer destaque.

Fotos: — x —

Descrição: A matéria é toda baseada na denúncia de Amaury Paciello de que o vigia do navio Garcia d’Ávila morreu eletrocutado quando ligou a bomba d’água. Segundo ele, o sindicato desconhecia que o trabalhador estava no navio, ancorado no dique do Ebin.

Vítima(s): Dalmir Gomes dos Santos

Fontes: Amaury Paciello

Observações: Embora a cobertura do acidente tenha sido mínima, o caso toma certa relevância por ter ocorrido no meio da ocupação do estaleiro pelos metalúrgicos, noticiada nos dias 9.2.94 e 12.2.94 (a ocupação e as tentativas de se encontrar solução para o problema voltaria às páginas do jornal em 2.3.94). A categoria, segundo Amaury Paciello, única fonte nas três datas acima, havia ocupado as instalações da empresa como forma de pressioná-la a pagar o salário de dezembro e o 13º. O presidente do sindicato garantiu na época que não haveria depredação dos bens da firma. Na matéria do dia

12.2 era noticiada tentativa de acordo com a Petrobras para a liberação do dinheiro devido ao estaleiro, que seria usado no pagamento dos atrasados dos funcionários. Na mesma edição de 18.2 foi publicado edital do Ebin acusando o Sindicato dos Metalúrgicos de estar se apoderando do patrimônio da empresa e vendendo o material sem autorização. Além de *O Fluminense*, abordaram o caso os jornais *O Povo* e *Diário Mercantil*. Nota-se, porém, que os dois periódicos publicaram exatamente o mesmo texto (apenas *O Povo* tem mais informações), possivelmente produzido pela assessoria de imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos e divulgado à imprensa. Pelas características do texto, com informações diferentes das publicadas nos dois jornais do Rio, *O Fluminense* parece ter sido o único a de fato falar com Amaury.

13 de dezembro de 1994:

Título principal: “Incêndio em navio mata 4 e fere 3”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): “Operários mortos são identificados”

Página: 8 Editoria: Polícia

1ª página: “Fogo e explosão no navio matam quatro metalúrgicos”

Situação: Manchete da capa e da página interna.

Fotos: Uma na primeira página, em 3,5 colunas, com a imagem dos corpos dos operários já no hospital, cobertos por lençóis, sendo que apenas os pés são visíveis, e outra na página interna, em duas colunas, do portão principal do estaleiro, mostrando, no pátio, carros do Corpo de Bombeiros.

Descrição: Notícia a morte de quatro operários num incêndio seguido de explosão. Outros três metalúrgicos ficaram feridos. As vítimas trabalhavam em reparos no navio Metalnave II, no dique do estaleiro Renave na Ilha do Viana, no bairro do Barreto. Na retranca principal, servem como fontes o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Amaury Paciello, e o engenheiro de segurança da empresa, Nelson Marques. O primeiro sustenta a versão da explosão — que foi assumida como real pela manchete do jornal — e acusa o estaleiro de ter transportado os trabalhadores já mortos. Marques nega a explosão. Fala apenas em princípio de incêndio. Amaury tem bem mais espaço, fala que vítimas sofreram queimaduras e chama os diretores do estaleiro de mentirosos. Na sub-retranca só falam vítimas e amigos, que sustentam a explosão e fazem denúncias sobre falta d’água nas mangueiras de incêndio e do transporte de cadáveres. Descreve o estado debilitado dos feridos.

Vítima(s): Fatais: Eduardo Soares de Freitas, Edinardo Soares da Costa, Sebastião Carlos Silva e José Carlos Nascimento; Feridos: Ademir da Costa Assis, Joel Ribeiro dos Santos, Aurelino Machado Duarte.

Fontes: Em favor dos operários: Amaury Paciello (com DD), amigos não identificados das vítimas; um dos feridos — Ademir da Costa. Em favor do estaleiro: Nelson Marques (com DD); Neutras: funcionários do Hospital Universitário Antônio Pedro.

Observações: Todos os jornais noticiam o acidente e as mortes dos quatro metalúrgicos, mas nenhum com o mesmo destaque que *O Fluminense*. *O Dia*, por exemplo, dá a matéria no meio da página 2, em duas colunas, sem foto, embora com uma chamada no pé da primeira página. *O Jornal do Brasil* dá com um pouco mais de destaque, numa meia-manchete da página 16, com uma foto aérea de arquivo do parque industrial do Renave. No dia seguinte, além de *O Fluminense*, apenas *O Dia* voltaria ao caso, sob o título “Metalúrgicos fazem protesto em Niterói”, restringindo a cobertura a apenas uma coluna, sem chegar a mostrar o tamanho do transtorno causado pela manifestação à cidade. A partir do terceiro dia, apenas *O Fluminense* se manteve repercutindo o caso. Os recortes dos jornais sobre o caso foram anexados à documentação encaminhada à 1ª Junta de Conciliação e julgamento de Niterói, solicitando a interdição do estaleiro, a qual foi aceita pelo tribunal, que concedeu liminar interditando o estaleiro em 16 de dezembro.

14 de dezembro de 1994:

Título principal: “Protesto contra mortes reúne 200 metalúrgicos na BR-101”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): “Diques podem ser fechados”; Liberação de corpos demora”; “Tensão marca enterros de operários”.

Página: 4 Editoria: Estado

1ª página: antetítulo: “Mortes podem provocar interdição de estaleiro”; título: “Protesto de metalúrgicos pára a cidade”.

Situação: Manchete da primeira página do jornal. Trata-se da suíte da matéria publicada no dia anterior, sobre as mortes dos metalúrgicos. A página interna é totalmente dedicada à cobertura do caso. Apenas duas colunas, que são fixas da seção “Legislativo”, não abordam o caso.

Fotos: Uma na capa, em quatro colunas sobre a manifestação, e três na página interna: 1ª. Manifestação (duas colunas), 2ª. 3x4 vítima Eduardo Soares Freitas (uma coluna), 3ª. Enterro de um dos operários — não identificado (duas colunas).

Descrição: Fala de passeata em protesto contra as mortes que parou o Centro de Niterói e chegou a São Gonçalo (município vizinho); do resultado da fiscalização da DRT; das dificuldades dos parentes de uma das vítimas em liberar o corpo e dos enterros. Em toda a página, apenas duas vezes, em um número restrito de linhas, defendem o estaleiro. Só uma vez a defesa da empresa é feita em discurso direto. A outra é a transcrição do depoimento prestado pelo engenheiro de segurança do estaleiro na 76ª DP (Centro–Niterói). É maciça a quantidade de críticas contra o estaleiro. A empresa chega a ser acusada de negligência e crime. Até a voz de uma das vítimas fatais — Sebastião Carlos da Silva —, que temia um acidente, é ouvida através do depoimento de sua mãe. Sindicalistas falam várias vezes. Fala-se da possível interdição do estaleiro. Mais uma vez é negada a versão da explosão. Amaury Paciello fala de outras mortes no ano e acusa o Renave de ser o mais negligente entre os estaleiros e responsável pela maioria das mortes registradas na indústria naval de Niterói ao longo do ano. Esta matéria também destaca a participação da esfera legislativa da rede de vigilância em saúde do trabalhador, na pessoa do deputado-eleito Edmilson Valentim, presente à manifestação.

Vítima(s): (já descritas)

Fontes: Em apoio dos trabalhadores: Amaury Paciello (com DD); Edmilson Valentim — deputado eleito (com DD); Luís Sérgio Brandão de Oliveira — fiscal da DRT (com DD); Sindicato dos Metalúrgicos; Miguel Moraes — diretor do Sindicato dos Metalúrgicos (com DD); Sebastião Martins — assessor de imprensa do Ministério Público do Trabalho; parentes de uma das vítimas — Simone Nogueira Dantas, Roberto de Oliveira, Valdir Soares de Freitas (todos com DD); sindicalistas e colegas das vítimas; parentes da vítima fatal Sebastião Carlos da Silva — Ivan Carlos, Cícilia Liliosa da Silva (mãe); parentes e colegas não identificados; Antônio Carlos de Oliveira — amigo de Eduardo Soares Freitas (com DD). Em apoio do estaleiro: Nelson Marques (transcrição de parte do depoimento prestado na 76ª DP (Centro–Niterói); metalúrgico não identificado (com DD). Neutras: delegado Antônio Pedro, da 76ª DP, responsável pela investigação do caso (com DD).

Observações: — x —

15 de dezembro de 1994:

Título principal: “Sindicato denuncia demissão de 280 funcionários do Mauá”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): “Justiça quer interdição do Renave”

Página: 4 Editoria: Estado

1ª página: “Estaleiro demite 280 operários”; Sub-retranca: “Interdição no Renave”

Situação: Alto da primeira página (a página não tem manchete) e manchete da página 4, com uma sub-retranca com a suíte das mortes.

Fotos: Três na página interna: fachada do estaleiro Mauá em três colunas e plano americano em uma coluna de Amaury Paciello, na retranca sobre as demissões; e plano americano de Milton Steinbruck, delegado-chefe da DRT, na suíte sobre o acidente.

Descrição: Matéria principal agora refere-se não mais ao acidente, mas à denúncia do sindicato de que o estaleiro Mauá dispensara mais 280 funcionários. A suíte do acidente fica em segundo plano. Na retranca principal, em que só Amaury é ouvido, fazem-se acusações contra o estaleiro, que além de ter desrespeitado acordo de estabilidade, também teria se recusado a pagar direitos trabalhistas. Já na retranca com suíte do acidente, são descritas as exigências sobre segurança constantes de uma liminar expedida pouco antes. Amaury tem vez para anunciar que o número de feridos fora ainda maior do que os três inicialmente informados, e Nelson Marques tem novamente espaço para defender a posição da empresa.

Vítima(s): (já descritas)

Fontes: Amaury Paciello (com DD apenas na retranca sobre as demissões), Nelson Marques. Embora na sub-retranca apareçam muitos outros nomes, inclusive de Steinbruck, apenas Paciello e Marques falam, cada um em favor de um dos lados.

Observações: — x —

16 de dezembro de 1994:

Título principal: “Metalúrgicos protestam contra falta de segurança”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): — x —

Página: 7 Editoria: Nacional/Geral

1ª página: — x —

Situação: Suíte do acidente. Uma coluna na parte baixa da página.

Fotos: — x —

Descrição: Fala da manifestação dos metalúrgicos contra a falta de segurança, mas também da determinação dos trabalhadores em garantir o funcionamento do estaleiro, apesar da decisão do Ministério Público do Trabalho pela interdição, já que o fechamento da empresa deixaria os operários sem trabalho e, desta forma, sem condições de manter as famílias. A conclusão era de que o estaleiro interditado seria um problema a mais. A condição dos trabalhadores era de que as exigências sobre segurança fossem atendidas.

Vítima(s): (já descritas)

Fontes: Amaury Paciello (com DD) e Sebastião Mauro — possivelmente um metalúrgico (com DD)

Observações: Nesta data foi concedida liminar pela 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Niterói interditando o estaleiro. Os diques do estaleiro Renave, que haviam sido interditados, foram liberados em 22 de dezembro, conforme comunicado da Delegacia Regional do Trabalho ao Sindicato dos Metalúrgicos. A desinterdição não foi noticiada em *O Fluminense*.

10 de janeiro de 1996:

Título principal: “Operário morre em acidente no Enavi”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): — x —

Página: 7 Editoria: Cidades

1ª página: “Morte no estaleiro”

Situação: Parte baixa da página, em três colunas

Fotos: Uma do resgate do corpo, pendurado em um guindaste

Descrição: Operários desmontavam o guindaste quando foram atingidos por uma de suas peças, que despencou do alto. O sogro da vítima fatal denuncia que o genro não deveria estar executando aquele tipo de trabalho, já que não era sua função, e revela que Gilson chegou a comentar em casa sobre a situação de risco que representava o guindaste. Amaury Paciello compara os números de mortes nos estaleiros, apontando um crescimento.

Vítima(s): Fatal: Gilson Jardim; Ferido: Josué dos Santos.

Fontes: Em favor da vítima(s): Amaury Paciello (com DD), Constantino Gomes Alves — sogro da vítima fatal (com DD); Neutras: peritos do Instituto de Criminalística Carlos

Éboli, que se limitam a falar sobre a liberação do laudo. A empresa não fala em momento algum.

Observações: Nota-se que também nesta matéria, da mesma forma que na de 14.12.94, até a vítima fatal ganha voz, através do depoimento de seu sogro. O acidente foi matéria de página inteira de *O Dia — Grande Niterói*, com muito mais destaque e informações. Vale destacar que esta edição especialmente voltada para a região de Niterói e cidades vizinhas começa a circular em meados de 1995 e que, portanto, existia na época uma grande disputa por público e “furos”. De qualquer forma, aparentemente, na avaliação de *O Fluminense* o caso mereceu menos destaque do que para *O Dia*.

27 de fevereiro de 1996:

Título principal: “Operário cai e morre no Renave”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): — x —

Página: 7 Editoria: Cidades

1ª página: — x —

Situação: Matéria em duas colunas no pé da página.

Fotos: — x —

Descrição: Operário cai do dique, de uma altura de 11 metros. Já chega morto ao Hospital Universitário Antônio Pedro. Depois da abertura em que anuncia o acidente, a matéria dedica-se a abordar a revolta e a consternação da categoria e a fornecer números sobre as mortes ocorridas nos estaleiros e dados sobre ações movidas contra as empresas, muitas vezes acusadas de negligentes nos acidentes e pela falta dos equipamentos de segurança. A empresa ganha espaço para dizer, na voz do gerente-administrativo, que o caso será apurado e as causas investigadas. A matéria fala ainda da situação em que ficará a família da vítima no tocante à pensão previdenciária.

Vítima(s): Jorge Tavares de Almeida

Fontes: Em favor da vítima(s): Amaury Paciello (com dois trechos em DD); Em defesa do estaleiro: Acir Bianchini, gerente-administrativo do Renave.

Observações: — x —

28 de fevereiro de 1996:

Título principal: “Operários do Renave fazem protesto durante enterro”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): — x —

Página: 7 Editoria: Cidades

1ª página: “Metalúrgicos protestam contra morte de colega”

Situação: Quatro colunas no pé da página.

Fotos: Uma em duas colunas do enterro

Descrição: Cerca de 300 metalúrgicos que foram ao enterro do operário Jorge Tavares de Almeida, no Cemitério do Maruí, no Barreto, fazem um protesto contra a morte do colega. Amaury diz que cinco estaleiros estão sendo processados por causa dos acidentes do trabalho: Renave, Enavi, Ebin, Dick Lahmmeyer e Mauá. Ele acusa o Renave de ser o campeão no desrespeito às normas de segurança e, desta forma, o campeão em acidentes. Maria da Glória, esposa de Jorge, fala que faz questão de saber como aconteceu o acidente com o marido e quem são os responsáveis. Amaury diz que categoria pode fazer greve.

Vítima(s): Já citada

Fontes: Amaury Paciello (com DD); Maria da Glória Lopes de Almeida, viúva da vítima (com DD). O estaleiro não se pronuncia nesta matéria.

Observações: — x —

17 de abril de 1996:

Título principal: “Andaime cai e mata operários no Enavi”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): “Sindicalista acusa empresa”, “Acidentes têm sido rotina”

Página: 6 Editoria: Cidades

1ª página: “Assalto à Caixa e morte no estaleiro”

Situação: Destaque na primeira página, mas a chamada é dividida entre dois casos, o assalto à agência José Clemente (Centro–Niterói) da Caixa Econômica Federal e, em segundo plano, o acidente. Já da página interna é a manchete com duas sub-retrancas ocupando quase toda a página.

Fotos: Uma na primeira página, em duas colunas, em que se vê o navio onde ocorreu o acidente, e outras duas na página interna, uma de Amaury, em uma coluna, e outra do navio, em três colunas.

Descrição: Dois operários trabalhavam na limpeza do casco do navio Nobleza quando o andaime despencou. O cabo de aço do andaime se partiu e os trabalhadores caíram de uma altura de aproximadamente dez metros. O acidente ocorreu por volta das 9h30min e as vítimas foram socorridas pela enfermeira do estaleiro e levadas para o Hospital

Universitário Antônio Pedro, onde morreram. A matéria lembra ainda outra morte também ocorrida no estaleiro naquele ano (noticiada no dia 10.1). Em diversos trechos da matéria principal e em uma sub-retranca inteira lembra-se de outras mortes e da gravidade dos acidentes. Outros dados fornecidos na matéria sobre a falta de segurança nos estaleiros: 50 acidentes fatais em quatro anos, quatro mortos só nos primeiros quatro meses de 96, três no Enavi e um no Renave (os estaleiros pertenciam ao mesmo grupo). A morte de Gilson Jardim, atingido pela lança de um guindaste em 9 de janeiro, é todo recontado na matéria.

Vítima(s): Joaquim de Paula e Nelci Corrêa do Nascimento, ambos funcionários da empreiteira J. C. Silva.

Fontes: Em favor das vítima(s): Amaury Paciello (com DD), outros funcionários não identificados; Neutras: chefe do plantão do Hospital Universitário Antônio Pedro, Carlos Antônio da Silva (com DD), explicando os ferimentos. Também é lembrado o depoimento do sogro de Gilson Jardim, vítima do acidente de janeiro, em que ele fala dos temores do genro sobre a falta de segurança.

Observações: ***O Dia*** também dá o caso com destaque em sua edição Grande Niterói, fornecendo inclusive mais informações sobre o total de mortes no ano — quatro com essas duas — e repetindo informações do sindicato de que 20 dias antes o estaleiro Enavi foram fiscalizado e, apesar das recomendações dos fiscais para a interdição, o delegado do trabalho Odair Franco decidira manter a empresa funcionando. Nas palavras do jornal: “se o estaleiro Enavi tivesse sido interdito há 20 dias, como recomendou um fiscal da Subdelegacia do Trabalho de Niterói, duas vidas teriam sido poupadas. O jornal chega a investigar a empreiteira J.C. Silva, para a qual trabalhavam as vítimas, para confirmar denúncias do sindicato de que se tratava de uma firma “fantasma” e que, portanto, os operários não tinham quaisquer direitos trabalhistas garantidos. A fonte preferencial do periódico é Amaury Paciello. O diretor do estaleiro Acir Bianchini também é ouvido, mas somente para reforçar as denúncias de irregularidades contra a empreiteira. Destacamos mais uma vez que esta edição de ***O Dia*** era totalmente voltada para o público leitor de Niterói e que, portanto, da mesma forma que ***O Fluminense***, interessava-se mais pelas questões da cidade, o que explica tanto destaque dado ao caso, da mesma forma que o faz até hoje o jornal niteroiense.

18 de abril de 1996:

Título principal: “Sindicato vistoria Enavi”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): — x —

Página: 9 Editoria: Inter/Nacional

1ª página: — x —

Situação: Matéria em âncora no alto da página. Suíte do acidente noticiado no dia anterior.

Fotos: Uma, da vistoria, em duas colunas.

Descrição: Embora o título e a abertura da matéria chamem para a vistoria realizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos no estaleiro Enavi, um dia depois do acidente que vitimou dois operários, todo o restante do texto deixa espaço para a defesa da empresa. Mesmo assim, nas palavras da única fonte citada na matéria, o técnico de segurança do estaleiro, fica nítida a precária situação de segurança do setor metalúrgico. O próprio funcionário admite que os investimentos das empresas nacionais em segurança são poucos e precários.

Vítima(s): (já descritas)

Fontes: Em favor do estaleiro: Nelvis Souza de Azevedo, técnico de segurança do Enavi (com DD). O diretor-financeiro do Sindicato dos Metalúrgicos, Antônio de Oliveira Mello, é citado na matéria e aparece na foto fazendo a vistoria, mas não chega a fornecer nenhuma informação como fonte.

Observações: — x —

18 de maio de 1996:

Título principal: “Trator mata operário da Conrep”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): — x —

Página: 7 Editoria: Cidades

1ª página: “Trator atropela metalúrgico”

Situação: Manchete da página, em quatro colunas. Manchete de meio da primeira página.

Fotos: Duas: uma de João Marins e outra, em duas colunas, da fachada do estaleiro com o carro do Corpo de Bombeiros na frente.

Descrição: Operário morre atropelado pelo trator nas dependências do estaleiro Conrep Reparos Navais (antigo estaleiro MacLaren, como fica claro na matéria, tendo em vista que a empresa Conrep é relativamente nova). A vítima era ajudante de guindasteiro e estava no próprio veículo que o atropelou. Ele foi atingido quando descia ou caía da má-

quina e teve a cabeça esmagada. O presidente da Conrep, João Cândido, tem espaço para falar, mas nega-se a dar declarações e proíbe o acesso da imprensa. Em compensação, o representante do sindicato e colegas do trabalhador acidentado aproveitam o espaço fornecido para criticar a empresa e acusá-la da falta de segurança, informando, inclusive, que o operário não usava equipamentos de proteção, como capacete.

Vítima(s): João Firmino

Fontes: Em favor do operário: João Marins, identificado como secretário do sindicato (com dois trechos em DD) e operários não identificados (com DD)

Observações: Esta é uma das poucas matérias em que a fonte do sindicato não é Amaury Paciello. João Marins o substitui na mídia. Isso explica-se pelo fato de 1996 ter sido ano eleitoral. Amaury afastou-se da instituição para concorrer ao pleito.

12 de junho de 1997:

Título principal: “Navio pega fogo em estaleiro”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): — x —

Página: 12 Editoria: Polícia

1ª página: “Gás explode no Barreto”

Situação: Manchete de página ocupando o alto das seis colunas do jornal.

Fotos: Uma na primeira página — em duas colunas — dos bombeiros apagando o incêndio, e outra em três colunas da página interna, também demonstrando o trabalho dos bombeiros.

Descrição: Três operários trabalhavam no desmonte de peças de um navio no pátio do estaleiro Ebin, no Barreto, quando ocorreram três explosões, possivelmente causadas por gás. Ninguém se feriu, mas a Polícia Rodoviária interditou o trânsito na Avenida Contorno, que passa ao lado do estaleiro, causando grande congestionamento que parou inclusive o trânsito na Ponte Rio–Niterói e na Rodovia BR–101, no trecho entre Niterói e Manilha (Itaboraí). O incêndio só foi controlado depois de uma hora. Amaury Paciello denunciou que o serviço que estava sendo executado no estaleiro era irregular, tendo em vista que a empresa estava fechada há três anos e com todo seu patrimônio indisponível. Segundo ele, naquele mesmo dia o sindicato havia liderado uma manifestação em frente à Justiça do Trabalho, no Centro, exatamente para protestar contra atividades irregulares que vinham sendo executadas na área do Ebin (o estaleiro estava fechado mas, mesmo assim, operários executavam alguns serviços em seu pátio).

A Coferro (empresa que comprava as sucatas do Ebin) defendeu-se afirmando que a firma nada tinha a ver com o serviço de desmonte das peças. Amaury havia dito que as empresas de sucata eram responsáveis pela execução do serviço, convocando metalúrgicos para trabalhar sem qualquer contrato de trabalho ou garantia trabalhista.

Vítima(s): — x —

Fontes: Amaury Paciello (com DD) e um funcionário não identificado da Coferro. O proprietário do estaleiro, almirante Walter Vilela, e os trabalhadores que faziam o serviço não quiseram se pronunciar.

Observações: — x —

17 de setembro de 1997:

Título principal: “Estaleiro é acusado de usar areia jateada”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): — x —

Página: 8 Editoria: Cidades

1ª página: — x —

Situação: Três colunas em meio de página

Fotos: — x —

Descrição: Moradores da Ilha da Conceição denunciam o estaleiro Minas Eletro Mecânica de usar a prática proibida do jateamento de areia. Fala-se dos problemas respiratórios causados na vizinhança e da lei que proíbe a utilização da areia jateada. Até o dono de outro estaleiro, o Faria Miranda, reclama do jateamento feito pela outra firma.

Vítima(s): Não especificada

Fontes: Moradores não especificados e João da Mona, dono do estaleiro Faria Miranda, reclamando do jateamento; Joventino Sabino Trindade, diretor do estaleiro denunciado, negando o jateamento, e Amaury Paciello, contestando-o.

Observações: — x —

22 de janeiro de 1998:

Título principal: “Sindicato dos Metalúrgicos denuncia o estaleiro Renave”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): — x —

Página: 8 Editoria: Cidades

1ª página: — x —

Situação: Quatro colunas em meio de página

Fotos: — x —

Descrição: Denúncia do sindicato de que, apesar de estar fechado desde maio do ano anterior devido a ações movidas pela instituição sindical pelo não pagamento de dívidas trabalhistas e contra a falta de segurança, o estaleiro Renave continua funcionando irregularmente, fazendo reparos no navio Pedreiras, da Petrobras. O serviço estaria sendo executado por empreiteiras. Sérgio Leite, advogado do estaleiro, tem o espaço quase igualitário ao do sindicato para defender a posição da empresa. Segundo ele, o estaleiro nunca esteve interditado e que, portanto, poderia ter voltado a funcionar a qualquer momento, no entanto, estaria fechado por falta de efetivo para operar o parque industrial. Ele alega que o Renave estava apenas alugando seu dique para o estaleiro Enavi, este sim responsável pelos serviços no navio da Petrobras. O representante da empresa afirmou que as modificações exigidas pela Justiça na estrutura do estaleiro estavam sendo executadas, o que, segundo ele, havia sido comprovado pelo Ministério Público em inspeção realizada em outubro do ano anterior.

Vítima(s): — x —

Fontes: Amaury Paciello; Fernando Dias, advogado do sindicato; e Sérgio Leite, advogado do estaleiro.

Observações: — x —

18 de fevereiro de 1998:

Título principal: “Metalúrgicos mantêm impasse”

Título(s) da(s) sub-retranca(s): — x —

Página: 7 Editoria: Economia

1ª página: — x —

Situação: Manchete de página em quatro colunas.

Fotos: Uma, de Amaury Paciello em duas colunas.

Descrição: Matéria fala do impasse entre o Sindicato dos Metalúrgicos e o estaleiro Renave que brigam desde 1996 na Justiça, desde que a empresa demitiu os empregados por justa causa, burlando assim o pagamento dos encargos devidos. Os trabalhadores entraram na Justiça e, de lá para cá, eles e o estaleiro vêm se revezando em vitórias nas diferentes instâncias judiciais. No último encontro entre Amaury Paciello e o advogado do estaleiro, Sérgio Leite, este propôs acordo com o sindicato em que a firma pagaria 40% do devido aos funcionários em troca da retirada da ação movida em 94 tam-

bém contra o Renave (a ação é resultado das denúncias apresentadas em dossiê em setembro de 93 pelo sindicato ao Ministério Público do Trabalho, sobre irregularidades nos estaleiros da cidade, o que gerou ação civil pública movida pelo MP do Trabalho). Amaury nega qualquer acordo, especialmente envolvendo a denúncia de 93, contra a terceirização da mão-de-obra e a falta de segurança, mas admite que 30 dos cerca de 130 metalúrgicos que ingressaram na Justiça contra o Renave acabaram aceitando a proposta da empresa. Também ouvido, Sérgio Leite ganha apenas o último e menor dos quatro parágrafos (15 linhas contra 101 em que é apresentada a posição do sindicato) para confirmar a informação de Amaury de que alguns trabalhadores aceitaram o acordo pelo qual receberiam 13º proporcional, férias proporcionais e com abono, entrega da guia do FGTS, 20% da multa do FGTS e 20% do montante total devido a cada funcionário.

Vítima(s): — x —

Fontes: Amaury Paciello (com DD) e o advogado do estaleiro, Sérgio Leite.

Observações: É pertinente a colocação desta matéria aqui, embora não fale especificamente da questão da segurança ou dos acidentes, porque um dos itens do acordo proposto pelo estaleiro refere-se à retirada da ação que responsabiliza a empresa na Justiça pela falta de segurança.

7.1.2 — O que dizem os jornais: Uma forma de análise

Antes de começarmos a fazer qualquer análise deste material, é necessário que tracemos algumas observações. Embora o período estudado se inicie em 1989, nota-se que a primeira reportagem citada nesta dissertação data de 8 de fevereiro de 1990. Além de não termos aqui qualquer reportagem registrada no primeiro ano tratado, há também um vácuo, como se pode perceber, em 1995, e uma significativa redução no número de publicações em 97 — foi apenas uma contra 12 em 92, nove em 93, seis em 94 e seis em 96; em 98 foram duas publicações em três meses. Na verdade, tanto no ano de 89 quanto no de 95 houve matérias a respeito dos metalúrgicos em *O Fluminense*.

Em 95, Amaury Paciello apareceu nas páginas do jornal em absolutamente todos os 12 meses do ano, mas em nenhuma das matérias para falar sobre questões relativas aos acidentes ou à saúde do trabalhador metalúrgico como um todo. As reportagens versaram sobre as demissões que esvaziaram o setor, greve por questões salariais, as tentativas de acordos

para o pagamento pelas empresas do devido aos trabalhadores e para a liberação de financiamentos para a construção naval, como uma esperança de contornar a crise cada vez mais acirrada que estava pondo fim à indústria naval de Niterói. E nos meses de agosto e outubro o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos apareceu nas páginas de *O Fluminense* não como sindicalista, mas como um dos principais militantes do Partido dos Trabalhadores de São Gonçalo, que insistia para que o partido tivesse um candidato próprio para as eleições municipais do ano seguinte.

Já em 89, a única reportagem encontrada sobre o Sindicato dos Metalúrgicos, em 1º de setembro, anunciava um movimento da entidade sindical, que pretendia levar a Brasília reivindicações da categoria para reverter a crise na indústria naval. João Marins, um dos principais colaboradores de Amaury Paciello, atribui a pouca aparição dos metalúrgicos nas páginas de *O Fluminense* nos anos de 1989 e 1990 ao fato de ser um período em que a executiva ainda estava se firmando na direção da instituição e pondo ordem nos assuntos internos. Somente depois deste período inicial, afirmou em entrevista a esta pesquisadora, é que o sindicato começou a buscar aproximação com a imprensa.

O ano de 1992, como se pode notar, foi o que concentrou maior número de reportagens, o que se explica pelo fato de ter sido uma época em que a Saúde do Trabalhador estava mais em voga. Foi o ano da discussão do projeto de lei que proibia o uso de areia no jateamento dos cascos de navios, do deputado Carlos Minc, aprovado pela Assembleia Legislativa e vetado pelo governador Leonel Brizola, até ser finalmente promulgado. Foi também um dos momentos de maior atividade nos estaleiros do Conselho de Saúde do Trabalhador e do Programa de Saúde do Trabalhador, instâncias que receberam a atribuição de fiscalização instituída por decreto em 1988. Além do mais, como revelou Marins, nesta época o sindicato contava com a colaboração de um jornalista que atuava como assessor de imprensa, passando para os jornais as notícias consideradas importantes pelos sindicalistas.

E se em 1997 as reportagens sobre a segurança nos estaleiros começam a desaparecer das páginas de *O Fluminense*, isso deve-se, com certeza, ao esvaziamento da indústria naval, que dispensou milhares de trabalhadores e praticamente parou os estaleiros da cidade. Segundo explica João Marins: “Hoje a gente não tem dado muita notícia no jornal porque felizmente, e infelizmente, não tem muito trabalho na área, e quando não tem muito trabalho, o número de acidente diminui”.

Além das 39 reportagens enumeradas na seção anterior desta dissertação, ainda foram localizadas outras duas no ano de 1990; oito, em 1991; dez, em 1993; oito, em 1994; quatro, em 1996; e uma em 1997. Elas não foram aqui citadas pelo mesmo motivo que deixou de fora desta dissertação as matérias de 1995. Além destas aqui referidas, Amaury apareceu ainda em diversas outras reportagens a respeito de política salarial ou econômica, sindicalismo, Dia do Trabalho, política partidária, entre outras não necessariamente ligadas à categoria que representava.

Dito isso, podemos agora partir para a análise do material descrito no item anterior deste trabalho. Uma primeira observação pertinente ao conjunto das 39 matérias publicadas refere-se ao crédito dado a Amaury Paciello ou a outros representantes do Sindicato dos Metalúrgicos. Amaury fala em nada menos do que 32 ocasiões (82% do total das reportagens publicadas). Em sete delas (18%), ele foi a única fonte. Em quase todas as vezes, a fala de Amaury é colocada no jornal em discurso direto, como uma forma de dar mais ênfase a seu discurso. Já as empresas tiveram voz em 13 casos noticiados (33%) e nem sempre seus representantes tiveram direito ao discurso direto. Isso sem contar que quase sempre o espaço dedicado a eles foi menor do que o reservado a Amaury, colegas ou parentes das vítimas que denunciavam e criticavam as empresas. Muitas vezes os empresários até foram procurados pelo jornal, mas não quiseram se pronunciar.

Exemplo gritante da diferença do espaço dedicado ao sindicato e às empresas observamos na cobertura do acidente ocorrido em 12 de dezembro de 1994 e noticiado nas edições de *O Fluminense* dos dias 13, 14, 15 e 16. É clara a tendência do jornal em valorizar mais a posição da categoria dos trabalhadores do que a da empresa, com certeza resultado do conjunto de informações apresentado pelos sindicalistas, que demonstrava a dura realidade dos operários navais. Por mais que os repórteres escalados para acompanhar o caso e os editores tenham tentado manter a imparcialidade, dando voz aos dois lados, é inegável que o espaço reservado ao discurso dos sindicalistas foi maior do que aquele destinado aos representantes da empresa. Então vejamos:

No primeiro dia da cobertura, a chamada de 1ª página abre em suas cinco últimas linhas espaço para a abertura da polêmica entre as versões apresentadas pelo sindicato e pelo estaleiro. Na primeira frase do período, a entidade sindical denuncia que o fogo foi seguido de uma explosão, versão que seria posteriormente descartada pelos laudos elaborados

pelos órgãos fiscalizadores, embora o jornal não tenha chegado a publicar essa informação. Na segunda frase, o estaleiro sustenta que o que causou a tragédia foi apenas a fumaça tóxica.

A diferença do espaço cedido se repete também no interior do jornal. Ao longo do texto da primeira retranca, o sindicato surge como fonte sempre numa posição de denúncia, para a qual ganha mais linhas do que o engenheiro de segurança do estaleiro, Nelson Marques, que aparece sempre tentando minimizar as causas da tragédia e se defendendo dos ataques dos sindicalistas. Este ganha apenas um parágrafo, com direito a quatro frases em discurso direto, entre aspas, para sustentar que havia acontecido apenas um princípio de incêndio, sem explosões mas com liberação de grande quantidade de fumaça tóxica, o que teria provocado a morte dos trabalhadores por intoxicação e asfixia. Garante também que não havia resquícios de gás inflamável nos porões do navio.

Já o presidente do sindicato dispõe de um espaço maior para dar uma outra versão. Em dois parágrafos, um exclusivamente em discurso direto, Paciello discorda completamente de Nelson Marques. Num primeiro momento, Amaury garante que as vítimas sofreram queimaduras, o que era negado pelo representante da empresa. Paciello reafirma ainda a versão da explosão e, no trecho em discurso direto, chama o engenheiro e outro diretor do Renave de mentirosos: “O que eles (Nelson Marques e Bianchini) disseram é mentira”. O sindicalista também tem espaço para dizer que ele e os companheiros de militância estavam “desconfiados de que existam mais mortos e feridos” e denunciar que os corpos dos operários haviam sido removidos do navio para evitar o flagrante.

A participação de Amaury nas reportagens, a propósito, é uma questão a mais a se abordar. Nota-se que na quase totalidade das matérias a atuação do sindicato se resumiu à aparição de seu presidente. Pelo lado da imprensa podemos afirmar que Paciello é fonte privilegiada por ter sua palavra legitimada pela função que ocupava diante do sindicato, que o torna a mais oficial entre as fontes que se pode conseguir para falar em nome dos trabalhadores. É prática comum dos órgãos de imprensa, como já tratado neste estudo, buscar fontes com alguma autoridade para falar sobre determinados assuntos, e o presidente do sindicato, como tal, teria esse requisito. Além disso, Amaury era o sujeito que, como vimos em Austin, tinha a autoridade para agir com a palavra, denunciar. (Austin, 1990) Já pelo lado do sindicato podemos considerar que Paciello concentra sobre si o contato com a imprensa, até porque, segundo o sindicalista João Marins, Amaury foi sempre o grande incentivador da aproximação do sindicato do jornal e, devido a sua facilidade de comunicação, o responsável pelos contatos.

A escolha das fontes e a importância dada pelo jornal à fala de cada uma delas é um dos fatores que apontam para a tendência do jornal por um dos dois lados. Fausto Neto lembra que os veículos comunicacionais “utilizam-se de *vozes e falas alheias* para construir seus discursos jornalísticos”, mas que neste processo de apropriação “há sempre a possibilidade de se perder algo da enunciação, mesmo que se mantenha o enunciado original”. (Fausto Neto et al, s/d, p.118) O autor refere-se, ao que normalmente se perde nas transcrições do discurso de terceiros, como o que se observa na velha brincadeira de criança do telefone sem fio, em que a precisão da informação vai se perdendo entre uma e outra pessoa, entre a fonte e as páginas dos jornais.

É interessante ainda notar que o uso do discurso direto permite ao jornal fazer, através da “boca” do entrevistado, afirmações que em outras situações seriam embaraçosas para o discurso jornalístico. A frase “O que eles disseram é mentira”, dita por Paciello, é um exemplo típico disso. Quando o jornal adota essa postura de transcrever tal declaração (o que será observado também na suíte do dia seguinte), fica mais difícil associar o trecho escolhido a uma possível opinião do próprio periódico, embora, como defendemos nos primeiros capítulos desta dissertação, os jornais vão assumir o discurso de suas fontes. Segundo Fausto Neto, “a transcrição direta pode, certas vezes, fazer com que a fala do outro seja coincidente à fala do jornal”. (Fausto Neto, s/d, p.127)

Essa “coincidência” fica clara também na narração do acidente em terceira pessoa. Como se pode notar, a versão dada pelo texto aproxima-se mais à apresentada pelo sindicalista do que a sustentada pelo engenheiro Nelson Marques, embora as informações deste último também sejam consideradas, mesmo que de forma desigual e até hierarquicamente inferior. Prova maior disso é a manchete da primeira página do dia seguinte ao acidente: “Fogo e explosão no navio matam quatro metalúrgicos”. A explosão é terminantemente negada pelo representante do estaleiro e denunciada, sem provas, pelo presidente do sindicato. Valeu a versão deste último.

Na sub-retranca, sobre a identificação dos mortos, nem o sindicalista nem o representante do estaleiro têm espaço. No entanto, a versão mais favorável aos trabalhadores mais uma vez é a que se destaca através de “colegas” não identificados das vítimas, que “denunciam que quatro operários já estavam mortos quando foram colocados nas ambulâncias”. Um dos sobreviventes, Ademir da Costa Assis, fala de um estrondo, o que poderia ser a confirmação da versão da explosão. Embora também sejam ouvidos, os funcionários do hospital

para onde foram levadas as vítimas não dão informações que possam servir de sustentação para nenhuma das duas versões.

No segundo dia da cobertura jornalística, o caso ganha ainda mais destaque, assim como o jornal cada vez mais demonstra uma tendência a se posicionar em defesa das vítimas. Embora o destaque agora seja dado à manifestação dos colegas dos operários mortos e feridos, tanto o sindicalista quanto o engenheiro citados no dia anterior voltam a aparecer como fontes. No entanto, os discursos agora se ampliam com a utilização de novos informantes que, direta ou indiretamente, mostram-se defensores ou solidários com as vítimas, atacando a versão do estaleiro.

A chamada de primeira página tende toda à posição dos trabalhadores, já que anuncia o protesto promovido pelos colegas dos mortos e fala da solicitação do Conselho Estadual de Saúde do Trabalhador para que o Renave seja interditado. No interior do jornal, a cobertura ocupa todo o espaço disponível da página 4, que tem fixas as duas colunas destinadas à seção “Legislativo”, com noticiário sobre a Assembléia Legislativa do Estado.

A matéria de abertura, a respeito da manifestação que parou uma das principais artérias do trânsito da cidade, a Avenida Contorno (trecho da BR-101), mais uma vez dá espaço a Amaury Paciello, que relembra outras mortes ocorridas nos estaleiros da cidade, pede providências das autoridades e denuncia: “Isso não é acidente, é assassinato”. Todas as demais vozes ouvidas na matéria principal também saem em defesa dos trabalhadores.

Na primeira sub-retranca, quem agora ganha vez para atacar a situação do estaleiro é a equipe de fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), que após vistoriar o local do acidente resolve recomendar aos seus superiores a interdição do estaleiro. Todas as vozes ouvidas neste trecho da cobertura, com exceção de uma única, saem em defesa dos operários e denunciam as “péssimas” condições de trabalho no Renave.

O engenheiro Nelson Marques ganha voz mais uma vez para defender o estaleiro, só que ele não chegou a ser nesta ocasião pessoalmente ouvido pelo jornal. Suas palavras, que ganharam apenas oito linhas, foram transcritas de seu depoimento prestado na 76ª DP (Centro–Niterói). O motivo pelo qual o representante da empresa não foi pessoalmente ouvido é impossível de se saber tanto tempo depois (se não quis falar com a imprensa, se não foi encontrado, se o jornal não se empenhou em procurá-lo, etc.). O interessante é destacar o espaço tão curto que ganhou para defender o Renave numa página inteira em que um número infinitamente maior de linhas e fontes se destinam a atacá-lo. O uso de seu discurso como

estratégia para se garantir a chamada imparcialidade da imprensa, neste caso, não encobre a clara parcialidade do jornal pela posição das vítimas.

Nas outras duas retrancas mais uma vez predominam as vozes de revolta — agora dos parentes e colegas das vítimas — contra o estaleiro e das denúncias quanto às péssimas condições de trabalho. As 12 últimas linhas da quarta retranca, no entanto, são dedicadas a mais uma voz em defesa do estaleiro. Um operário que não se identifica, mas que nem por isso perde sua importância como fonte, garante que não houve explosão e que o esquema de segurança do estaleiro, apesar da tragédia, “é bom”. Sobre as declarações que se voltam contra o estaleiro é merecedor de destaque o resgate da voz de uma das vítimas fatais. Através do depoimento da mãe de Sebastião Carlos da Silva, seus temores de que pudesse ocorrer um acidente são revelados. O mesmo se deu com Gilson Jardim, que também depois de morto tem seus receios quanto ao risco de uma tragédia provocada pelo guindaste que o mataria trazidos à tona pelo sogro, Constantino Gomes Alves, entrevistado para a edição de 10.1.96 de *O Fluminense*.

A edição do dia 15 de dezembro já não dá voz à empresa. A matéria, que aparece agora como uma sub-retranca da manchete sobre as demissões em outro estaleiro, dedica-se exclusivamente a falar sobre as muitas irregularidades cometidas pelo Renave, as diversas infrações, medidas judiciais tomadas contra a empresa e as críticas da Delegacia Regional do Trabalho. Mais uma vez Paciello tem espaço para uma nova reclamação cujo alvo é o estaleiro Renave. Na última edição que aborda o caso, no dia 16 de dezembro, só falam o metalúrgico Sebastião Mauro e o presidente do sindicato, que ganha 18 linhas, 14 das quais em discurso direto para denunciar as péssimas condições de segurança nos estaleiros da cidade, em especial no Renave, que, segundo ele, já teria sido denunciado pelos problemas verificados ao Ministério Público. Também criticou a atuação das empreiteiras dentro dos estaleiros e denunciou o alto número de mortes no ano, segundo ele, dez — nem todas registradas pelo jornal.

Ora, bastaria esta análise para que pudéssemos apresentar uma primeira conclusão deste trabalho: a cobertura do casos mostra uma clara tendência do jornal a apoiar a posição dos metalúrgicos diante do problema. Mais do que isso, podemos até dizer que o jornal “comprou” a briga do sindicato da categoria, apresentando-se, ao longo dos textos, quase como que um porta-voz da entidade e dos operários. Mas nada disso saiu de graça para o sin-

dicato, que, segundo atestou João Marins, ganhou credibilidade ao passo que suas denúncias foram se tornando fatos reais.

Fica clara, então, essa tendência do jornal em ouvir e dar maior crédito às versões dos operários, vítimas sofredoras dos empresários. Sobre estes, a partir das denúncias feitas pelos sindicalistas, pode-se montar uma imagem de “vilões”, que impõem seu poder econômico sobre os funcionários — as vítimas sofredoras desta forma de violência —, forçando-os a trabalhar em condições inseguras e submetendo-os aos muitos riscos. Assim, o jornal deu espaço para que o sindicato — como o próprio Amaury dizia na reportagem de 25 de janeiro de 1994, sobre a manifestação em protesto por mais uma morte no estaleiro Mauá — mostrasse “à opinião pública que os patrões têm uma postura negligente em relação à vida de seus empregados”.

E essa postura negligente foi mostrada pelo sindicalista, que soube aproveitar o abertura do jornal não somente para comentar o acidente em questão, mas também para pintar o retrato da atividade metalúrgica. Neste espaço, então, foram levantadas outras questões, tais como a terceirização da mão-de-obra, a falta de equipamentos de proteção individual (EPI), o trabalho sem vínculo empregatício e, desta forma, a negação dos direitos trabalhistas dos operários, a falta de atenção aos trabalhadores acidentados por parte da empresa, falta de condições mínimas de higiene, como falta de talheres nos refeitórios de algumas empresas, críticas quanto à atuação dos órgãos oficiais, como a DRT, denúncias sobre transporte de cadáveres, estatísticas de acidentes de trabalho, com ou sem morte, o problema da silicose, mistura de areia ou outras substâncias à granalha de ferro, entre tantos outros. O mesmo espaço também foi utilizado para a apresentação do posicionamento dos trabalhadores em relação a algumas questões, como a prioridade de uma greve por negociação salarial contra outra em que era exigida mais segurança (noticiada em 1.4.92) e como a intenção dos metalúrgicos de evitar a interdição do estaleiro onde ocorreu um acidente, já que com a empresa fechada ficariam também sem trabalho (caso citado na edição de 16.12.94).

Outra característica clara da cobertura dos acidentes na indústria é a hierarquização dos fatos no periódico. As matérias sobre os riscos e os acidentes envolvendo os metalúrgicos foram por 19 vezes (49% do total das matérias publicadas) editadas como a manchete da página, ou seja, o assunto mais relevante da editoria. Mesmo nas vezes em que não foram manchete, os acontecimentos estiveram posicionados na parte alta ou no meio da página, em pelo menos duas ou três colunas, o que demonstra certo destaque. Poucas foram as vezes em

que os assuntos referentes aos metalúrgicos foram parar no pé da página e muitas vezes mereceram foto. Em 17 edições de *O Fluminense* (45%), essas notícias estiveram estampadas na primeira página do jornal. Tanto espaço — e vale lembrar que o espaço em uma página de jornal, para anúncio, sairia caro — e destaque deixa bem clara a importância dada pelo periódico a esses temas, importância esta justificada, com certeza, pela capacidade do assunto de atração de leitores, como já vimos.

Percebe-se também que os fatos relativos aos metalúrgicos tiveram maior destaque nos momentos de protesto ou manifestação da categoria, quando a notícia deixou de se referir somente aos operários navais, passando a ter conseqüências também para outras pessoas que não as diretamente ligadas ao setor naval, como foi o caso das passeatas noticiadas em 17.8.93, 25.1.94 e 14.12.94, que pararam o trânsito em toda a cidade, causando transtornos aos moradores e trabalhadores de uma forma geral. Podemos interpretar isso pelo fato de, nesses momentos, as vítimas deixarem de ser apenas os operários navais e passarem, agora, a ser todos aqueles que sofrem a ação da violência de resistência promovida pelos metalúrgicos. Eles agora, para chamar a atenção, envolvem diretamente a opinião pública em seu problema, dividem-no com ela.

Mesmo ficando clara essa maior atenção aos casos das passeatas que param a cidade, ou aos acidentes com múltiplas vítimas, como foi o ocorrido em dezembro de 1994, deve-se destacar que muitos outros casos que envolveram os metalúrgicos também ganharam destaque expressivo. As interdições dos estaleiros, por causa da falta de segurança, também foram destacadas, assim como as repercussões de alguns casos, como a fiscalização e interdição do Enavi em fevereiro de 92 e as denúncias feitas pelo Sindicato dos Metalúrgicos ao Ministério Público do Trabalho em 1993.

Mais uma observação que podemos fazer refere-se à seção do jornal em que as matérias foram acomodadas. Mesmo que tenha havido mudanças na denominação das editoriais, notamos que na maioria das vezes em que a questão da saúde do trabalhador de alguma forma foi noticiada no jornal, 23 (59%), as matérias foram parar na página de Estado, enquanto outras oito reportagens (21%) ficaram na de Cidade ou Cidades. Normalmente, esta última editoria é dedicada aos fatos locais, ocorrido em Niterói ou nas cidades vizinhas e referentes a elas. Já a página de Estado costuma ser dedicada às matérias que ocorrem fora da região de Niterói, nos municípios do Interior, ou que têm importância para todo o Estado. Como o espaço onde ocorrem esses acidentes é dentro de Niterói, devemos então considerar que, para *O*

Fluminense, as questões dos metalúrgicos ou da indústria naval são tidas como de relevância estadual. Poucas vezes, como vimos, foram considerados problemas apenas locais.

É interessante também notar que pelo menos três vezes (8%) os acidentes foram considerados casos de Polícia (em 18.2.94, 13.12.94 e 12.6.97), uma vez que foram posicionados nesta editoria. Algumas vezes (duas — 5%), estiveram editados nas páginas de Nacional/Geral ou Nacional/Internacional, o que leva-nos a imaginar que *O Fluminense* os tratou como de interesse nacional. Porém, vale aqui uma ressalva. Como é a última editoria a ser fechada e ser dedicada às ocorrências chamadas de geral — não são de uma área específica —, a página de Nacional costuma receber também as matérias locais ou estaduais que não puderam chegar a tempo de entrar nas suas verdadeiras páginas. Alguns noticiários sobre as greves e negociações salariais, que não estão citadas nesta dissertação, também foram acomodadas nas páginas de Nacional ou Economia.

Essa distribuição das matérias pelas editorias sustenta o que Fausto Neto chama de “metáfora conceitual” (Fausto Neto et al, s/d). Trata-se da agregação, através da editoração/diagramação, “de matérias cuja associação produz a emergência de conceitos que se reportam a uma determinada coisa ou situação” (Fausto Neto et al, s/d, p.128). Seguindo essa linha de raciocínio, poderíamos dizer, então, que a agregação das matérias sobre um acidente na página de Polícia, dividindo espaço com outras relacionadas à ocupação de morros por policiais, à briga de presos dentro de um xadrez, ao rapto de uma criança ou a qualquer outra notícia relacionada a crimes não é aleatória, mas circunstancial. O sentido disso poderia ser considerar os acidentes casos de Polícia, tão graves quanto qualquer outro com os quais o fato divide a editoria. Parece até que o jornal concorda com a denúncia feita pelo Sindicato dos Metalúrgicos na edição do dia 14.12.94, de que as mortes de trabalhadores em acidentes nos estaleiros se tratavam de homicídios: “‘Isso não é acidente, é assassinato’, protestou Amaury”.

Além do posicionamento das matérias, número de colunas, fotos e chamadas dedicadas aos casos, podemos também determinar a hierarquização dos assuntos pela numeração das páginas onde as notícias são colocadas. Em 21 das 39 (54%) reportagens aqui estudadas, o noticiário sobre os metalúrgicos foi parar em páginas ímpares. Sabe-se que essas páginas em qualquer periódico são consideradas nobres, por serem, normalmente, as primeiras avistadas pelo leitor ao abrir o jornal. São, inclusive, as páginas onde o espaço publicitário costuma ser mais caro. Exceto pelo caso das editorias de Nacional (página 7 ou 9 de *O Fluminense*) ou Polícia (8 ou 12), que normalmente têm uma única página, portanto, não há op-

ção, as matérias editadas em Cidades ou Estado poderiam ter ficado tanto em páginas pares quanto as ímpares. A escolha, na maioria das vezes, foi pelas mais nobres. E as reportagens colocadas nas páginas mais caras e nobres, podemos afirmar sem receios, são aquelas igualmente consideradas de maior destaque.

Outro dado que se deve destacar aqui refere-se ao uso de anáforas (repetições de acontecimentos já noticiados) nas suítes dos casos que renderam cobertura mais longa, como as mortes de dois metalúrgicos no Enavi e no Mauá em fevereiro de 92, no Mauá em março deste mesmo ano, no Renave e no Enavi, em fevereiro e abril de 96, e o acidente de dezembro de 94, que vitimou quatro operários, isso sem falar na denúncia feita pelo sindicato ao Ministério Público do Trabalho em setembro de 1993. Além de alguns fatos noticiados já no primeiro dia da cobertura e repetidas a cada suíte, também são lembrados ao longo das edições subseqüentes outros acidentes com mortes na indústria naval e uma série de processos que corriam na Justiça do Trabalho contra os estaleiros por tragédias do mesmo tipo.

Essa repetição, segundo Fausto Neto, funciona para o receptor como “uma forma de construir uma melhor opinião sobre o presente” (Fausto Neto, s/d, p.128). Opinião essa que, podemos prever, será desfavorável para as empresas, já que, como nos mostra Allan Manzur, já trabalhado nesta dissertação, o público tenderá sempre a absorver melhor as informações negativas sobre a questão noticiada. (Manzur, apud Lichtenberg & Maclean, 1992, p.13) Então, quanto mais informações negativas sobre os estaleiros são passadas para a opinião pública através da mídia, mais motivos ela terá para, junto ao jornal, julgar e condenar a empresa e exigir soluções e ação dos órgãos competentes. Mas tais dados precisariam ser passados ao jornal por uma fonte oficial legitimada para, junto com o fornecimento das informações, fazer as conseqüentes denúncias contra os estaleiros. Função essa desempenhada pelo Sindicato dos Metalúrgicos e seu presidente.

Quanto à diferença entre a atenção dada por *O Fluminense* e os jornais cariocas, nota-se, nos exemplos citados, que o periódico niteroiense sempre deu maior destaque do que os concorrentes. O único caso em que foi diferente foi o acidente noticiado em 10 de janeiro de 96, quando o caso recebeu maior destaque de *O Dia*, cuja edição Grande Niterói, totalmente voltada para a cidade e municípios vizinhos, tinha sido lançada há pouco tempo e a concorrência de leitores com *O Fluminense* era ainda grande. Os motivos que levam o periódico niteroiense a reduzir o destaque do caso na hierarquia dos assuntos tratados na página, ao contrário do que vinha fazendo, é impossível de se saber tanto tempo depois. Esse tratamento

torna-se ainda mais estranho se levarmos em conta que em 95 não foram noticiados acidentes e, portanto, não se pode falar em banalização desses casos. As tragédias nos estaleiros mantinham sua posição de novidades, devendo, como tal, continuar a despertar interesse da mídia e do público.

De qualquer forma, fora esses exemplos, os demais jornais voltam suas atenções a Niterói somente nos casos das passeatas e dos acidentes graves ou interdições de estaleiros, como foi o caso das tragédias de fevereiro de 1992 e dezembro de 1994 ou dos protestos de agosto de 1993 e janeiro de 1994. Mas nota-se que, mesmo nesses episódios, os jornais de fora da cidade, além de noticiarem de forma bem mais tímida os acidentes ou manifestações, também não voltaram a eles nos dias subseqüentes, como fez *O Fluminense*, até que o fato fosse esgotado.

Os casos de agosto de 93 e janeiro de 94 merecem mais atenção nesta análise. Ambos tiveram destaque também dos jornais cariocas devido às manifestações promovidas em protesto pelas mortes de operários. Comparando o espaço cedido pelos periódicos vemos que, no primeiro fato, além de *O Fluminense*, apenas *O Dia* fez do assunto manchete de página. Nas demais publicações, o assunto recebeu tratamento hierarquicamente inferior em suas respectivas páginas, ganhando apenas de uma a três colunas, sempre em meio ou pé de página. Em todos os jornais que noticiaram a passeata (também *JB*, *O Povo* e *A Notícia*) os títulos destacaram a morte ou falta de segurança e o protesto. Os textos tratavam ainda da revolta dos metalúrgicos e das acusações de descaso dos patrões e tinham como principal fonte Amaury Paciello, cujo discurso era transcrito.

Em janeiro de 94, a abordagem de mais uma passeata dos metalúrgicos que parou Niterói não foi diferente. O caso também despertou a atenção dos jornais cariocas, que tiveram Paciello mais uma vez como principal fonte. Se considerarmos que, mesmo se tratando do presidente da categoria, seria difícil de se encontrar um determinado indivíduo no meio de uma multidão de manifestantes, chegaremos à conclusão de que, para ser ouvido por todos os jornais, Amaury teria que, obrigatoriamente, ter uma participação mais ativa no contato com a imprensa do que simplesmente aguardar que os repórteres o localizassem. Teria que ele próprio procurar as empresas jornalísticas para, como fonte, dar as informações. Passar seu discurso. Ao que tudo indica, isso foi feito. *JB* e *O Globo*, se levarmos em conta as características do que publicaram (textos pequenos, sem fotos, com informações restritas e pouco descritivas), sequer estiveram presentes ao protesto.

Os demais jornais que trataram do caso (*O Dia*, *O Povo*, *A Notícia* e *Jornal do Commercio*) também posicionaram as matérias em suas páginas com menor destaque, em duas ou três colunas, em meio ou pé de página, embora todos, com exceção do *Jornal do Commercio*, tenham dado chamada de primeira página, o que confere também certo destaque dado pelo órgão de imprensa. *O Dia* deu um pouco mais de destaque na capa, estampando uma foto da manifestação em quatro colunas. Os títulos de todos os jornais (incluindo *O Fluminense*) chamavam para o protesto/revolta, morte e greve e os tetos exaltavam a história de vida do metalúrgico morto. *O Dia* dava ainda o crédito a *O Fluminense* de ter descoberto a identidade do operário, evitando assim que fosse enterrado como indigente.

Além do texto, um outro artifício é usado na cobertura jornalística para atrair a atenção do público leitor e para complementar o discurso: as imagens. Elas estão presentes em 26 das 39 reportagens aqui trabalhadas (67%). Em nove delas (23% do total), Amaury Paciello era o personagem da fotografia. Essa repetição das imagens do sindicalista, que acontece também nas reportagens sobre outras temáticas envolvendo os metalúrgicos — greves, negociações salariais, etc. —, podemos dizer que transformaram o presidente do sindicato em um ícone dos metalúrgicos. Amaury, assim, tornou-se uma imagem icônica da categoria profissional, como aquela definida por Milton Pinto no item 3.2.3 deste estudo.

Mas o que vai predominar mesmo nas páginas de *O Fluminense*, como podemos ver, é o modelo de imagem testemunhal. No acidente de dezembro de 94, por exemplo, na primeira edição abordando o caso, no topo da primeira página, abaixo somente das duas linhas da manchete, destaca-se a foto colorida em quatro colunas onde se vêem as pernas, amarradas por ataduras, dos quatro operários mortos, estendidos no chão do Hospital Universitário Antônio Pedro (Huap). Os troncos e cabeças estão cobertos por lençóis, parcialmente levantados por duas pessoas, uma delas vestida de branco, possivelmente uma funcionária do centro médico. Na legenda, uma frase retirada da denúncia feita pelo presidente do sindicato: “Os quatro metalúrgicos já teriam chegado mortos ao Hospital Universitário Antônio Pedro”.

Na página 8, apenas uma foto ilustra a matéria. Em duas colunas, a imagem mostra a fachada do estaleiro. No portão principal, o nome da empresa: Renave. Por trás, no interior do pátio, uma viatura do Corpo de Bombeiros. A legenda indicava: “Bombeiros foram chamados para conter o incêndio no Metalnave II”, mais uma vez uma frase que segue as informações fornecidas pelo sindicalista. Deve-se lembrar que quem fala em fogo, que precisaria ser apagado por bombeiros, é Amaury Paciello. O engenheiro de segurança do estaleiro

sustenta que o que houve foi apenas um “princípio de incêndio” e que os operários teriam sido vitimados não pelas chamas, mas pela fumaça que os teria intoxicado e asfixiado.

No dia 14, a foto em cor, também no topo da primeira página, mostra uma multidão de metalúrgicos caminhando juntos e bloqueando a pista da Avenida Contorno. Ao fundo, uma imensa fila de carros engarrafados atrás da manifestação. Na página interior, uma foto semelhante ilustra a retranca principal da matéria. A primeira sub-retranca não tem imagens, ao passo que a segunda leva a reprodução de uma foto 3x4 do soldador Eduardo Soares de Freitas, morto no incêndio. A última sub-retranca exhibe a foto do cortejo fúnebre que leva o caixão com o corpo de uma das vítimas para o sepultamento. No dia 15, a primeira página já não traz mais fotos referentes à matéria e, na página interior, aparece apenas uma fotografia referente ao caso, a do delegado regional do Trabalho, Milton Steinbruck, com uma legenda que informa exclusivamente seu nome. Na edição do dia 16 também não há imagens.

Como podemos ver, nas edições dos dias 13 e 14 as fotos publicadas levam o leitor ao local do acontecimento noticiado: o Hospital Antônio Pedro, onde estavam os cadáveres; a porta do estaleiro, onde bombeiros trabalhavam na tentativa de controlar a situação e salvar vítimas; o cemitério, onde os corpos estavam sendo enterrados; e a Avenida Contorno, onde os trabalhadores faziam a passeata. Ao contrário de *O Fluminense*, que esteve presente ao acontecimento e o testemunhou, como as fotos mostraram, em suas edições do dia subsequente ao acidente, *O Dia* não usou qualquer fotografia para compor o discurso, enquanto o *Jornal do Brasil* utilizou-se de uma imagem icônica — uma foto aérea da área do estaleiro — para ilustrar a reportagem. Desta forma, os dois jornais deixam transparecer que não testemunharam o ocorrido e, portanto, podemos dizer que, além de não chamarem tanta atenção para o caso, também não passaram a mesma idéia de precisão das informações atribuída a *O Fluminense* por suas imagens testemunhais.

Outro exemplo de imagem testemunhal que vai levar o leitor ao estaleiro onde ocorreu um acidente é a foto publicada na edição de 10 de janeiro de 1996, do corpo do metalúrgico Gilson Jardim, já na maca do Corpo de Bombeiros, pendurado por um guindaste. Também esta imagem fala por si própria. É ela mesma sujeito e predicado, embora o uso da legenda ajude o público a identificar as circunstâncias em que ocorreram a cena. Mais do que chamar a atenção para as reportagens, conferindo também uma posição hierarquicamente superior em relação a outras matérias da página que não têm o mesmo chamariz, as imagens dão maior credibilidade ao discurso jornalístico, mostrando que os jornais foram testemunhas do

fato. Estiveram lá e, portanto, teoricamente têm a contar detalhes precisos e “verdadeiros” do ocorrido.

Com as manifestações ocorre o mesmo. Nas de agosto de 93 e janeiro de 94, assim como na noticiada em 14.12.94, as fotos do tumulto do protesto em *O Fluminense* e outros jornais (*JB* em 17.8.93 e *O Dia* e *A Notícia* em 25.1.94) conferem maior credibilidade à cobertura. Da mesma forma, são mais um fator de hierarquização dos casos dentro de suas editorias, contrabalançando com o posicionamento inferiorizado das reportagens no meio ou pé de página. Este seria, então, um caso típico do tratamento da especialização/localização da imagem abordado por Milton Pinto no capítulo 3 desta dissertação.

Retomando Fausto Neto, lembramos ainda que a emoção da notícia é traspasada pelas fotos. Através das fotografias, diz ele, os jornais buscam, de alguma forma transmitir para o leitor emoção, alegria, dor, choro, ultrapassando os limites verbais do discurso indireto, que não consegue transpor literalmente os elementos *emocionais* e *afetivos* do discurso verbal. (Fausto Neto et al, s/d) Assim, a foto dos parentes e amigos dos metalúrgicos mortos, chorando desesperados nos sepultamentos, ou mesmo a dos corpos, passam ao destinatário da notícia a emoção não transmitida pelo texto. Além disso, voltamos a destacar, essas fotos vão se apresentar como uma prova real e incontestável do fato ocorrido, informação essa não passada, por exemplo, pela imagem icônica do *JB* de 13.12.94.

Mas a emoção não deixa de ser passada, em outro nível, também pelo texto em situações específicas. No caso do acidente de dezembro de 94, por exemplo, isso não ocorreu com os textos do *JB* ou de *O Dia*, que foram objetivos e concisos, mas se registrou em *O Fluminense*. A emoção passada pelo texto é indiscutível em alguns trechos em que transparecem as condições psicológicas e físicas dos sujeitos, o que acaba por apelar também pela emoção do leitor. Na primeira reportagem sobre o caso, na edição de 13 de dezembro, por exemplo, é descrita a “indignação” do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos diante das afirmações do engenheiro Nelson Marques.

Também é repassado para o leitor o clima de “nervosismo” e “aflição” na porta do Hospital Universitário Antônio Pedro, onde os parentes das vítimas aguardavam notícias e, “chorando”, tentavam entrar à força na unidade médica para ver as vítimas. Ao descrever a situação de dois dos feridos, um deles falando com “dificuldade” ao repórter, mais uma vez o texto apela para a emoção do leitor. Na matéria do dia 14.12, a descrição do protesto dos colegas das vítimas, do Sindicato dos Metalúrgicos e dos demais sujeitos que aparecem na edi-

ção, em especial nas retrancas referentes à liberação e enterro dos corpos das vítimas, também vão traspasar emoção. Nestes trechos, revolta, indignação, reclamação, tensão, questionamento, emoção, desabafo, protesto são substantivos pertencentes ao campo semântico de revolta e dor, usados para descrever o estado de espírito dos indivíduos que perderam parentes ou amigos na tragédia. Emoções essas que, como não poderia deixar de ser, contagiam o repórter — não-sofredor que observa as vítimas infelizes — e são repassadas para o leitor — outro não-sofredor que vai, igualmente observar os infelizes metalúrgicos e seus parentes e amigos igualmente desafortunados.

Uma questão equivalente tratada pela vitimologia e pela saúde do trabalhador, a da culpabilização da vítima, tem também nas páginas de *O Fluminense* um exemplo típico. Em 27.3.92, a matéria sobre a morte de Dejair Ribeiro, o periódico fala do resultado do inquérito interno sobre o acidente, que apontava para a responsabilidade da própria vítima. O operário teria praticado um ato inseguro ao utilizar-se de uma passagem inadequada. Vemos, no entanto, que apesar de não se negar a dar esta versão, o crédito maior, conferido através de espaço para justificação de seu posicionamento, é dado à engenheira Livia Arueira, que descarta esta hipótese, explicando que a passagem considerada era igualmente insegura. Tratava-se, desta forma, não de um ato inseguro do trabalhador, mas de uma ação dolosa da empresa que por negligência ou falta de diligência oferecia ao trabalhador condições impróprias para a execução de suas atividades.

Por fim, uma última análise que se pode fazer desse material descrito do item anterior desta dissertação é a comprovação da tese inicial de que, embora contribua para o sistema de vigilância dos acidentes de trabalho, fornecendo informações sobre os ocorridos, em hipótese alguma os jornais podem ser considerados suficientes para a elaboração de um mapa completo da incidência dos acidentes, haja visto algumas falhas observadas. A morte de Valmir Soares Pereira (noticiada em 25.1.94) é a maior prova de que as informações levantadas pelos jornais servem para o mapeamento dos acidentes. Como se viu, o operário foi identificado como vítima de acidente do trabalho graças à atuação de *O Fluminense*. Já o ocorrido com o operário Amaro (Mário) Simão, no Renave, é exatamente prova do contrário. Sua morte não foi noticiada, embora tenha vindo a ser citada por Amaury Paciello na reportagem de em 16 e 17 de fevereiro de 92, sobre os acidentes que vitimaram Maurício Silva e Leandro Gabriel Ferreira e que renderam a interdição do Enavi e do Mauá.

O resgate deste caso, assim como o das mortes noticiadas em 10.7.91, é sem dúvida conquista do sindicalista, que conseguiu trazer à tona casos que não foram tratados pela imprensa na época em que ocorreram e que jamais voltariam à discussão não fosse a perspicácia da fonte em aproveitar o momento e o espaço para rerepresentá-los. Por outro lado, não constam do jornal qualquer citação às mortes de Luiz Peçanha (18.8.90) e Luiz Francisco Peçanha de Lima (24.6.93), registradas pelo sindicato.

O caso de Maurício Silva é outro exemplo de falha do jornal que prejudicaria a elaboração de estatísticas das mortes por acidentes na indústria naval de Niterói, caso *O Fluminense* fosse usado como única fonte de informação. Seu acidente, noticiado em 15 de fevereiro de 1992, ganhou suítes até o dia 20. O operário foi internado em estado grave no Hospital Universitário Antônio Pedro e sua morte não chegou a aparecer no periódico. A citação de seu falecimento se deu no mês seguinte, por acaso, na reportagem sobre outro acidente, publicada em 28 de março.

Outra perda significativa do jornal, não exatamente relativa a um acidente ocorrido, foi a não publicação do processo aberto pelo Ministério Público do Trabalho contra os estaleiros de Niterói em março de 1994, baseado nas denúncias feitas pelo Sindicato dos Metalúrgicos no ano anterior, essas sim noticiadas pelo periódico.

7.1.3 — Relatórios oficiais x informações da mídia

Uma das hipóteses defendidas nesta dissertação é a de que a mídia pode contribuir para o sistema de vigilância em saúde do trabalhador fornecendo informações sobre os acidentes ocorridos em sua área de atuação. Embora não recolhidos por pessoal especializado, os dados publicados nos jornais ajudam a contar as tragédias e a revelar as situações de risco ocorridas no ambiente de trabalho. Se fizermos uma análise comparativa entre relatórios oficiais elaborados por órgãos fiscalizadores, veremos então semelhanças e diferenças básicas entre as informações fornecidas pelos dois segmentos, as quais, podemos desde já afirmar, são muitas vezes repetitivas ou complementares. Quase nunca antagônicas.

O acidente de dezembro de 94 no Renave teve relatórios elaborados pela Divisão de Segurança e Saúde do Trabalhador da DRT e pelo Programa de Saúde do Trabalhador e também pelo próprio estaleiro. Ao compararmos os dois primeiros documentos com o material publicado nos quatro dias de cobertura de *O Fluminense*, o que primeiro nos chama a atenção é a semelhança das informações contidas nas três fontes, embora haja algumas impor-

tantes contradições. Quanto ao relatório da empresa, no entanto, a situação é exatamente contrária, com quase todas as informações antagônicas. A principal contradição observada entre o jornal e os relatórios, incluindo o do estaleiro, refere-se à versão da explosão (que consta também da matéria do *Jornal do Brasil*), fornecida aos repórteres pelos sindicalistas e sustentada com ênfase durante os dois primeiros dias da cobertura. Nenhum dos relatórios da fiscalização ou da empresa sequer cita essa possibilidade. Falam apenas que as vítimas, segundo laudo hospitalar, sofreram intoxicação por fumaça e queimaduras, e que havia marcas de fogo no navio.

Quanto à descrição dos fatos, no entanto, vemos que apesar da falta de domínio sobre o assunto, o jornal antecipou em pelo menos um dia as conclusões dos dois relatórios, que só foram elaborados a partir da vistoria realizada no estaleiro no dia seguinte ao acidente (13.12), quando o periódico já havia noticiado o caso e as primeiras conclusões. Em outras palavras, *O Fluminense* chegou primeiro e começou a trabalhar horas depois do ocorrido, ouvindo, inclusive, pessoas emocionalmente envolvidas. Fez o contato com a sociedade, sua importante função, segundo Machado. (Machado, 1996, p.22) *O Dia* e o *JB*, com seus textos concisos, não chegam a fornecer essas informações. Apenas dão dados gerais sobre o ocorrido.

Já na edição de apresentação do caso, no dia 13.12, o jornal faz um primeiro relato do acidente, o que será repetido também nos dois relatórios, embora de forma mais específica, tratando de detalhes técnicos não abordados pela reportagem, como a descrição do compartimento onde trabalhavam as vítimas: local confinado, de difícil acesso e evacuação, que se fazia através de aberturas no casco, entre outras características. O texto jornalístico dá conta de que o Metalnave II, onde ocorreu a tragédia, estava ancorado há cerca de 15 dias no cais do Renave na Ilha do Viana, no Barreto, em Niterói. Continua afirmando que a embarcação era usada normalmente para o transporte de gases, surgindo aí a primeira contradição. Nenhum dos dois relatórios confirma o tipo de carga comum nos porões da embarcação e chegam a discordar entre si. Segundo o documento do PST, o navio transportava usualmente “materiais líquidos, chamados de ‘líquidos claros’, que consistem em produtos de química fina”. Já o da DRT atestava que o Metalnave II costumava levar em seus tanques produtos derivados do petróleo. A fonte do periódico para identificar o tipo de carga foi o engenheiro de segurança do estaleiro, Nelson Marques. Nos relatórios oficiais não há citação sobre a origem das informações que foram transcritas. O documento da empresa não informa o tipo de carga normalmente transportada no navio.

O jornal conta ainda que o acidente ocorreu às 13h48min, quando os funcionários, cuja quantidade não é determinada, faziam reparos na estrutura do navio. Os dois relatórios dos órgãos fiscalizadores tentam levantar o número de operários que trabalhavam na embarcação na hora do incêndio — 19 segundo o documento do estaleiro, incluindo as sete vítimas citadas —, a fim de definir quantos outros trabalhadores poderiam ter sido também atingidos, uma possibilidade que já fora levantada pelo periódico através da fala do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. O da DRT fala entre 20 a 25, prevendo que pelo menos outros 20 teriam também sido intoxicados, enquanto o do PST, de 30. Os documentos, no entanto, são contraditórios ao informarem o horário em que a fumaça negra teria sido percebida. O do PST se aproxima ao fornecido por *O Fluminense*, 13h50min. Já o da DRT atrasa o acidente em quase uma hora, às 14h30min. De acordo com relatório elaborado pelo estaleiro, o sinistro ocorreu às 13h40min.

A possível *causa mortis* dos operários é apresentada pelo jornal através das palavras de um representante da empresa, o engenheiro de segurança. Segundo ele, o fogo havia sido pouco e os funcionários foram mortos não por queimaduras, mas pela inalação de fumaça tóxica. O relatório da DRT afirma também a intoxicação dos operários por fumaça e gases tóxicos, mas reproduz as informações dos boletins do Hospital Universitário Antônio Pedro, para onde os mortos e feridos foram levados, atestando que as vítimas tinham também queimaduras, ao contrário do que sustentava o funcionário de confiança da empresa. O relatório do Renave fala apenas em intoxicação.

Outra antecipação do periódico refere-se à publicação da denúncia de Amaury Paciello de que as quatro vítimas fatais já teriam sido retiradas do navio sem vida e, mesmo assim, levadas para o hospital, o que seria uma estratégia para livrar o estaleiro do flagrante policial. O documento do PST usa também depoimentos de outros trabalhadores para informar que as quatro vítimas fatais já estavam mortas quando foram removidas do local do acidente. Já o da DRT utiliza-se dos boletins de ocorrência do Hospital Antônio Pedro para fazer a mesma afirmação. O relatório do Renave afirma que todos foram removidos com vida para a unidade médica.

As falhas dos equipamentos de combate a incêndio também são levantadas pelo jornal, através de denúncias de colegas das vítimas, que davam conta de que pelo menos uma das mangueiras estava seca. As equipes do PST e da DRT foram mais adiante ao descre-

ver a precariedade do sistema de extinção do fogo, também atestada pelos metalúrgicos. De acordo com a primeira:

A operação de combate ao fogo foi sensivelmente prejudicada, devido a vários fatores, entre os quais se destacam: problemas anteriores de vazamento nos hidrantes e em suas conexões dificultando o acoplamento das mangueiras e a saída de água; registros fechados; mangueiras furadas e comando operacional múltiplo. (Vasconcellos & Machado, 1994, p.2)

Já os fiscais da DRT economizaram palavras para apresentar mais esta falha. Eles coletaram informações do empregado da empresa Geraldo Nicásio de Barros, que dava conta de que, apesar de pouco depois do incêndio constatado terem sido providenciadas mangueiras para o combate ao fogo, “tal medida foi em vão dado que o sistema hidráulico encontrava-se desligado [...]”. (Arueira et al, 1994, p.2) O relatório do estaleiro diz que as mangueiras foram providenciadas mas não precisaram ser usadas, uma vez que não teriam sido localizados focos de fogo.

O Fluminense também se antecipa ao dar a identificação das sete vítimas — só o relatório da DRT também vai identificar os mortos e feridos (Arueira et al, 1994). Ao contrário dos documentos oficiais, elaborados somente no dia posterior ao acidente, o jornal vai colher, ainda no hospital, o depoimento de um dos sobreviventes, Ademir da Costa, que fala sobre a impressão que teve do ocorrido. Além disso, o periódico descreve a situação em que ele e outro ferido se encontravam devido o fato. Informações que os relatórios não teriam condições de reproduzir, já que seus autores não tiveram contato direto com os sujeitos ainda sob o impacto da tragédia.

Outras constatações dos relatórios oficiais, que apontaram um número bem mais expressivo de falhas, tais quais precariedade do sistema elétrico e de ventilação (o relatório da empresa diz que o ambiente onde os operários trabalhavam tinha boa ventilação), falta de equipamentos de segurança, condições inadequadas de trabalho, etc., não foram tratadas pelo jornal na primeira edição subsequente ao dia do acidente, até porque, vale lembrar, os jornalistas não tiveram acesso ao interior do estaleiro, ao contrário dos fiscais da DRT e do PST. E mesmo que tivessem com certeza não teriam as mesmas condições de avaliar a situação que o pessoal especializado, que tem olhar específico e técnico sobre o ocorrido, impossível para os jornalistas. Essas informações, então, só viriam a ser publicadas no dia seguinte às inspeções, quando a reportagem usaria como fonte os próprios fiscais.

Mais um ponto interessante a tratar aqui seria o da imprecisão de algumas informações, que se acontece na imprensa, pode ser observada também nos relatórios oficiais. No entanto, essas falhas não chegam a comprometer o resultado final e semelhante das inspeções, da mesma forma que alguns equívocos encontrados no texto jornalístico também não anulam seu valor como um documento de interesse para o sistema de vigilância, por apresentar um primeiro relato das condições em que ocorreram o acidente.

Algumas das pequenas falhas estruturais encontradas nos relatórios oficiais são:

1^a) Os relatórios apresentam horários contraditórios em que teria ocorrido o acidente, como já foi citado (13h50min, segundo o do PST, 14h30min, de acordo com o da DRT);

2^a) Contradição em relação à carga usualmente transportada no navio, também já abordada (pelo relatório da PST tratava-se dos chamados “líquidos claros”, enquanto pelo da DRT eram derivados do petróleo);

3^a) Troca do nome do navio onde ocorreu o acidente (em vez de Metalnave II, como aparece no jornal e no relato da DRT, os fiscais do PST chamam a embarcação de Metaltanque II, em concordância com relatório emitido pelo Renave);

4^a) O documento da DRT não chega a uma conclusão sobre a denominação do dique onde ocorreu a tragédia, se era Orlando Barbosa ou Orlando Batista. Já o relatório do PST o chama de Dique Cruzeiro.

7.2 — Uma avaliação dos sindicalistas

7.2.1 — A história sindical de Niterói

A indústria naval brasileira é, juntamente com a produção de açúcar, a mais antiga atividade industrial brasileira. Ambas, desde os primórdios, reuniam os maiores contingentes de trabalhadores por unidade de produção da colônia. O primeiro estaleiro que se tem notícia no Brasil localizava-se na Urca, no Rio de Janeiro, e em 1531 já estava em atividade atendendo à encomenda de duas embarcações feita por Martin Afonso de Souza. No século XVIII já se tem notícias, segundo Elina Pessanha, dos movimentos de resistência dos trabalhadores da navegação dos portos brasileiros, historicamente ligados aos operários navais e suas lutas. (Pessanha, 1997)

A presença da Corte portuguesa no Brasil e a abertura dos portos deram, segundo a autora, novo impulso à indústria naval brasileira. A história da indústria naval em Niterói é posterior a isso. Data do período da Regência, quando é formulado o primeiro plano para a criação de uma companhia nacional de navegação a vapor e quando as políticas de apoio à navegação se expandem. Entre as companhias beneficiadas pela distribuição das concessões estava a de Nictheroy, que daria origem à Companhia Cantareira, hoje desativada. Em 1845 é instalada também na cidade a Companhia de Fundição e Estaleiro da Ponta d'Areia, do barão de Mauá. De 1849 a 1860, o barão construiu na cidade cerca de 70 embarcações, além de máquinas e implementos agrícolas, tubulações para obras públicas e pontes de ferro. Seguiram-se, na cidade, as instalações em 1905 da Companhia de Comércio e Navegação, na Ponta d'Areia, e de um parque industrial na Ilha do Viana, no Barreto, resultado de uma associação entre a Companhia Nacional de Navegação Costeira e a família de Henrique Lage.

Entre meados do século XVIII e o século XIX, os movimentos dos trabalhadores da indústria naval já fervilhavam, baseados nas primeiras idéias que se pode identificar como socialistas e marcados por tentativas de criação de partidos mais voltados para as causas específicas dos trabalhadores, além de inúmeras agitações grevistas. Na década de 1920, Henrique Lage precisou ser socorrido por duas vezes pelo Banco do Brasil para poder pagar os salários dos operários em greve. O I e o II Congresso Operário Brasileiro, respectivamente entre 1906 e 1913, já contaram com a presença de duas entidades sindicais de Niterói, o Centro Operário Fluminense, no I, e o Círculo Operário Fluminense, no II. Depois de um período de refluxo das greves, como reflexo da I Guerra Mundial e das perseguições do movimento operário na década de 1920, é fundado em 1922 o Partido Comunista, em Niterói.

Na década de 40, marcada pela encampação de várias empresas de navegação, institucionaliza-se, então, o núcleo do Sindicato dos Operários Navais, sediado em Niterói e que representava também os operários navais de toda a Baía de Guanabara e de Angra dos Reis. Em 1953, a greve dos Marítimos teve participação ativa dos operários de Niterói e os conselhos sindicais começaram a se expandir dentro e fora dos estaleiros da cidade, como o Mauá e o da Ilha do Viana, que havia pertencido a Henrique Lage e posteriormente se tornaria o estaleiro Renave.

O início da década de 60 foi marcado pela expansão da indústria naval e da influência política dos operários navais, mas o golpe militar de 1964 desarticulou em parte o movimento sindical. Os marítimos e os metalúrgicos são divididos em sindicatos diferentes e

em Niterói, onde se baseava a parcela mais combativa dos trabalhadores da indústria naval, depois de lutarem contra o reenquadramento como metalúrgicos e pela recuperação de seu sindicato, os operários se filiam progressivamente ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Niterói e Itaboraí. Em 1979 ocorre, deflagrada pelos operários do município, a primeira greve do setor durante a ditadura militar. Entre as principais reivindicações estava a retomada dos direitos perdidos pelos operários navais em 64, principalmente os referentes à carreira, às taxas de insalubridade, à remuneração de horas-extras e à jornada de trabalho. (Pessanha, 1997)

Além do refluxo do movimento sindical, o restante da década de 60 e a década de 70 são marcados pela crise do setor. A produção nos estaleiros diminui sensivelmente, em proporção inversa à do desemprego. Em 1967 é lançado o Programa de Emergência para dinamizar o setor, que envolvia principalmente encomendas de navios para navegação de longo curso. Em 1970 e depois em 1974 são lançados o I e II Plano da Construção Naval, dando novo fôlego ao setor, que na virada da década de 70 para a de 80 chega a empregar 40 mil trabalhadores em todo o País e a ocupar o segundo lugar em volume de encomendas, abaixo apenas do Japão. A crise, no entanto, voltaria a assombrar o setor a partir de 1982 e, sem financiamento, a indústria naval de Niterói vai aos poucos caindo no ostracismo e liberando cada vez mais mão-de-obra. Hoje, as poucas indústrias metalúrgicas que ainda resistem na cidade não empregam, segundo cálculos do Sindicato dos Metalúrgicos, mais do que 600 operários. Entre os anos de 1990 e 1994, a mão-de-obra ocupada pela construção naval no município chegava a cerca de 13 mil.

Mas antes disso, o período de bonança possibilitou, segundo Pessanha, que pouco a pouco o trabalho político se tornasse mais explícito no interior dos estaleiros. (Pessanha, 1997) Em 1980, em Niterói, um ano após aquela primeira greve, setores oriundos da resistência fabril vencem as eleições, substituindo as facções mais tímidas que controlavam o sindicato há anos. Com isso, o trabalho sindical se expande ainda mais no interior das empresas e as greves e manifestações se sucedem, apesar de toda a pressão do Governo militar e da resistência dos estaleiros ao trabalho dos sindicalistas, que são obrigados a atuar do lado de fora das empresas. Articulado com correntes sindicais e posteriormente membro da primeira executiva da CUT, Abdias dos Santos assume a presidência do sindicato em 1980 e é reeleito em 83, dando prosseguimento à arregimentação e mobilização dos trabalhadores com greves e manifestações públicas. O trabalho se mantém nos anos seguintes e até meados da década de 90, quando a construção naval dá seus últimos suspiros, apesar das muitas discussões e tenta-

tivas de se conseguir financiamentos para salvar o setor. A atividade mantida nos estaleiros após este período é inexpressiva em relação ao que foi um dia a indústria naval de Niterói.

7.2.2 — Com a palavra, os sindicalistas

Conhecer rapidamente a história sindical dos metalúrgicos de Niterói e o peso do setor naval na cidade é importante para compreendermos que, quando abre espaço em suas páginas para as questões levantadas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Niterói e Itaboraí, o jornal ***O Fluminense*** não está dando a palavra a uma instituição anônima, sem representatividade, nascida de um dia para o outro. Amaury Paciello, presidente da entidade ao longo dos nove anos dos quais trata este trabalho — foi eleito e reeleito por três gestões entre 1989 e 1998 e só se afastou da direção do sindicato nos períodos em que, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), concorreu às eleições para o Legislativo — sempre soube disso. Para ele, o que fez com que o jornal de Niterói desse tanto crédito às suas causas foi uma combinação de três fatores: tradição e seriedade do sindicato; envolvimento da entidade em todos os movimentos políticos da cidade, como passeatas, greves-gerais, greves de outras categorias (deu apoio aos movimentos de professores, bancários, jornalistas e policiais ocorridos nos últimos anos); e atenção dada pela instituição ao jornal sempre que este precisou dos sindicalistas (todo acontecimento político, econômica ou trabalhista que necessitava de uma repercussão local passava, obrigatoriamente, pela avaliação do presidente do sindicato de maior destaque da cidade).

Na verdade, as greves e acidentes ocorridos na indústria naval de Niterói sempre foram assuntos de interesse para a mídia, em especial ***O Fluminense*** (já em meados da década de 80 o jornal publica algumas matérias sobre casos envolvendo metalúrgicos), mas foi sob a gestão de Amaury Paciello, sem dúvida, o período em que a entidade sindical esteve mais em voga na mídia. Crédito, na opinião do sindicalista João Marins, do próprio Amaury, que, segundo ele, sempre persistiu em recorrer à mídia. “Você tem que fazer a notícia”, ensinava Paciello na entrevista concedida a esta pesquisadora em 10 de março de 1998, poucos dias antes de deixar a presidência do sindicato para José de Oliveira Mascarenhas, que encabeçou a chapa única da eleição sindical.

Único dos colaboradores de Amaury (foi dos quadros do conselho consultivo, diretor de formação, secretário-geral, presidente interino nos períodos de afastamento de Paciello e responsável pelo contato com a imprensa, clipagem e arquivamento do material publi-

cado sobre a categoria e o setor naval nos jornais) que permaneceria na executiva de Mascarenhas, diante do departamento jurídico, João Marins, em entrevista em 5 de março de 98, lembrou que ao assumir o sindicato em 1989, o primeiro passo da diretoria no sentido de divulgar as questões da categoria foi a criação do *Boletim de Base*, uma publicação interna feita pelos próprios sindicalistas. A partir daí, por iniciativa de Amaury, segundo ele, o sindicato passou a recorrer à imprensa local e, embora com o tempo passasse também a recorrer aos jornais regionais, foi sempre *O Fluminense* o que deu o melhor e mais constante retorno. Os periódicos cariocas só costumavam estar presentes nos casos mais graves, com número elevado de mortes, ou nas grandes passeatas. Nas suas palavras:

“Contactamos um jornalista do *Fluminense* e fazíamos o apelo: Nós temos aqui uma matéria. Será que vocês podem dar cobertura à gente? E começaram a surgir aquelas matérias, com importância, mas matérias pequenas. Até surgir espaço para as denúncias. Porque as primeiras matérias da gente foi denúncias. Depois começaram a surgir os acidentes. A gente procurou outros jornais. Teve época aí da gente dar entrevistas a vários jornais. Só que quando as entrevistas tinham assim um cunho bem... quando era um fato de choque, como um acidente em que morreram cinco trabalhadores, toda a imprensa vinha nos procurar e a gente dar entrevista. Uma greve nossa, quando a gente tinha enfrentamento com a polícia, toda imprensa vinha nos procurar. Mas *O Fluminense* a gente destaca porque não foi só nesses momentos. Até nos momentos fora isso, de denúncias nossas, o sindicato queria denunciar alguma irregularidade, a gente ligava pro *Fluminense* e no dia seguinte a matéria estava sendo estampada no jornal.”

As denúncias, lembra João, nem sempre mereceram espaço nos jornais regionais. Alguns — não é o caso de *O Fluminense* nem de *O Dia*, como faz questão de frisar — só falavam dos fatos consumados. E assim, segundo Marins, o sindicato foi ganhando credibilidade diante da mídia, mas por um preço alto, a transformação dos alertas na trágica realidade dos acidentes e mortes nos estaleiros. É o caso, por exemplo, da denúncia de Paciello na edição de 10.7.91, sobre os riscos do serviço na plataforma em reparos no Mauá. O alerta, como vimos, se transformou em realidade noticiada nas edições de 15.2.92 e 27.3.92. Segundo conta o sindicalista:

“Aí foram surgindo e as denúncias nossas foram se tornando realidade mesmo. A gente denunciava que a indústria naval era perigosa, que ia acontecer muita morte. E infelizmente foram acontecendo as mortes. E a imprensa passou a acreditar no que a gente falava.

Porque não adiantava simplesmente a gente chegar na imprensa e fazer uma denúncia e... ficar denúncia por denúncia. As denúncias vieram e foram acontecendo os fatos. Então nós ganhamos credibilidade dentro da imprensa. Por isso que nós conseguimos esse espaço dentro do jornal, principalmente *O Fluminense*. Devido à credibilidade nossa. Não adianta a gente te chamar aqui para fazer uma denúncia e não te mostrar fatos concretos, te mostrar provas. Nós nunca fomos levianos de fazer uma denúncia que não tínhamos provas. Um exemplo: no estaleiro Mauá morrem tantas pessoas por dia. Quando você vai lá verificar, não é nada daquilo. Pelo contrário. Quando nós denunciemos, você vai lá comprovar que o fato tinha ocorrido mesmo. As condições do trabalho... quando a gente fazia denúncia que os trabalhadores não estavam trabalhando com o material de segurança adequado, a gente denunciava pra vocês, e é claro, para o Ministério Público do Trabalho, a Delegacia do Trabalho, e a gente passava pra vocês e vocês iam lá e comprovavam. Então isso tudo fez com que a imprensa acreditasse no nosso trabalho e nos desse cobertura até hoje.”

Apesar de toda essa credibilidade que, segundo atesta, o sindicato conquistou diante da imprensa, João Marins tem consciência de que o jornal não teria dado tanta atenção às questões dos metalúrgicos não fosse a insistência dos diretores em recorrer sempre à mídia, que, acredita, jamais teria espontaneamente ido buscar junto ao sindicato as notícias, a não ser em caso de “uma catástrofe num estaleiro”. E se alguém tem dúvida sobre a validade do auxílio que a imprensa deu, com certeza não é João — e nem Amaury, diga-se de passagem. Marins destaca que a cobertura dada pela mídia teve importância porque tornou o sindicato conhecido em nível nacional; fez com que os órgãos públicos passassem a conhecer os problemas do setor metalúrgico de Niterói e com que os empresários do setor passassem a respeitar mais o sindicato, “porque tinha o jornal como órgão de denúncia das irregularidades existentes na área naval”. E saber usar o espaço do jornal, ensina João, é saber conquistar a opinião pública: “Quando você faz isso, você busca a opinião pública pra você”.

O reconhecimento desse apoio do jornal rompeu fronteiras. João Marins lembra que certa vez, numa reunião de lançamento da chapa da CUT na Câmara Municipal de Volta Redonda, militantes do Sindicato dos Metalúrgicos local, ao saber que ele era de Niterói, procuraram-no para perguntar por que *O Fluminense* dava tanto destaque às questões dos operários navais de Niterói (o jornal sempre teve representativa circulação nos municípios do Interior do Estado). Os sindicalistas de Volta Redonda, conta Marins, chegaram a brincar com ele sugerindo que *O Fluminense* parecia até um boletim do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói.

Outro fato que ficou claro para o diretor sindical nesses anos de convívio com a mídia foi a diferença entre o que ele chama de imprensa burguesa e a popular, representada por periódicos como *O Fluminense*, *O Dia*, *O Povo* e a hoje extinta *A Notícia*. Esses jornais, acredita, são os que o trabalhador compra, porque são mais fáceis de ler e bem mais baratos e são também, segundo Marins, os que têm o melhor relacionamento com os sindicalistas e a melhor aceitação por matérias de denúncias e acidentes. Até porque, podemos afirmar, são periódicos voltados para um público popular e mais envolvido com esses casos que vitimam também indivíduos das camadas sociais populares. Para ele, a tendência é de que também o jornal ganhe noticiando esses casos, porque a vendagem, acredita, é maior nesses dias.

A classificação de imprensa burguesa dada pelo sindicalista, no entanto, não fica bem clara. Ao mesmo tempo em que faz a diferenciação entre esses jornais e os populares, ele sustenta que toda imprensa oficializada é burguesa, porque, afirma, “procura o interesse da pequena burguesia”. Essa definição é sustentada pelo reconhecimento da empresa jornalística como capitalista e que, como tal, segue as regras do sistema econômico, que, segundo ele, quase nunca tendem a beneficiar o trabalhador. Marins reconhece que se os donos de um estaleiro pagam o espaço da mídia, conseguem colocar nela as matérias de seu interesse, ao contrário do sindicato, que só contribui financeiramente quando tem um edital para publicar, comprando para tanto o espaço publicitário.

Então, neste caso, toda imprensa seria mesmo burguesa, inclusive os jornais por ele classificados como populares em oposição aos burgueses. De qualquer forma, garante, mesmo burgueses, jornais como *O Fluminense* e *O Dia* nunca teriam se recusado a reproduzir notícias fornecidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos, que “conseguiu transpor essa barreira”. Uma barreira que, acredita, também outras categorias conseguiriam romper se seus sindicatos procurassem desenvolver uma política de proximidade com a mídia, como fizeram os metalúrgicos.

Independentemente de qualquer contratempo, da necessidade de ir sempre atrás do jornal e de ter que transpor a barreira da imprensa burguesa, o sindicalista João Marins garante que o relacionamento entre sindicato e *O Fluminense*, em especial, foi bastante positivo para as lutas da categoria, sobretudo no que se relaciona aos ganhos políticos, até mesmo quando a matéria que dava espaço para a denúncia dos trabalhadores também reproduzia a resposta dos patrões (princípio da imparcialidade do jornalismo), porque mostrava a diferença entre os dois posicionamentos e as duas versões.

Amaury Paciello também vê com muito bons olhos o relacionamento entre Sindicato dos Metalúrgicos e os jornais, mas não deixa de fazer uma crítica severa. Para ele, embora a mídia sempre tenha dado voz à categoria, pelo menos nos momentos em que ocorriam os acidentes, o contexto ideológico da luta sindical acabou na maioria das vezes sendo boicotado. Segundo explicou na entrevista de 10 de março de 1998:

“O grande problema dos meios de comunicação é que ele nunca... ele... ele é completo, ele... quer dizer, ele tem muitos cortes. Muitas das vezes nós fizemos matérias e eu falava pro repórter... aí ele dizia, é, Amaury, vamos ver se eu consigo passar tudo. Porque é aquilo... na hora da revisão, sempre cortam alguma coisa... e o que cortam é exatamente o lado ideológico.”

Mesmo assim, o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos (a eleição foi no dia 18 daquele mês) garante que a imprensa, apesar de todo controle exercido sobre ela — característica mundial, reconhece —, sempre foi muito importante para as lutas da categoria, em especial *O Fluminense*. Segundo ele, “a nível assim de Niterói, Estado do Rio, o jornal *Fluminense* deu uma grande importância, deu uma grande reportagem, abriu um grande espaço pra gente, isso é verdade, isso é indiscutível... mas também é muito limitado o número de pessoas... né, porque o resto da imprensa normalmente não noticia isso... não dá destaque pra isso”.

Desta forma, então, *O Fluminense* foi, por causa de suas características populares e locais, em sua avaliação, o jornal que mais apoiou as lutas dos metalúrgicos. E a publicação das notícias referentes à categoria, acredita, ajudou como uma forma de pressão do sindicato para fazer com que o Ministério do Trabalho rompesse o comprometimento que, em sua opinião, teria com alguns grupos políticos e ideológicos e interviesse em algumas empresas denunciadas pela entidade sindical. Aliado à atuação de três fiscais que tinham, de acordo com avaliação de Amaury, posicionamento político neutro e “comprometimento com a verdade” — a engenheira Lívia Santos Arueira e os médicos Luiz Sérgio Brandão de Oliveira e Sílvio Carlos Andrade da Silva —, esse apoio conquistado à mídia teria sido fundamental às lutas da categoria. Assim, ele afirma categórico que: “os meios de comunicação ajudou, não vou dizer que não ajudou. Claro que poderia ajudar muito mais... também se houvesse interesse...”.

Apesar de criticar o controle exercido sobre a imprensa por grupos econômicos e políticos, Amaury sabe claramente que o que conquistou espaço nas páginas dos jornais para

sua categoria foi a ocorrência de fatos que não poderiam passar despercebidos, como as mortes dos operários nos acidentes e as grandes passeatas. A resposta às denúncias ou outros movimentos dos trabalhadores, afirma, não foi a mesma nos jornais cariocas, incluindo *O Dia*, jornal, como vimos, elogiado por João Marins como o segundo a também ter dado crédito ao sindicato. Segundo Amaury, “os grandes jornais, *O Dia*, *O Globo*, *JB*, não sei o que... eu não sei se é porque acontecia do lado de cá, mas deram muito pouca divulgação...”

Quanto a *O Fluminense*, Amaury destaca uma proximidade muito maior, firmada pelo sindicato não só com os jornalistas, mas também com o dono da empresa, o advogado Alberto Torres, falecido em dezembro de 98 mas que até meados de 95 ainda estava à frente do jornal. Amaury conta que, por várias vezes, o velho advogado, ex-político¹ apareceu na sede do sindicato para tomar café com ele e conversar sobre sindicalismo, política, situação do País e também sobre o andamento de algumas ações em que empresas processavam conjuntamente o Sindicato dos Metalúrgicos e o jornal, por matérias publicadas favoráveis aos trabalhadores.

Além dessa proximidade entre o sindicato e a Editora O Fluminense, que começava nos funcionários e ia até a presidência, Amaury destaca que outro fator contribuiu para que os operários navais conseguissem tanto espaço nas páginas do jornal niteroiense, o fato de os estaleiros nunca terem sido grandes anunciantes do periódico. Segundo ele, *O Fluminense* “ainda foi quem deu espaço, né... porque como é... os estaleiros... os estaleiros é... é... contribui pouco, contribui pouco, né... e não tinha nenhum esquema... e não era um esquema fechado, como a Prefeitura², né... então o jornal *Fluminense* sentou o pau [...] sempre era o primeiro a chegar... até hoje [...] nós só não conseguimos mais, porque é um jornal limitado na sua... na sua... na sua... ele é limitado a Niterói, ao Estado do Rio e tal... mas se fosse um jornal assim tipo... *O Dia*, né... um jornal... nós teríamos conseguido muito mais...”

Por fim, Amaury Paciello conclui, em concordância com João Marins, afirmando que a resposta política da publicação das causas dos trabalhadores navais na imprensa, e em especial em *O Fluminense*, “foi muito boa”, uma ajuda na pressão exercida pelo sindicato sobre o Ministério do Trabalho, para atuar em favor da categoria, sobre as empresas, fiscalizando e denunciando o desrespeito à legislação e às normas de segurança, e para a aprovação de leis que beneficiavam os trabalhadores, como a que proíbe o jateamento de areia e foi vetada pelo Governo Leonel Brizola, mas que depois acabou novamente aprovada.

¹ Alberto Torres foi deputado estadual da UDN na década de 60, mesma época em que seu irmão, o marechal do Exército Paulo Torres, foi interventor do antigo Estado do Rio

² Além do Diário Oficial do município ser publicado no jornal — portanto a Prefeitura é um grande cliente —, Alberto Torres sempre teve ligações políticas ou pessoais com os prefeitos da cidade. Jorge Roberto Silveira, prefeito entre os anos de 89 e 92 e novamente eleito em 96 para reassumir no ano seguinte, é filho do ex-governador Roberto Silveira, velho amigo de Torres, além de ser seu afilhado político e de casamento.

8 — CONCLUSÃO

A interdisciplinaridade da Saúde Pública é o que lhe garante a inserção de muitas ciências, não só as biológicas, mas também outras, como as exatas e humanas. Entre as áreas de estudo que podem colaborar com ela neste esforço interdisciplinar está a Comunicação Social, representada aqui pela mídia, dona de uma matriz própria e que pode ser compatível com os mesmos ideais de cidadania. Para a Saúde do Trabalhador, subárea da Saúde Pública, a imprensa, defendemos neste estudo, poderá dar importante contribuição no contexto de um sistema de vigilância sobre os acidentes do trabalho, da mesma forma que às lutas das categorias profissionais que conseguem conquistar espaço na mídia para a divulgação de suas questões.

Uma das conclusões que tiramos desta dissertação sobre a contribuição que a mídia pode dar à Saúde do Trabalhador, parte, assim, da premissa de Victor Wünsch Filho de que “vigilância é informação para ação” (Wünsch Filho apud Machado, 1996). Ora, se a mídia tem como matéria-prima e produto final exatamente as informações, vemos que ela se adequa perfeitamente a esta definição. Uma vez recolhendo, centralizando e divulgando informações sobre os acidentes do trabalho, vemos que os jornais acabam então fazendo parte desse sistema acima apregoado, fornecendo dados que podem ser usados pelos órgãos oficiais competentes para a elaboração de ações visando atacar os problemas da falta de segurança nos ambientes de trabalho. E neste processo ela não terá somente uma participação passiva, mas também ativa, tendo em vista que sua função é a de informar, portanto, agir para fornecer os dados, neste caso, sobre a falta de segurança no trabalho.

Uma primeira contextualização da mídia numa rede de vigilância em saúde do trabalhador é feita por Jorge Machado, que aponta as instituições que compõem as cinco esferas que atuam ao redor do núcleo formado pelos trabalhadores e o ambiente de trabalho. São elas a esfera executiva, formada pelos órgãos oficiais com poder de fiscalizar as empresas e agir diante das irregularidades (DRT, PST, órgãos ambientais e ligados à Previdência Social, etc.); a segunda camada é a acadêmica, na qual destacam-se as ações desencadeadas por projetos acadêmicos e de ensino); a esfera estratégica, onde se situam os órgãos com maior poder

de fiscalização que o Executivo, como o Ministério Público estadual e o Ministério Público do Trabalho; a legislativa (Assembléias Legislativas); e a última esfera, em que se destacam a sociedade e a mídia. (Machado, 1996)

Esta última camada tem especial importância por ser aquela onde se desenvolve o contato com a sociedade em que estão inseridos os processos de vigilância, o que vai conferir, segundo Machado, visibilidade e legitimação social para as ações. (Machado, 1996) As restrições e limitações impostas por fatores tais como a banalização da violência ou possíveis interesses comerciais ou políticos da empresa jornalística não eliminam o valor dos dados oferecidos pelos jornais, que, no entanto, jamais poderão ser usados isoladamente para o mapeamento das situações de risco — tendo em vista principalmente suas imprecisões e incorreções —, mas em conjunto com outras fontes de informação, tais como CATs, relatórios de fiscalizações, entre outros documentos oficiais.

Mas será que podemos acreditar com segurança que a mídia nos fornecerá em toda e qualquer situação as informações de que precisamos para compor o mapeamento dos riscos? Com certeza não. É óbvio que aos jornais só interessarão os casos de maior vulto, como aqueles em que morrem um, dois, três ou mais pessoas. Os de menores conseqüências normalmente são deixados de lado, mesmo que o potencial de risco de os pequenos acidentes se transformarem em tragédias seja grande. Até porque, esta avaliação não cabe aos jornais.

Além disso, existem fatores diversos, e isso não podemos negar, que despertam ou anulam o interesse dos jornais por determinados assuntos. Em primeiro lugar, é clara a preferência da mídia pelos temas que envolvem a violência urbana, seja ela em que nível for: homicídios, assaltos, delinqüência, acidentes — do trabalho ou não —, pressões econômicas ou sociais sobre grupos socialmente excluídos, respostas em forma de revolta contra a sociedade desses grupos (violência de resistência), entre outras modalidades. Seja qual for o caso, a mídia, como vimos, coloca-se quase que em uma posição de juíza, adiantando ou assumindo ações desejadas pela sociedade, mas que os órgãos competentes demoram um pouco ou bem mais para responder.

Assim, configurando-se como um tribunal popular diante da opinião pública — aquela que, segundo Habermas, é soberana e incorruptível e tem a capacidade de pressionar tanto a esfera pública quanto a privada para que realize as ações que considere necessárias —, a imprensa, além de informar, vai também condenar ou absolver os agentes que apresentarem como responsáveis pela violência imposta aos indivíduos, às vítimas, aos sofredores. Estes,

segundo as classificações vitimológicas, são aqueles que, seja pela força física, econômica, política, cultural ou social, têm seus direitos sociais, humanos, de cidadãos, tolhidos por outros sujeitos. São os sofredores que, de acordo com a política de piedade de Boltanski, merecem e acabam se tornando alvo da solidariedade dos não-sofredores, sejam eles a mídia, seu público alvo, ou a sociedade em geral. (Boltanski, 1993)

E essa rede de solidariedade que tem a vítima — aqui o trabalhador acidentado ou submetido aos riscos — como alvo, acaba por gerar na mídia, enquanto agente não-sofredor do processo, uma forte tendência, que podemos considerar ética ou moral, em apoiar e defender o sofredor contra o agente não-sofredor de seu sofrimento. E assim explica-se as características do caso estudado nesta dissertação, em que o jornal *O Fluminense*, de Niterói, mesmo dando voz aos estaleiros para se defenderem diante das denúncias do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Niterói e Itaboraí, vai claramente dar mais crédito e espaço aos operários, vítimas sofredoras, construindo contra as empresas a imagem negativa de negligenciadoras das regras de segurança e opressoras dos trabalhadores.

Este maior espaço dado aos trabalhadores não é uma simples concessão do jornal, mas sim o resultado de uma política de aproximação da mídia mantida pelo sindicato ao longo do período trabalhado. Em quase todas as aparições dos operários navais nas páginas de *O Fluminense*, seus representantes — na maioria das vezes Amaury Paciello, quase que um concentrador do contato com a mídia — estão presentes, aproveitando o espaço cedido a partir de um acidente para denunciar não só as causas imediatas do ocorrido, mas também outras questões constantes da luta sindical. Além disso, algumas matérias surgem não do acontecimento de uma tragédia, o que, por si só, já atrairia a atenção da mídia, independentemente da ação do sindicato. Originam-se, na verdade, das denúncias do sindicato, que procura o jornal para denunciar situações de risco ou outras que de alguma forma agridam a integridade física do trabalhador.

Na análise do discurso do jornal diante desses casos, fica então clara essa tendência do periódico em dar mais crédito à posição dos trabalhadores diante das empresas, o que poderíamos dizer que em parte foi uma conquista dos sindicalistas. E a avaliação desse processo em que a imprensa se coloca ao lado do trabalhador e contra o capital é positiva, como vimos, na opinião de sujeitos que o vivenciaram e perceberam, como explicou o então presidente do sindicato em questão, Amaury Paciello, o poder da mídia em mover a opinião

pública. As restrições e toda censura ideológica que limitaram de alguma forma a voz dos trabalhadores nos jornais, garante o sindicalista, não anularam a contribuição dada pela imprensa às causas da categoria.

Mas que ninguém acredite que a mídia estará sempre ao lado do trabalhador e contra o capital. Para tanto, existem algumas circunstâncias que precisam se adequar às situações. Como uma empresa tipicamente capitalista e, portanto, movida pelo capital, a empresa jornalística tenderá a ceder ou negar espaço às questões que de alguma forma lhe despertem interesse ou, pelo menos, que não vão de encontro com suas parcerias comerciais ou políticas. Não se trata aqui, em hipótese alguma, do pagamento para a divulgação das causas dos trabalhadores, mas da publicação de reportagens sobre temas que atraíam o público leitor do jornal, que normalmente será formado por indivíduos leigos em determinados assuntos, tendo em vista que não nos referimos a publicações especializadas. Trata-se também de temáticas que não agridam os anunciantes ou parceiros da empresa jornalística, grandes responsáveis pela sobrevivência delas e de seu capital.

Enfim, pudemos ver nesta dissertação que, a despeito de todas as limitações e jogos de interesse que movem a mídia, ela pode dar importante contribuição à vigilância em saúde do trabalhador e às lutas das categorias profissionais. Para isso, é necessário que trabalhadores, sindicalistas, órgãos oficiais, fiscais, grupos sociais, ou quaisquer outros compreendam a lógica de funcionamento deste agente social que é a imprensa e, a partir de então, aprendam, como fez o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Niterói, a se aproximar dela e conquistar espaço para divulgar suas causas, chegando, assim, à opinião pública. Não basta, hoje, reclamarmos do poder que a mídia exerce sobre a sociedade, posicionando-se, em boa parte das vezes, de forma distorcida e tendenciosa ao capital. Cabe aos grupos minoritários aprenderem a romper as barreiras para poderem também eles usar o potencial da imprensa a seu favor, posicionando-se não só como consumidores, mas também como fontes das informações.

9 — BIBLIOGRAFIA

1. ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
2. ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Brasília (DF): Editora da Universidade de Brasília, 1992, 2ª edição.
3. AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer: Palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
4. BERLO, David K. *O processo da comunicação*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1970, 3ª edição.
5. BEZERRA FILHO, Amaro Agostinho. “A vitimologia nos mídia: Um breve enfoque”. IN: KOSOVSKI, Ester (org.). *Vitimologia: Enfoque interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Reproarte, 1993.
6. BOLTANSKI, Luc. *La souffrance à distance*. Paris: Métailié, 1993.
7. BRANDÃO, Helena H. Nagadine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
8. CARVALHO, Luiz Coelho de. “A vitimologia e a Constituição da República Federativa do Brasil. IN: KOSOVSKI, Ester (org.). *Vitimologia: Enfoque interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Reproarte, 1993.
9. CHEBABI, Wilson de Lyra. “Vitimização e crime”. IN: KOSOVSKI, Ester (org.). *Vitimologia: Enfoque interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Reproarte, 1993.
10. CHIARA, José Felipe de Paiva. “A vítima de acidente de trabalho”. IN: KOSOVSKI, Ester; MAYR, Eduardo & PIEDADE JÚNIOR, Heitor (org.). *Vitimologia em debate*. Rio de Janeiro: Forense, 1990.
11. COHN, Amélia; HIRANO, Sedi; KARSC, Úrsula S.; SATO, Ademar K. *Acidentes do Trabalho: Uma forma de violência*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
12. DIMENSTEIN, Gilberto. *As armadilhas do poder*. São Paulo: Summus Editorial, 1990.

13. DOTTI, René Ariel. “Prefácio”. IN: KOSOVSKI, Ester; MAYR, Eduardo & PIEDADE JÚNIOR, Heitor (org.). *Vitimologia em debate*. Rio de Janeiro: Forense, 1990.
14. ECO, Umberto. *A estrutura ausente*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974, 2ª edição.
15. FAUSTO NETO, Antônio. “Percepção acerca dos campos da saúde e da comunicação” IN: PITTA, Áurea M. da Rocha (org.). *Saúde & comunicação: Visibilidades e silêncios*. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1995
16. FAUSTO NETO, Antônio; et al. “Mídia-tribunal: A construção discursiva da violência — O caso do Rio de Janeiro” IN: *Comunicação & Política*. n.s., v.1, n.2., s/d.
17. FREITAG, Bárbara; ROUANET, Sérgio Paulo. *Habermas: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1990, 2ª edição.
18. HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: Investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
19. ISER, Wolfgang. “A interação do texto com o leitor” IN: LIMA, Luiz Costa. *A literatura e o leitor: Textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
20. KIRCHHOFF, Gerd Ferdinand. “Vitimologia: Um empreendimento supérfluo?”. IN: KOSOVSKI, Ester; MAYR, Eduardo & PIEDADE JÚNIOR, Heitor (org.). *Vitimologia em debate*. Rio de Janeiro: Forense, 1990.
21. KOSOVSKI, Ester. “Fundamentos da vitimologia”. IN: KOSOVSKI, Ester; MAYR, Eduardo & PIEDADE JÚNIOR, Heitor (org.). *Vitimologia em debate*. Rio de Janeiro: Forense, 1990.
22. -----, “Drogas e vitimização”. IN: ----- (org.). *Vitimologia: Enfoque interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Reptoarte, 1993.
23. LAÏDI, Zaki. *Un monde privé de sens*. Paris: Fayard, 1994.
24. -----, *Le temps mondial*. Paris: Complexe, 1997.
25. LICHTENBERG, Judith & MACLEAN, Douglas. “The Role of the Media in Risk Communication”. IN: JUNGERMANN, Helmut et al, Peter M. *Risk Communication: Proceedings os the International Workshop on Risk Communication held at the KFA Jülich, October 17-21, 1988*. Jülich: Arbeitsein Zur Risiko-Kommunikation, agosto de 1992.

26. MACHADO, Jorge Mesquita Huet. *Violência no trabalho e na cidade: Epidemiologia da mortalidade por acidente de trabalho registrada no município do Rio de Janeiro em 1987 e 1988*. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ (dissertação de mestrado), 1991.
27. ----- . *A heterogeneidade da intervenção: Alternativas e processos de vigilância em saúde do trabalhador*. Rio de Janeiro, ENSP/FIOCRUZ (tese de doutorado), 1996.
28. ----- “Processo de vigilância em saúde do trabalhador” IN *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro: 13 (2), abr-jun/1997.
29. MACHADO, Jorge Mesquita Huet & MINAYO-GOMEZ, Carlos. “Acidentes de trabalho: Uma expressão da violência social”. IN: *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro: 10 (supl. 1), 1994.
30. ----- . “Acidentes de trabalho: Concepções e dados”. IN: MINAYO, Maria Cecília (org.). *Os muitos Brasis: Saúde e população na década de 80*. Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1995.
31. MAYR, Eduardo. “Atualidade vitimológica”. IN: KOSOVSKI, Ester; MAYR, Eduardo & PIEDADE JÚNIOR, Heitor (org.). *Vitimologia em debate*. Rio de Janeiro: Forense, 1990.
32. MARTINS, Maria Helena. *O que é leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
33. MINAYO-GOMEZ, Carlos; et al. “Por uma ecologia do trabalho”. IN: LEAL, Maria do Carmo; SABROZA, Paulo Chagastelles; RODRIGUES, Rodolfo Hector & BUSS, Paulo Marchioni (org.). *Saúde, ambiente e desenvolvimento* — vol.2. Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1992.
34. MINAYO, Maria Cecília de Souza. “A violência na adolescência: Um problema de saúde pública”. IN: *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro: 6 (3), jul-set/1990.
35. ----- . “A violência social sob a perspectiva da saúde pública”. IN: *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro: 10 (supl. 1), 1994.
36. MINAYO, Maria Cecília de Souza & SOUZA, Edinilsa R de. “Violência para todos”. IN: *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro: 9 (1), jan-mar/1993.
37. MIOTTO, Armida Bergamini. “Vitimização pela medicina: Vítimas de crimes dolosos”. IN: KOSOVSKI, Ester (org.). *Vitimologia: Enfoque interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Re-proarte, 1993.

38. NJAINE, Kathie; SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de. “A produção da (des)informação sobre violência: Análise de uma prática discriminatória”. IN: *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro: 13 (3), jul-set/1997.
39. NIETZSCHE. “Para a genealogia da moral: Um escrito polêmico em adendo a ‘Para além de bem e mal’ como complemento e ilustração”. IN: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
40. OLIVEIRA, Luiz Sérgio Brandão de. *A intervenção do Estado nos ambientes de trabalho: origens, evolução no Brasil e Análise crítica da prática da Delegacia Regional do Rio de Janeiro na década de 1980*. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ (dissertação de mestrado), 1994.
41. ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à vista: Discurso do confronto Velho e Novo Mundo*. São Paulo: Cortez/Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
42. ----- . *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez/Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
43. ----- . *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
44. PASTOR, Maria Virgínia Araújo. *A imprensa nacional e a questão da saúde: Um estudo de caso*. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ (dissertação de mestrado), 1982.
45. PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
46. PELTU, Malcolm. “Media Reporting of Risk Information: Uncertainties and the Future”. IN: JUNGERMANN, Helmut et al. *Risk Communication: Proceedings os the International Workshop on Risk Communication held at the KFA Jülich, October 17-21, 1988*. Jülich: Arbeitein Zur Risiko-Kommunikation, agosto de 1992.
47. PESSANHA, Elina G. da Fonte. “O caso dos trabalhadores da indústria naval” IN: MARTINS, Ismênia de Lima & KNAUSS, Paulo (org.). *Cidade múltipla: Temas de História de Niterói*. Niterói (RJ): Niterói Livros, 1997.
48. PIEDADE JÚNIOR, Heitor. “Tipologia da vítima”. IN: KOSOVSKI, Ester; MAYR, Eduardo & PIEDADE JÚNIOR, Heitor (org.). *Vitimologia em debate*. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

49. -----. "Agente inimputável, vítima de dispositivo do Código de Processo Penal". IN: KOSOVSKI, Ester (org.). *Vitimologia: Enfoque interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Reproarte, 1993.
50. PINTO, Milton José. *As marcas lingüísticas da enunciação: Esboço de uma Gramática Enunciativa do Português*. Rio de Janeiro: Numen Editora, 1994.
51. -----. "Semiologia e imagem" IN: BRAGA, José Luiz; FAUSTO NETO, Antônio & PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). IN: *A encenação dos sentidos: Mídia, cultura e política*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.
52. -----. "Marcas de enunciação em imagens" IN: ECO: PUBLICAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 1997.
53. -----. "A imagem e seus mitos" IN: <http://www.facom.ufba.br/pretexto>. Bahia: 02/04/98.
54. "POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DOS TRABALHADORES: ANÁLISES E PERSPECTIVAS" IN: *Contribuição para a I Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores*. Rio de Janeiro: (mimeo) 1986.
55. REZENDE, Sidney. "Ética e imprensa e a ética da imprensa" IN: ASSAD, José Eberienos. *Desafios éticos*. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1993.
56. RONDELLI, Elizabeth. "Mídia, representações sociais da violência, da criminalidade e ações políticas" IN: *Comunicação & Política*: n.s., v.1, n.2, s/d.
57. -----. "Mídia e saúde: Os discursos se intrelaçam" IN: PITTA, Áurea M. da Rocha, *Saúde & comunicação: Visibilidades e silêncios*. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1995.
58. RUBIN, Antônio Albino Canelas. "Mídia, política e democracia" IN: PITTA, Áurea M. da Rocha, *Saúde & comunicação: Visibilidades e silêncios*. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1995.
59. SANDMAN, Peter & PETERS, Hans Peter. "Results of the Working Group 'Media Reporting of Risk Information'" ". IN: JUNGERMANN, Helmut et al. *Risk Communication: Proceedings os the International Workshop on Risk Communication held at the KFA Jülich, October 17-21, 1988*. Jülich: Arbeitin Zur Risiko-Kommunikation, agosto de 1992.
60. SANTOS, Ubiratan de Paula; WÜNSCH FILHO, Victor; CARMO, José Carlos do; SETTIMI, Maria Maeno; URQUIZA, Sérgio Destefani; HENRIQUES, Cláudio Maiero-

- vitch. “Sistema de vigilância epidemiológica para acidentes do trabalho: Experiência na Zona Norte do município de São Paulo (Brasil)” IN: *Revista de Saúde Pública*. São Paulo: 24 (4), 1990.
61. SEPAROVIC, Zvonimir Paul. “Vitimologia: Uma abordagem nova nas ciências sociais”. IN: KOSOVSKI, Ester; MAYR, Eduardo & PIEDADE JÚNIOR, Heitor (org.). *Vitimologia em debate*. Rio de Janeiro: Forense, 1990.
62. SOUZA, Edinilsa Ramos de. *Violência velada e revelada: Estudo epidemiológico da mortalidade por causas externas em Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ (dissertação de mestrado), 1991.
63. SOUZA, Edinilsa Ramos de & MINAYO, Maria Cecília de Souza. “O impacto da violência social na saúde pública do Brasil: Década de 80”. IN: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Os muitos Brasis: Saúde e população na década de 80*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1995.
64. SUMNER, C.J. & SUTTON, A.C. “Vítimas de crime e dos meios de comunicação”. IN: KOSOVSKI, Ester (org.). *Vitimologia: Enfoque interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Reprarte, 1993.
65. TAMBELLINI, Anamaria. “Interdisciplinaridade e formação de recursos humanos para a área de saúde na área de saúde do trabalhador e ecologia humana” IN: *Lo biológico y lo social*. Washington DC: OPS/OMS, 1994.
66. TEMPORÃO, José Gomes. “Algumas notas sobre os meios de comunicação de massa no Brasil” IN: -----, *A propaganda de medicamentos e o mito da saúde*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
67. VARGAS, Heber Soares. “As minorias vitimizadas: Os menores de ruas. IN: KOSOVSKI, Ester (org.). *Vitimologia: Enfoque interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Reprarte, 1993.
68. VELHO, Gilberto. “Violência, reciprocidade e desigualdade: Uma perspectiva antropológica” IN: VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos (org.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.
69. VERON, Eliséo. “L’espace du soupçon” IN: DUBOIS, Ph.G. & WINKIN, Y. (eds.). *Language et ex-communication*. Cabay: Louvain-la-Nueve, 1982.

70. -----. "Quand lire c'est faire: L'énonciation dans le discours de la presse écrite" IN: *Sémiotique II*. Paris: IREP, 1983.
71. -----. *Construir el acontecimiento: Los medios de comunicación masiva y el accidente en la central nuclear de Three Mile Island*. Barcelo: Gedisa Editorial, 1995.
72. WEBER, Maria Helena. "Comunicação: Estratégia para a saúde" IN: PITTA, Áurea M. da Rocha, *Saúde & comunicação: Visibilidades e silêncios*. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1995.
73. WÜNSCH FILHO, Victor, et al. "Sistema de informação para a ação: Subsídios para a atuação prática dos Programas de Saúde dos Trabalhadores a nível local" IN: *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro: v.9, n.2, abr/jun de 1993.
74. ZUSMAN, Waldemar. "Tóxicos e vitimologia". IN: KOSOVSKI, Ester (org.). *Vitimologia: Enfoque interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Reproarte, 1993.

10 — DOCUMENTOS CONSULTADOS

1. “Comida estragada intoxicou 300 operários” IN: ***O Fluminense***. Niterói: 8.2.90, p.5.
2. “Mortes já viraram rotina nos estaleiros” IN: ***O Fluminense***. Niterói: 10.7.91, p.3.
3. “Falta de segurança causa morte de um metalúrgico” IN: ***O Povo na Rua***. Rio de Janeiro: 14.2.92.
4. “Metalúrgico sofre acidente e estaleiro é interditado” IN: ***O Fluminense***. Niterói: 15.2.92, p.5.
5. “DRT interdita o estaleiro Enavi” IN: ***O Dia***. Rio de Janeiro: 15.2.92, p.5.
6. “Estaleiro já sabia de irregularidades” IN: ***O Fluminense***. Niterói: 16-17.2.92, p.6.
7. “Gerente do Enavi é detido por descumprir interdição” IN: ***O Fluminense***. Niterói: 18.2.92, p.4.
8. “Estaleiro Enavi é desinterditado” IN: ***O Fluminense***. Niterói: 19.2.92, p.6.
9. “Sindicalistas concluem que segurança no Enavi é parcial” IN: ***O Fluminense***. Niterói: 20.2.92, p.5.
10. “Ponta d’Areia sofre com jateamento dos estaleiros” IN: ***O Fluminense***. Niterói: 12.3.92, p.4.
11. “Mortes podem interditar estaleiro” IN: ***O Fluminense***. Niterói: 27.3.92, p.5.
12. “Metalúrgico do Mauá pára até ser ouvido” IN: ***O Fluminense***. Niterói: 28.3.92, p.5.
13. “Termina a greve dos metalúrgicos” IN: ***O Fluminense***. Niterói: 1º.4.92, p.5.
14. “TRT tentará acordo com metalúrgicos” IN: ***O Fluminense***. Niterói: 25.3.92, p.5.
15. “Estaleiros estão proibidos de usar jato de areia” IN: ***O Fluminense***. Niterói: 23.9.92, p.5.
16. “Fiscais suspendem serviço de jateamento no Enavi” IN: ***O Fluminense***. Niterói: 26.11.92, p.4.
17. “Seminário debate ação de empresa” IN: ***O Fluminense***. Niterói: 10-11.1.93, p.6.

18. “Morador acusa estaleiro de manter jateamento de areia” IN: *O Fluminense*. Niterói: 16.1.93, p.5.
19. “Metalúrgicos fazem protesto para exigir convênio médico” IN: *O Fluminense*. Niterói: 22.1.93, p.5.
20. “Silicose é o fim para metalúrgico” IN: *O Fluminense*. Niterói: 18-19.7.93, p.6.
21. “Metalúrgico protesta contra a morte de colega em navio” IN: *O Fluminense*. Niterói: 17.8.93, p.6.
22. “Metalúrgicos revoltados com morte de colega” IN: *O Povo na Rua*. Rio de Janeiro: 17.8.93, p.3.
23. “Dois mil metalúrgicos protestam contra insegurança em estaleiro” IN: *O Dia*. Rio de Janeiro: 17.8.93, p.2.
24. “Metalúrgico protesta por morte de um companheiro” IN: *A Notícia*. Rio de Janeiro: 17.8.93.
25. “Morte de operário pode fechar Estaleiro Mauá” IN: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 17.8.93.
26. “DRT é contra interdição do estaleiro Mauá” IN: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 18.8.93.
27. “Sindicato denuncia estaleiros a ministério” IN: *O Fluminense*. Niterói: 21.9.93, p.5.
28. OF/GAB/PRT 1ª — Nº 321/93 do Ministério Público do Trabalho. Rio de Janeiro: 23.9.93. (documento enviado ao Sindicato dos Metalúrgicos, solicitando mais informações sobre as denúncias feitas pela entidade sindical)
29. Relação de trabalhadores metalúrgicos falecidos em acidentes de trabalho em empresas de Niterói, s/d (documento enviado como resposta à solicitação do Ministério Público do Trabalho)
30. ARUEIRA, Livia Santos & OLIVEIRA, Luiz Sérgio Brandão de. *Relatório da inspeção realizada nas instalações da empresa brasileira de reparos navais SA — Renave — situada à Ilha do Viana s/nº*. Rio de Janeiro: mimeo, outubro de 1993.
31. “Sindicato processa estaleiros por não cumprirem legislação” IN: *O Fluminense*. Niterói: 7.10.93, p.4.

32. “DRT multa estaleiro por mão-de-obra irregular” IN: *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro: 7.10.94.
33. “Incidência de silicose em Niterói” IN: *Jornal de Hoje*. Nova Iguaçu: 7.10.93.
34. “Estaleiro” IN: *O Dia*. Rio de Janeiro: 10.10.93, p.13.
35. “Enavi recebe 19 multas após vistoria de Ministério” IN: *O Fluminense*. Niterói: 15.10.93, p.5.
36. “Ministério Público ouve estaleiros” IN: *O Fluminense*. Niterói: 11.11.93, p.4.
37. Registro de ocorrência nº 000222/94, da 76ª DP (Centro–Niterói), sobre a remoção do cadáver de Walmir Soares Pereira, expedido em 21.1.94.
38. Certidão de óbito de Walmir Soares Pereira, nº 28316, livro nº 057, nº 24v, em 22.1.94.
39. “Morte de operário revolta dirigente dos metalúrgicos” IN: *O Povo na Rua*. Rio de Janeiro: 24.1.94, p.3.
40. “Protesto marca morte de metalúrgico” IN: *O Fluminense*. Niterói: 25.1.94, p.5.
41. “Protesto de metalúrgicos pára o centro de Niterói” IN: *O Dia*. Rio de Janeiro: 25.1.94.
42. “Metalúrgico protesta em Niterói” IN: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 25.1.94.
43. “Metalúrgicos protestam por morte de operário” IN: *O Globo*. Rio de Janeiro: 25.1.94, p.14.
44. “Morte paralisa estaleiro” IN: *A Notícia*. Rio de Janeiro: 25.1.94, p.3.
45. “Metalúrgicos de Niterói realizam uma passeata” IN: *O Povo na Rua*. Rio de Janeiro: 25.1.94, p.3.
46. “Metalúrgicos fazem protesto em Niterói” IN: *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro: 25.1.94.
47. “Vigia morre eletrocutado dentro de navio no Ebin” IN: *O Fluminense*. Niterói: 18.2.94, p.8.
48. “Mais um operário morre no interior do estaleiro” IN: *O Povo na Rua*. Rio de Janeiro: 18.2.94.
49. “Vigia morre eletrocutado” IN: *Diário Mercantil*. Rio de Janeiro: 18-19.2.94.

50. “Estaleiros responderão a processo trabalhista” IN: *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro: 15.3.94.
51. “Incêndio em navio mata 4 e fere 3” IN: *O Fluminense*. Niterói: 13.12.94, p.8.
52. “Explosão em navio mata 4” IN: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 13.12.94. p.16.
53. “Incêndio em navio mata 4 operários em Niterói” IN: Rio de Janeiro: 13.12.94, p.2.
54. Termo de intimação nº 208846 de 13.12.94 da Secretaria de Estado de Saúde (Programa de Saúde do Trabalhador) contra o estaleiro Renave.
55. Certidão de óbito de José Carlos Nascimento, nº 29870, livro C61, folha 52v, em 13.12.94.
56. “Protesto contra mortes reúne 200 metalúrgicos na BR-101” IN: *O Fluminense*. Niterói: 14.12.94, p.4.
57. “Metalúrgicos fazem protesto em Niterói” IN: *O Dia*. Rio de Janeiro: 14.12.94, p.2.
58. ARUEIRA, Livia Santos; et al. *Relatório*. Rio de Janeiro: mimeo, 14 de dezembro de 1994.
59. VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel & MACHADO, Jorge Mesquita Huet. *Acidente fatal múltiplo na indústria naval - Empresa Renave*. Rio de Janeiro: mimeo, dezembro de 1994.
60. “Sindicato denuncia demissão de 280 funcionários do Mauá” IN: *O Fluminense*. Niterói: 15.12.94, p.4.
61. “Metalúrgicos protestam contra falta de segurança” IN: *O Fluminense*. Niterói: 16.12.94, p.7.
62. Decisão interlocutória da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Niterói, autos nº 0455/94, de 16.12.94, concedendo liminar de interdição do estaleiro devido ao acidente ocorrido em 12.12.94.
63. Mandado de interdição apresentado pela oficial de justiça Miriam Valle Bittencourt da Silva em 16.12.94.
64. Termo de acordo firmado entre o estaleiro Renave e o Sindicato dos Metalúrgicos, junto à Delegacia Regional do Trabalho, para a liberação de algumas atividades do estaleiro, em 16.12.94.

65. Homologação do termo de acordo de 16.12.94 pela 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Niterói, referente ao processo nº 455/94, feita em 16.12.94.
66. Relatório do incêndio em 12.12.94 no navio Metaltanque II elaborado pelo engenheiro de segurança do trabalho do estaleiro Renave, Nelson Marques Filho, em dezembro de 1994.
67. Ofício 812 de 22.12.94 da Delegacia Regional do Trabalho. (documento enviado ao Sindicato dos Metalúrgicos comunicando sobre a desinterdição dos diques Orlando Barbosa e Henrique Lage, do estaleiro Renave)
68. “Operário morre em acidente no Enavi” IN: *O Fluminense*. Niterói: 10.1.96, p.7.
69. “Operário morre esmagado” IN: *O Dia* — Edição Grande Niterói. Rio de Janeiro: 10.1.96, p.4A.
70. “Operário cai e morre no Renave” IN: *O Fluminense*. Niterói: 27.2.96, p.7.
71. “Operários do Renave fazem protesto durante enterro” IN: *O Fluminense*. Niterói: 28.2.96, p.7.
72. “Metalúrgicos pedem mais segurança” IN: *O Dia*. Rio de Janeiro: 28.2.96.
73. “Andaime cai e mata operários no Enavi” IN: *O Fluminense*. Niterói: 17.4.96, p.6.
74. “Dois mortos no estaleiro Enavi” IN: *O Dia* — Edição Grande Niterói. Rio de Janeiro: 17.4.96, p.4A.
75. “Sindicato vistoria Enavi” IN: *O Fluminense*. Niterói: 18.4.96, p.9.
76. “Trator mata operário da Conrep” IN: *O Fluminense*. Niterói: 18.5.96, p.7.
77. “Navio pega fogo em estaleiro” IN: *O Fluminense*. Niterói: 12.6.97, p.12.
78. “Estaleiro é acusado de usar areia jateada” IN: *O Fluminense*. Niterói: 17.9.97, p.8.
79. “Sindicato dos Metalúrgicos denuncia o estaleiro Renave” IN: *O Fluminense*. Niterói: 22.1.98, p.8.
80. “Metalúrgicos mantêm impasse” IN: *O Fluminense*. Niterói: 18.2.98, p.7.